UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JÚLIA SILVEIRA DE ARAÚJO

MINHA REDE, MINHAS REGRAS:
Hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet

Niterói
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JÚLIA SILVEIRA DE ARAÚJO

MINHA REDE, MINHAS REGRAS:
Hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Trotta

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S587m Silveira de Araújo, Júlia
Minha rede, minhas regras: Hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet / Júlia Silveira de Araújo ; Felipe Da Costa Trotta, orientador. Niterói, 2018.
181 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGCOM.2018.d.12434475752

1. Esfera Pública. 2. Ciberfeminismo. 3. Sites de Redes Sociais. 4. Hashtags. 5. Produção intelectual. I. Título II. Da Costa Trotta,Felipe, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

JÚLIA SILVEIRA DE ARAÚJO

MINHA REDE, MINHAS REGRAS:
Hashtags, mobilização de mulheres e publicação de narrativas íntimas na internet

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Felipe Trotta - Orientador
Universidade Federal Fluminense (UFF)

_____

Profª. Drª Beatriz Polivanov
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª. Drª Thaiane Oliveira
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profª. Drª Cíntia Fernandes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profª. Drª Flora Daemon
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Em memória de

Marielle Franco, companheira de lutas, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, militante de direitos humanos, mulher, negra, bissexual e favelada, vítima de uma brutal execução política.

Rafael Lage, querido colega do PPGCOM-UFF cujo futuro brilhante foi interrompido pela violência urbana.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e melhores amigos, Simone e Geraldo, por serem meu porto seguro e por não medirem esforços em prol do meu futuro e felicidade. Sem vocês eu não seria.

À Luísa Silveira, minha irmã, meu grande amor, pelo companheirismo, risadas, conselhos e puxões de orelha.

Aos meus avós Jairo e Lígya (*in memoriam*), que por tantas vezes fizeram as vezes de pais, sempre com muito afeto e dedicação. Ser neta de ambos é dos maiores orgulhos e privilégios que tive e tenho na vida.

À Graça, família que escolhi e que me escolheu, pelo cuidado e carinho de sempre.

A Francisco Rebel por ter sido meu companheiro ao longo de toda a trajetória do doutorado. Obrigada por todo incentivo, ajuda, sugestões e trocas.

À Sandra Rebel por suas orientações e apoio, que foram fundamentais para enfrentar os desafios profissionais que se apresentaram nos últimos anos.

Às minhas amigas Amanda Araújo, Ana Moura (muito obrigada pelo presente que tanto me estimulou a terminar esta tese!), Bianca Assis, Carine Sant'Anna, Lais Daflon, Marcele Oliveira, Mayara Donária, Negra Maria, Raquel Chaves, Soymara Santos, Thais Pires, Tsai Yi Jing por fazerem parte desta e de tantas outras histórias. Minha vida é mais feliz por causa de vocês.

Ao professor Felipe Trotta, que durante mais de seis anos de pós-graduação me orientou com paciência e bondade, encorajando minha autonomia e apaziguando minha ansiedade.

Ao professor Marco Roxo, sempre disponível, atencioso e disposto a aconselhar e auxiliar.

À professora Ana Enne, uma das minhas grandes influências acadêmicas, que, com muita generosidade e (bom) humor, me ensinou muito sobre aprender e lecionar.

A todo(a)s o(a)s meus / minhas professores / professoras do PPGCOM, ao coordenador Fernando Resende, que com generosidade constroem um ambiente saudável de troca e aprendizado.

A(o)s meus / minhas aluno(a)s de Estudos de Mídia e Nutrição da UFF, que tanto me ensinaram, inspiraram, desafiaram e estimularam ao longo desta trajetória acadêmica.

A(o)s amigo(a)s com os quais o PPGCOM me presenteou e, especificamente, àquelas que me acompanharam mais de perto ao longo do doutorado: Luciana Xavier, Marianna Jorge, Patricia Mattos, Simone Evangelista e Thaiane Oliveira. Obrigada pelas parcerias, trocas, contribuições, leituras, revisões de textos e risadas.

À Luciana, incansável e querida secretária do PPGCOM, que, contrariando a lógica burocrata, sempre se prontificou a auxiliar e informar, demonstrando boa vontade e cuidado.

Às professoras Beatriz Polivanov, Cíntia Fernandes, Flora Daemon, Thaiane Oliveira, que generosamente se disponibilizaram a compor a banca de defesa desta tese e a compartilhar comigo suas contribuições.

Às professoras Luciana Xavier e Paula Sibilia que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa desta tese como membros suplentes.

À querida colega Simone Evangelista, que foi minha parceira na elaboração e divulgação do questionário online utilizado na presente pesquisa.

Às 152 informantes que voluntariosamente responderam às nossas perguntas, fornecendo conteúdos preciosos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja bolsa de doutorado a mim concedida foi imprescindível para a realização dos meus estudos e para a conclusão desta tese.

A(o)s amigo(a)s e colegas de trabalho dos mandatos do vereador Henrique Vieira (2012 – 2016) e do deputado estadual Marcelo Freixo (desde 2017) por toda compreensão diante da minha complicada decisão de conciliar trabalho e estudo. A

generosidade de vocês foi fundamental para a conclusão deste doutorado. Sinto-me verdadeiramente privilegiada pela convivência e intenso aprendizado que tive e tenho com vocês.

A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos.

Angela Davis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1: Como chegamos até aqui: das sufragistas às cibeferministas 24

1.1 Feminismos no Brasil: Um breve histórico 26

1.1.1 Quarta onda feminista? 31

1.2 Ciberfeminismos 37

1.3 A categoria de gênero enquanto instrumento de análise 39

1.4 Mulheres e internet no Brasil: Porque estudar ciberfeminismos em um país desigual? 42

1.5 Mapeamento dos feminismos em sites de redes sociais: Em busca de um recorte de pesquisa 48

1.6 Ciberativismos no Brasil e campanhas feministas indexadas por hashtags 57

CAPÍTULO 2: Um olhar feminista sobre o espaço público: patriarcado, esfera pública conectada e cidadania da intimidade 65

2.1 Nancy Fraser e o debate de gênero na esfera pública 67

2.2 Patriarcado e interdições às mulheres na esfera pública 71

2.3 Esfera pública conectada / virtual: Entre o imperativo da visibilidade e a coerência expressiva 74

2.4 Relatos autobiográficos: Dos diários secretos aos sites de redes 79

2.4.1 Entre o imperativo da visibilidade e a coerência expressiva 83

2.5 Cidadania da intimidade 87

3. ESTUDOS DE CASO: CAMPANHAS FEMINISTAS INDEXADAS POR HASHTAGS 90

3.1 #PrimeiroAssédio 93

3.2 #MeuAmigoSecreto 99

3.4 #BelaRecatadaEDoLar 101

3.5 #PorTodasElas 108

3.6 #EuEmpregadaDoméstica 113

3.7 Hashtags, políticas de coalização e narrativas autoreferrentes 124

4. ELAS POR ELAS: UMA (AUTO)ANÁLISE DOS ENGAJAMENTOS CIBERFEMINISTAS 136

4.1. Exibição da intimidade como ato político e de promoção de sociabilidade .. 141

4.2 Autoestima e feminismos como vivência individual 145

4.3 Potencialidades das ações online 150

4.5 Autocríticas às campanhas 154

CONCLUSÃO 159

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

ANEXOS 176

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aumento da busca pelo termo “feminismo” no site Google 61

Figura 2: Gráfico - Esfera Pública conectada..... 77

Figura 3: Tweet do usuário @AnderSoberano 94

Figura 4: Tweet do usuário @VictorHrentschi 94

Figura 5: Tweet do usuário @Kemper_Guedes 95

Figuras 6 a 9: Posts da campanha #PrimeiroAssedio 97

Figura 10: Idade do primeiro assédio sexual sofrido por 3.111 mulheres que participaram da campanha #PrimeirAssedio 98

Figura 11: Nuvem de palavras obtida a partir das postagens da #PrimeiroAssedio . 98

Figura 12: Print da matéria “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” 103

Figura 13: Mapeamento do uso da hashtag #BelaRecatadaEDoLar no Twitter 105

Figuras 14 e 15: Tweets do usuário Doctor Stranger (@michelbrasil7) 109

Resumo

A presente pesquisa se debruça sobre campanhas feministas indexadas por hashtags que circularam em sites de redes sociais, sobretudo Facebook e Twitter, buscando compreender como essas estratégias ativistas e comunicacionais articulam-se no ciberespaço. Analisamos como essas iniciativas propiciam a publicação de narrativas íntimas, compreendida como um ato político, e evidenciam complexos imbricamentos entre as esferas pública e privada. Averiguamos ainda como essas mobilizações digitais são utilizadas para fomentar debates e conferir visibilidade às pautas acerca da igualdade de gênero. Para tal, optamos por uma metodologia calcada na coleta de postagens públicas a partir do rastreamento das tags que selecionamos (#MeuPrimeiroAssédio; #MeuAmigoSecreto; #BelaRecatadaEDoLar; #PorTodasElas e #EuEmpregadaDoméstica); no estudo e sistematização dos dados obtidos e no levantamento teórico interdisciplinar que proveu as bases conceituais para compreender as questões que se mostraram mais latentes nas demais etapas do estudo. Aplicamos ainda um questionário online com perguntas abertas e fechadas, divulgado no Facebook. Através do depoimento de 152 respondentes, extraímos e categorizamos três eixos prioritários: exibição da intimidade como ato político e promoção de sociabilidade; autoestima e feminismos como vivência individual; limites e potencialidades das campanhas online. Assim, a partir do levantamento bibliográfico, do estudo do material coletado e da análise dos depoimentos que obtivemos, buscamos compreender como as participantes destas ações engajam-se na denúncia à violência de gênero, na reafirmação dos direitos e liberdades femininos, na criação e manutenção de laços de sororidade e em processos de autoafirmação.

Palavras-chave: Esfera Pública; Ciberfeminismos; Sites de Redes Sociais; Hashtags; Narrativas Íntimas.

Abstract

This study explores feminist campaigns indexed by hashtags that circulated on social networking websites, especially Facebook and Twitter, seeking to understand how these activist and communicational strategies articulate in cyberspace. We analyze how these initiatives promote the publication of intimate narratives, understood as a political act, and show complex interrelations between the public and private spheres. We also investigate how these digital mobilizations are used to promote debate and to give visibility to gender equality agenda. For that purpose, we chose a methodology based on the collection of public posts by tracking the tags we selected (#MyFirstHarassment, #MySecretPal, #BeautifulMaidenlikeHousewife, #ForThemAll and #IHousekeeper); on the study and systematization of the obtained data and on the theoretical interdisciplinary review that provided the conceptual bases to understand the issues that were more latent in the other stages of the study. We also administered an online questionnaire with open and closed questions, posted on Facebook. Through the testimony of 152 participants, we extracted and categorized three priority axes: exposure of privacy as a political act and promotion of sociability; self-esteem and feminisms as individual experience; limits and potential of online campaigns. Therefore, based on the bibliographic review, the study of the collected material and the analysis of the testimonies we obtained, we sought to understand how the participants in these actions engage in the denouncement of gender violence, in the reaffirmation of women's rights and freedoms, in the creation and maintenance of sorority ties and in processes of self-assertion.

Keywords: Public sphere; Cyberfeminisms; Social networking websites; Hashtags; Intimate Narratives.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar mobilizações protagonizadas por mulheres em sites de redes sociais –Facebook e Twitter, mais especificamente – através de campanhas indexadas por hashtags, ou seja, frases que se tornam links pesquisáveis na internet ao serem precedidas pelo símbolo #. Buscaremos compreender quais estratégias políticas e discursivas são acionadas nesses processos e de que maneira tais iniciativas podem ser pensadas a partir da lógica dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013) e da atuação de "novíssimos sujeitos coletivos", que se destacam no cenário brasileiro a partir das jornadas de 2013 (GOHN, 2017). Analisaremos ainda como essas ações se inserem em um processo de novas articulações feministas no Brasil, sobretudo a partir da intensificação do uso das novas mídias no fomento de debates, na formação política e ativista online e na realização de manifestações diversas, no ciberespaço e no âmbito offline, denunciando as múltiplas formas de violência contra a mulher ou reivindicando igualdade de gênero em diversos aspectos.

Para tal, investigamos iniciativas online iniciadas entre 2015 e 2016 que obtiveram considerável visibilidade nos sites de redes sociais e na cobertura da imprensa tradicional, como, por exemplo, #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, que denunciaram violências sexuais e práticas machistas cotidianas; #BelaRecatadaEDoLar, que questionou os padrões comportamentais e estéticos de gênero e a divisão sexual do trabalho a partir de uma publicação da Revista Veja sobre a primeira dama Marcela Temer; #PorTodasElas, que buscou promover a solidariedade feminina após notícias um episódio de estupro coletivo no Rio de Janeiro, e #EuEmpregadaDoméstica, ação que se tornou um projeto permanente de denúncia das desigualdades sociais e raciais e de abusos de poder no âmbito deste segmento profissional. Esse espectro nos permitiu observar, entre outros aspectos, que tais iniciativas comumente acionam a temática das violências sexual, física, psicológica e simbólica contra a mulher, denunciando práticas sexistas pontuais e/ou que se repetem cotidianamente.

A adesão às campanhas ocorre não apenas através do compartilhamento dessas hashtags, mas também da publicação de relatos pessoais, muitas vezes íntimos, que se somam a outras narrativas semelhantes postadas nos sites. A estratégia consiste, portanto, em escrever seu próprio depoimento ou história no âmbito da temática indicada e acrescentar a tag específica ao próprio texto, de maneira que a contribuição de cada internauta seja associada à uma espécie de "colcha de retalhos de confissões multimídia" (SIBILIA, 2016, p.8). Dessa forma, a "multidão de histórias minúsculas" que se forma

nessas redes sociais online evidencia o caráter simultaneamente pessoal e estrutural da desigualdade de gênero, em diversos aspectos, vivida e denunciada por essas internautas. A partir de uma temática coletiva, proposta a priori no lançamento de cada campanha, diversas mulheres vão se somando às ações, contribuindo para a mobilização online através do compartilhamento de suas próprias vivências.

Diante desse fenômeno, algumas questões se colocam: ao aderir às campanhas através do uso das hashtags e ao expor sua vida privada no ciberespaço, essas mulheres estariam tornando-se vítimas de uma tirania da intimidade (SIBILIA, 2016)? Ou, por outro lado, experimentariam um processo mais ativo e autoreflexivo de construção de suas personas online (POLIVANOV, 2014)? Até que ponto essas ações podem ser compreendidas, de fato, como práticas ciberfeministas (GAJJALA, 2014)? De que maneira as estratégias políticas e discursivas acionadas nessas mobilizações revelam a vivência de uma cidadania da intimidade (PLUMMER, 2003)?

Para responder a essas indagações, optamos por uma metodologia calcada em quatro etapas: 1) coleta de postagens públicas nos sites Facebook e Twitter e através da divulgação na imprensa tradicional, principalmente a partir do rastreamento das hashtags citadas anteriormente; 2) tratamento, categorização e análise dos dados obtidos; 3) produção e divulgação de um questionário online (Google Forms) destinado a mulheres que participaram ou acompanharam essas ações online[1] e 4) revisão bibliográfica e levantamento teórico multidisciplinar, que proveram as bases conceituais para compreender as questões que se mostraram mais latentes nas etapas anteriores. Assim, através dos estudos de caso aqui realizados, buscamos apresentar e descrever de forma sistematizada exemplos de um fenômeno comunicacional contemporâneo e descobrir como o uso das mídias sociais atualiza práticas e pautas dos movimentos de mulheres.

Este percurso é sistematizado na presente tese através de quatro capítulos. No primeiro deles apresentamos uma breve historicização dos movimentos de mulheres no Brasil, partindo da luta organizada das sufragistas por direitos políticos até as iniciativas contemporâneas online. Ancorados na contribuição de diversas autoras (MATOS, 2010; ÁLVARES, 2014; BIROLI, 2018), discutimos se é possível identificar uma quarta onda do movimento feminista na atualidade, apesar da identificação de diversas continuidades históricas. Nesse sentido, analisamos a recente popularização das temáticas feministas e a

[1] O questionário em questão foi produzido e divulgado em parceria com a pesquisadora Simone Cunha Evangelista (PPGOM/UFF).

ampliação paulatina dos debates acerca da igualdade de gênero através dos usos das novas tecnologias da comunicação e informação. Partimos do pressuposto de que, embora não haja uma ruptura definitiva com as práticas ativistas que despontaram a partir da redemocratização do Brasil na década de 1980, os atuais processos de mobilizações feministas apontam para o advento e consolidação de uma tecnopolítica (TORET, 2012), ou seja, do uso tático e estratégico de dispositivos tecnológicos (incluindo sites de redes sociais) para a organização, comunicação e ação coletiva. Neste processo, ainda segundo Toret (2012), formam-se identidades coletivas e constitui-se uma multidão conectada, de anatomia híbrida, física e virtual, revelando, portanto, importantes reconfigurações na formação e atuação das mulheres ativistas na atualidade.

É também nesta etapa da pesquisa que abordaremos o advento do ciberfeminismo (GAJJALA, 1999) – ou digifeminismo (ABREU, 2017), tecnofeminismo (WAJCMAN, 2006), feminismo ciborgue (HARAWAY, 2009). Estabelecemos aqui uma definição ampla que qualifica esses movimentos como qualquer ação de mulheres que se aproprie dos usos das tecnologias cibernéticas para criar "espaços de empoderamento feminino". Tratam-se, por exemplo, dos discursos e práticas de produtores multimídia, administradores ou moderadores de listas de e-mail, programadores, webdesigners e engajamento em todos os tipos de espaços online", a partir do controle e apropriação dos recursos técnicos disponíveis (GAJJALA, 1999, p.617). Podem ser pensados ainda como "ações mediadas pelas tecnologias para subverter e confrontar as questões derivadas do patriarcado" (ABREU, 2017, p.3) e para modificar "a realidade político-social das mulheres" (HARAWAY, 1985, p. 47).

Para encerrar este primeiro capítulo discutimos ainda o uso de internet no Brasil, ressaltando as dificuldades que ampla parcela da população enfrenta em relação à garantia de serviços e direitos básicos – como educação, cultura e lazer –, bem como às profundas defasagens em relação ao letramento digital e acesso à conexão de qualidade, característicos de uma sociedade profundamente estratificada. Enfatizamos ainda que o caso brasileiro ilustra de forma exemplar o fenômeno global que Alonso (2007) denomina "fratura tecnológica de gênero", ou seja, uma desigualdade entre as vivências online de homens e mulheres que é também consequente do analfabetismo, da falta de habilidades informáticas, do domínio da língua inglesa (predominante na rede global) e das limitações de renda que não permitem amplo acesso à internet.

Porém, apesar da constatação das flagrantes injustiças socioeconômicas e culturais que assolam grande parte das mulheres brasileiras, reafirmamos a relevância do presente objeto de estudo. Se, por um lado, há uma inegável situação de miserabilidade e pobreza no Brasil, por outro, o consumo de internet aumentou consideravelmente na história recente do país, sobretudo na década de 2000, a partir do advento das lanhouses – onde computadores com acesso à rede podiam ser utilizados a preços módicos – e da facilitação da compra de dispositivos móveis e computadores em um contexto de aumento do poder aquisitivo da classe C. Em janeiro de 2016, por exemplo, já havia 120,2 milhões de usuários ativos na internet no Brasil, o que corresponde a 58% da população. Esse número já apontava um franco crescimento, sendo 13% maior do que o registrado no mesmo período do ano anterior. Dentre esses internautas, 78% se conectavam todos os dias e a média diária de tempo gasto em sites de redes sociais chegava a marca de 3 horas e 18 minutos. As plataformas mais utilizadas eram o Facebook (31%); Google + (17%), Instagram (15%), Twitter (14%), Linkedin (12%) e Pinterest (8%) (WE ARE SOCIAL, 2015).

O estudo revela outro dado que nos interessa especificamente: se isolarmos o caso do Facebook, um dos sites que utilizamos como campo de análise na presente pesquisa, é possível verificar uma ampla atuação feminina. Dos seus 103,000,000 usuários registrados no site na época do estudo, a maioria (54%) se declarava mulher. Destas, a maior parte (18%) tinha entre 20 e 29 anos de idade, 13% estava na faixa dos 30 a 39, 10% tinha entre 13 e 19, 7% entre 40 e 49, 4% entre 50 e 59 e 2% tinham 60 anos ou mais. Esses números permitem identificar que a rede social online mais acessada no Brasil se constitui como espaço majoritariamente feminino e jovem, o que explica em parte a priorização dessa rede para atuação de uma nova geração de ativistas.

No segundo capítulo da tese apresentamos uma revisão bibliográfica que aborda as relações de gênero em âmbitos público e privado e as novas formas de participação política das mulheres no ciberespaço, compreendendo como a publicização da intimidade pode se converter em estratégia ativista em prol da denúncia da violência sexista e da igualdade entre homens e mulheres. A partir da crítica feminista e marxista de Fraser (1992) ao conceito habermasiano de Esfera Pública , discutimos como as questões femininas, historicamente relegadas ao âmbito privado – e, assim, estrategicamente silenciadas – são expostas e deslocadas para a Esfera Pública conectada (MARTINO, 2017). Nesse sentido recorreremos ao conceito de *contrapúblicos subalternos* (FRASER, 1992, p.123-125), definido como “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados

inventam e circulam contradiscursos para formular interpretações oposicionistas de suas identidades, interesses e necessidades". Propomos a compreensão do conjunto de mulheres articuladas no ciberespaço como um contrapúblico, um reagrupamento online que se incube de uma função contestatória na ocupação incômoda desse lugar político historicamente relegado aos homens.

Discutimos ainda as exposições públicas da intimidade na internet à luz de distintas perspectivas teóricas: por um lado, os argumentos que apontam para um "imperativo da visibilidade" (SIBILIA, 2016, e outros) e, por outro, as noções de auto-apresentação, autoconstrução, autoreflexividade e performance, que, sintetizadas por autores como Polivanov (2016), buscam uma leitura menos passiva dos modos de ser online. Assim, apresentamos um breve contraponto entre uma concepção que compreende as exibições de si como espetáculos de uma "intimidade inventada", característicos de um período de "declínio dos grandes relatos que organizavam e davam sentido à vida moderna" (SIBILIA, 2016, p.55-6), e outra que busca afirmar as performances em sites de redes sociais como processos complexos de re(a)apresentação de si (AMARAL; BARBOSA; POLIVANOV, 2015) e de uma construção discursiva performatizada, voltada para uma audiência imaginada (BOYD, 2011).

Nos atemos também aos processos de "narração da própria vida" e suas variantes "narrativas autorreferentes"; "escritos de si"; "relatos autobiográficos"; "escrita íntima" e "escrita confessional" (SIBILIA, 2016), analisando como as novas tecnologias permitem outras formas de narrar-se e como a publicização de experiências pessoais e a exposição voluntária da intimidade são pensadas nestes contextos como atos políticos que evidenciam imbricamentos entre as esferas pública e privada.

No terceiro capítulo, por sua vez, apresentamos efetivamente os estudos de caso selecionados para a presente pesquisa. Nos debruçamos sobre as campanhas #PrimeiroAssédio; #MeuAmigoSecreto; #BelaRecatadaEDoLar; #PorTodasElas e #EuEmpregadaDoméstica. Em um primeiro momento, expomos um breve histórico dessas iniciativas, discutindo as temáticas evocadas e as diversas formas de engajamento que garantiram a visibilidade das campanhas nas redes. Por fim, identificamos e sistematizamos algumas características comuns a essas mobilizações, buscando descrever um padrão emergente. Entre os aspectos que destacamos estão: 1. a publicação de narrativas íntimas; 2. a constituição de uma memória digital que pode ser buscada e acessada; 3. o caráter viral; 4. a curta duração das ações; 5. a espontaneidade e a descentralização dessas iniciativas; 6.

a possibilidade e a não obrigatoriedade de gerar iniciativas offline e 7. a priorização de pautas ligadas às diversas formas de violência contra a mulher e a afirmação de uma diversidade estética e comportamental. Tal como pontua Reis (2017, p.1), partimos do pressuposto de que a análise dessas estratégias ajuda a compreender as oportunidades e ameaças que se colocam aos movimentos feministas do Brasil no contexto de uma "nova ordem sociotécnica contemporânea".

Após a apresentação dos casos selecionados e da análise teórica de algumas das questões que permeiam o fenômeno político e comunicativo estudado, buscaremos compreender as campanhas indexadas por hashtags como processos de ação coletiva, de mobilização social. Em um contexto de multiplicação de conexões e grupos de interesses distintos no âmbito das redes sociais e de fragmentação dos sujeitos feministas – e multiplicação de suas pautas –, partimos da hipótese de que essas iniciativas funcionam como políticas de coalização, capazes de unificar pontual e temporariamente sujeitos diversos, dispersos e fragmentados no âmbito de um já heterogêneo e fluído ciberespaço. Em outras palavras, partimos do pressuposto de que essas campanhas permitem a "congregação para problemas comuns e chances de pensar o feminismo nos interstícios de suas igualdades e diferenças" (REIS, 2017, p.3). Dessa forma, situamos tais ações em um contexto de reconfiguração dos movimentos sociais na contemporaneidade, a partir de apontamentos de Castells (2013), bem como outras referências como Mafra (2007, 2010), Gohn (2014, 2016) e Scherer-Warren (2014).

Para concluir, no quarto e último capítulo deste trabalho discutimos os resultados obtidos através da aplicação de um questionário online, estruturado a partir do aplicativo Google Forms[2], que contava com perguntas sobre os processos de engajamento feminino online e participação e acompanhamento de campanhas indexadas por hashtags. Nosso objetivo era analisar como as internautas engajaram-se nessas iniciativas e quais impactos pessoais e políticos eram percebidos a partir dessas experiências.

Ao todo 152 mulheres, entre 15 e 72 anos, de diversas regiões do Brasil, responderam às nossas perguntas, apresentando relevantes depoimentos e perspectivas acerca dessas iniciativas e das práticas e discursos feministas contemporâneos. Tendo em vista a riqueza deste material e a proposição de importantes questões acerca do objeto de estudo evocadas espontaneamente por nossas informantes, decidimos que esse aparato deveria ser analisado

[2] Disponível em https://goo.gl/Wvu8ah. Acesso em 30 de janeiro de 2018, às 17h52.

de forma específica e não meramente utilizado como suporte e ilustração para outras discussões aqui apresentadas. Assim, além de nos referenciarmos a esse material para subsidiar percursos teóricos propostos ao longo da tese, dedicamos este capítulo exclusivamente para abordar essas reflexões e analisar os relevantes apontamentos fornecidos pelas mulheres que se voluntariaram a responder nossas perguntas.

Iniciamos essa parte do trabalho apresentando um perfil das entrevistadas e identificando um recorte de classe, raça e faixa etária, já que a maioria das informantes é jovem, branca e com altos níveis de escolaridade (graduadas e pós-graduadas em grande parte). Essa delimitação pode ser explicada por pelo menos dois fatores. Primeiramente, convém ressaltar que o questionário foi divulgado em grupos feministas no Facebook e no perfil pessoal das pesquisadoras que os formularam – e que também se enquadram neste perfil étnico, etário e econômico. Em segundo lugar, essa microrealidade está em consonância com as configurações sociais mais amplas em relação ao uso das novas mídias no Brasil. Conforme mencionado anteriormente, as desigualdades socioeconômicas em nosso país comprometem de forma significativa o acesso à internet e as habilidades para seu proveito, privilegiando historicamente os setores mais abastados. No entanto, apesar desta segmentação, que inevitavelmente limita o alcance e a diversidade do nosso corpus de pesquisa, o material coletado ajudou a compreender melhor como se organizam as ativistas feministas ou mulheres que declaram interesse no debate sobre igualdade de gênero e a entender de que maneira compreendem essas articulações online, identificando pontos de concordância e divergência.

A partir deste acúmulo, foi possível identificar três eixos que aparecem recorrentemente nos discursos das entrevistadas e que destacamos e categorizamos para sistematizar a compreensão desses fenômenos ativistas. São estes: 1. exibição da intimidade como ato político e de promoção de sociabilidade; 2: autoestima e feminismos como vivência individual e 3. limites e potencialidades dessas estratégias a partir das autoavaliações.

Em relação ao primeiro ponto, destacamos como a exposição da intimidade em espaços públicos ou semipúblicos online se convertem em estratégias de fortalecimento das mobilizações feministas no ciberespaço e também de legitimação da atuação de cada uma das mulheres que se engajam nesses processos. A publicação dessas narrativas pessoais torna as discussões online sobre a violência mais pessoais, endossando-as com relatos supostamente verídicos e convocando outras pessoas a também compor o mosaico de histórias formados por cada campanha. E, como relatam muitas informantes, ler mais sobre

a experiência concreta de outras mulheres, mesmo que desconhecidas, as motiva a participar das mobilizações online e a expor suas próprias vivências. Além disso, cada relato íntimo associado à hashtag de uma campanha específica faz com que a iniciativa seja atualizada, circule para um público mais amplo, acumule um volume maior de postagens e obtenha maior engajamento.

Em relação ao segundo ponto que destacamos – feminismos como vivências individuais, ligadas à construção da autoestima pessoal –, identificamos que as ações de mulheres se relacionam, muitas vezes, a uma busca por "empoderamento" individual, construído não só a partir do enfrentamento das discriminações no cotidiano, mas na valorização de si, do próprio corpo / estética e desejos. A ideia da construção e do reforço da autoestima aparece de maneira flagrante nos discursos de nossas entrevistadas, sobretudo como forma de legitimar e politizar os processos de exposição de si que se articulam nas campanhas online. Da publicação de fotos pessoais, a postagem de relatos de violências sofridas na infância e depoimentos sobre vivências em relacionamentos abusivos, mostrar-se, revelar-se e emprestar a própria história a essas causas coletivas é também uma maneira de se fortalecer individualmente. E, se por um lado, essa dinâmica revela a potencialidade de se transitar da "individuação à autonomia" para a constituição de redes ativistas (CASTELLS, 2013), por outro pode evidenciar também um desinteresse ou ausência de vontade política e pessoal de coletivizar as lutas por igualdade de gênero e incorporar outras variáveis identitárias e pautas diversas às mobilizações femininas.

Por fim, chegamos ao terceiro item, que aborda os limites e potencialidades dessas campanhas indexadas por hashtags a partir das autoavaliações que identificamos ao analisar os depoimentos das mulheres entrevistadas. Entre os fatores limitadores dessas campanhas mencionados pelas informantes destacamos: a) a restrição da repercussão e dos impactos dessas iniciativas para além dos próprios sites de redes sociais e offline; b) o alcance restrito das hashtags, que circulariam apenas no âmbito de uma "bolha" social e tecnológica – fruto tanto das associações pouco diversas que os internautas estabelecem quanto do acesso restrito à internet e, por consequência, aos próprios sites de redes sociais; c) a suposta irrelevância política de alguns debates proporcionados por essas iniciativas; d) os desgastes emocionais e as exposições indevidas e não autorizadas de terceiros, entre outros afetos mobilizados pela publicização de relatos íntimos e conteúdos violentos – que, inclusive, podem atuar como gatilhos para vítimas ou pessoas mais sensíveis aos relatos de diversas formas de agressão contra a mulher.

Já entre as potencialidades dessas ações online citadas pelas entrevistadas destacamos: a) a possibilidade de expressar-se e encorajar outras mulheres a debater temáticas de interesse coletivo; b) as transformações de ordem cultural e pedagógica que podem partir da disputa narrativa em torno dos direitos e liberdades femininas; c) a possível desnaturalização das diversas formas de violência através de denúncias e discussões sobre o tema; d) a promoção de laços de empatia, apoio e solidariedade entre mulheres (sororidade); e) a chance de pautar a imprensa tradicional e até mesmo as agendas de políticas públicas, inclusive no âmbito offline; f) a ampliação do debate acerca das pautas em prol da igualdade de gênero para outros setores e o fomento de discussões sobre o tema em outros espaços para além dos círculos ativistas.

Em suma, a partir do levantamento bibliográfico, do estudo do material coletado através do rastreamento das hashtags no Facebook e no Twitter e da análise das respostas ao nosso questionário online, procuramos compreender como as narrativas digitais de si, que circulam a partir do engajamento em campanhas indexadas por hashtags, deslocam experiências pessoais do âmbito da intimidade a partir da publicação (ou publicização) dessas vivências. Também discutimos de que forma essas ações coletivas são reveladoras de uma cidadania da intimidade e até que ponto promovem laços de solidariedade e atuam como recursos para autoafirmação e fortalecimento da autoestima, a partir de uma narrativa de empoderamento.

1. COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI: DAS SUFRAGISTAS ÀS CIBEFERMINISTAS

As primeiras narrativas históricas oficiais sobre as mulheres no Brasil - que despontam tardiamente[3] na década de 1980 - revelam que nos três primeiros séculos após a colonização e ocupação portuguesa houve uma sistemática demanda da metrópole e da Igreja Católica de povoar o território e orientar os moradores locais para o trabalho produtivo e organizado (SILVA, 2008). Nessa empreitada, o papel da mulher, mãe e casta tornou-se um importante símbolo nacional, referenciado nos valores e ética cristãos hegemônicos.

Toscano e Goldenberg (1992, p.25) endossam essa perspectiva ao afirmar que

> a escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social [foram os] fatores mais diretamente responsáveis pelo patriarcalismo, pelo paternalismo, pelo conservadorismo e pelo machismo brasileiros.

São através destas bases sócio-histórica, portanto, que se forja em nossa cultura a delimitação do trânsito feminino entre as esferas pública e privada. A crença em um suposto instinto materno ou vocação natural para o cuidado dos familiares e do espaço doméstico - em oposição ao ideal de pragmatismo e intelectualidade tipicamente atribuídos à masculinidade - são componentes do nosso imaginário desde os tempos mais primórdios, legitimando e endossando uma divisão sexual do trabalho desproporcional ao longo dos séculos.

No entanto, um olhar feminino e feminista para a historiografia nacional permitiu identificar que esta perspectiva hegemônica não se constituiu sem resistências e tensões. Segundo Silva (2008), os altos índices de abandono infantil no período colonial, por exemplo evidenciam que um número considerável de mulheres se recusava a conter e domesticar sua sexualidade e a aceitar o destino da maternidade compulsória. Além disso, descobriu-se registros de uma intensa participação feminina no espaço público, como é o caso das mulheres pobres (brancas e negras) e escravizadas que improvisavam diversas

[3] Silva (2008, p.224) ressalta que a historiografia brasileira é escrita fundamentalmente por homens e, portanto, durante muito tempo, absteve-se de incorporar às suas preocupações o sujeito feminino. “Este silêncio não foi uma prerrogativa da historiografia brasileira ou latino-americana, mas atitude constante inclusive em países como Estados Unidos e França, onde a busca pelos direitos da mulher e o reconhecimento da condição feminina se deu mais cedo do que entre nós”.

formas de subsistência em São Paulo (DIAS, 1995 apud SILVA, 2008) e daquelas que assumiram bodegas e quitandas em Minas Gerais, vendendo alimentos e ocupando o lugar dos homens que partiam em busca de ouro (MELO E SOUZA, 1990; FIGUEIREDO, 1007 apud SILVA, 2008).

Nesta perspectiva, é possível identificar que a inserção das mulheres enquanto sujeitos participantes da Esfera Pública se consolida sobretudo através do trabalho e está relacionada às demandas pessoais e familiares das mesmas. Seja através da prostituição, do trabalho formal, da comercialização de bens oriundos de produção própria ou do gerenciamento de pequenos estabelecimentos, as múltiplas formas de garantir o sustento de si e de seus dependentes acabou por ampliar as possibilidades de trânsito e atuação deste segmento para além do restrito lócus do lar.

Importante destacar também que há um atravessamento de classe marcante na determinação dos papéis sociais femininos no Brasil. As mulheres escravizadas e suas descendentes, por sua vez, já conheciam a realidade da exploração da força de trabalho antes mesmo da ampla inserção feminina no mercado profissional. E, de alguma forma, apesar de toda violência e silenciamento sofridos, conseguiam, a partir de suas capacidades de negociação e estratégias de sobrevivência, alguma possibilidade de ação e interferência para além da vida privada na casa dos senhores de engenho. Já as mulheres da elite, embora tivessem evidentes privilégios econômicos e sociais, tinham menos possibilidades de trânsito e ruptura comportamental, já que delas era exigido uma postura rigidamente moralizada como prova visível e pública de reputação familiar.

Para tal, havia estratégias comuns de controle. Aquelas que permanecessem solteiras eram, muitas vezes destinadas à internação em conventos – ou em manicômios em casos mais extremos - onde a pureza e a noção patriarcal de "honra" eram garantidas através da enclausura institucionalizada. Já aquelas que se casavam passavam a viver sob o jugo do esposo, que controlava todos os aspectos de sua vida e sociabilidade. Tal lógica perdurou por séculos. O código civil de 1917 no Brasil, por exemplo, ainda estabelecia legalmente a submissão da mulher ao seu marido, proibindo-a de possuir conta bancária em nome próprio ou qualquer vínculo empregatício que não fosse devidamente autorizado pelo cônjuge (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992).

Os questionamentos acerca da restrição feminina ao espaço doméstico no Brasil se intensificaram a partir do século XIX, quando o governo imperial identificou vantagens econômicas no oferecimento de educação formal às mulheres. No entanto, apesar desse

processo de formação e da intensificação das relações internacionais, que permitiram a circulação das ideias feministas que circulavam no exterior (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992), tal debate não se dava de forma ampla no Brasil, levando em consideração apenas as representantes das classes mais altas, muitas vezes como forma de aperfeiçoamento das suas funções de cuidadora do lar e esposa. Não por acaso, foi esse segmento social, composto por jovens brancas com acesso à educação formal, que protagonizou as primeiras ações coletivas organizadas em prol dos direitos das mulheres no país.

1.1 Feminismos no Brasil: Um breve histórico

Segundo Blay e Avelar (2017), um marco inicial das articulações feministas no Brasil pode ser estabelecido a partir da publicação do livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*[4], uma livre tradução do texto *Vindications of The Rights of Woman*, de autoria de Mary Wollstonecraft, realizada pela educadora Nísia Floresta em 1832. A obra abordava o direito feminino ao acesso à instrução e ao trabalho e o reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres, historicamente privadas do exercício de cargos de destaque e liderança no mercado de trabalho. Floresta, que era professora e educadora, também se tornou conhecida por fundar as primeiras escolas para meninas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro e por ter produzido uma série de livros e artigos para a imprensa sobre as temáticas feministas e abolicionistas.

Deste momento histórico em diante seria possível estabelecer três grandes "ondas" feministas, que, como sintetizam Oliveira e Toth (2016, p.2), "dizem respeito a intensas lutas políticas que acompanharam discussões sociais relacionadas às questões de gênero". No caso brasileiro esses períodos podem ser pensados a partir de três eixos: uma primeira etapa marcada pela luta das sufragistas por direitos políticos; um segundo momento, a partir dos anos de 1970, caracterizado pelo combate à ditadura civil militar e à violência doméstica, bem como pela reivindicação dos direitos reprodutivos e sexuais, e, por fim, uma terceira fase reconhecida pelo engajamento nos processos de redemocratização do país e pelo surgimento de novas formas de conceber a organização militante (PINTO, 2003, 2012).

Conforme pontuado anteriormente, a primeira onda feminista é reconhecida principalmente pela ação das sufragistas, na qual destacou-se a bióloga e cientista Bertha

[4] Para essa e outras obras de Nísia Floresta, ver http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2017, às 00h38.

Luz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que chegou a assumir um mandato na Câmara dos Deputados como suplente em 1936. Essa luta se institucionalizou em 1910, quando foi fundado o Partido Republicano Feminino na cidade do Rio de Janeiro. Presidido por Leolinda de Figueiredo Daltro, esta sociedade civil exclusivamente feminina tinha como objetivo representar e integrar as mulheres na atividade política. O contexto era de crescimento industrial e urbano, de ampliação da educação formal para ambos os sexos e da expansão da imprensa e dos cinemas, mas, apesar das mudanças impulsionadas por esses processos, as mulheres ainda lutavam pelo direito ao voto e pelo pleno acesso ao mercado de trabalho (ARQUIVO NACIONAL, 1910).

Posteriormente, projetos de lei que propunham a concessão do direito ao voto feminino foram apresentados, como, por exemplo, as propostas de autoria dos senadores Justo Chermont (1919) e Juvenal Lamartine (1926-1927). Em 1932 estabeleceu-se o Código Eleitoral Provisório, que permitia que as mulheres votassem, mas ainda apresentava restrições significativas: só podiam participar das eleições e candidatar-se aquelas que fossem casadas e tivessem o aval dos maridos, as viúvas ou as solteiras com renda própria. Essas exigências só seriam abolidas em 1934 com a consolidação deste Código. E o desafio permaneceria por mais algumas décadas. As mulheres só votariam para presidente no Brasil em 1945 e apenas no ano seguinte a participação eleitoral feminina se tornaria obrigatória como a dos homens (BLAY; AVELAR, 2017).

Convém destacar, porém, que a luta pelo direito ao voto restringia-se às classes econômicas mais abastadas, compostas por mulheres formalmente educadas, que tinham acesso ao noticiário, a viagens e à cultura estrangeira (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992; FREITAS, 2016). Nesse sentido, apesar desta conquista democrática, as feministas deste primeiro ciclo foram criticadas, sobretudo por militantes anarquistas, por sua pauta restrita e sua luta elitizada. Além disso, conforme pontua Kritsch (2012), a suposta premissa do feminismo liberal de que a concessão de direitos plenos individuais no âmbito político e do mercado de trabalho poria fim às desigualdades de gênero logo revelou-se equivocada. A proteção jurídica-estatal teoricamente conquistada não foi suficiente para eliminar as disparidades, já que as injustiças e subordinações permaneciam no âmbito do trabalho e da família e as leis "neutras" em relação às disparidades de gêneros tendiam a manter as desvantagens femininas pré-existentes.

A segunda onda feminista, por sua vez, é geralmente atribuída às décadas de 1960 e 1970 e tem como síntese a máxima "o pessoal é político". Nesse período há uma intensa

renovação da literatura sobre o tema, sobretudo a partir da publicação do clássico *O segundo Sexo* (1949), da filósofa francesa Simone de Beauvoir, que influenciou de forma decisiva as novas concepções e ações ativistas no Brasil e no mundo. Esse foi também um momento de diálogo significativo entre teoria política e feminista e variados campos do saber, como a sociologia, psicologia e antropologia, além de diversos segmentos filosóficos (MIGUEL; BIROLI, 2012, p.7). Além do aprofundamento da discussão sobre as mulheres e os espaços público e privado, temáticas como direitos reprodutivos e ao corpo e à sexualidade ganharam maior visibilidade, sobretudo por conta do advento da pílula anticoncepcional, que, na prática, possibilitou uma maior autonomia feminina e a separação objetiva entre gravidez, maternidade, prazer e sexualidade.

No entanto, apesar desta efervescência intelectual e social, a segunda onda feminista brasileira tem como especificidade a deflagração do golpe militar de 1964 e a consolidação do regime ditatorial em 1968, a partir da promulgação do Ato Institucional n.5 (AI5). Assim, enquanto na Europa e nos Estados Unidos havia condições mais propícias para o surgimento e manutenção de movimentos libertários e ligados às pautas identitárias, as militantes brasileiras eram alvos de intensa repressão e submetidas à clandestinidade (PINTO, 2012). "O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las política e moralmente perigosas" (PINTO, 2012, p.272). Soma-se a isso a resistência que as mulheres encontravam entre os exilados políticos, inclusive por parte de seus próprios parceiros, que percebiam o feminismo naquele contexto como um desvio da luta prioritária – ou mesmo exclusiva – de resistência à ditadura.

É também nesse contexto que a violência contra a mulher, principalmente aquela perpetrada por seus companheiros, passa a ser problematizada e amplamente debatida, sintetizada pela palavra de ordem "quem ama não mata" (BLAY; AVELAR, 2017). A frase se tornou emblemática para os movimentos feministas principalmente após o caso de Ângela Diniz, jovem de classe média de Minas Gerais que, em 1976, foi assassinada na cidade de Búzios (Rio de Janeiro) por Doca Street, oriundo de uma família de grandes empresários. Na ocasião, a imagem da vítima passou a ser difamada publicamente e através da imprensa, sobretudo em função de um suposto caso homossexual, e seu assassino foi absolvido com a alegação de "legítima defesa da honra". A sentença de dois anos recebida sequer foi cumprida. O episódio gerou grande descontentamento entre as feministas uma reação organizada dos movimentos de mulheres pressionou a opinião pública de forma contundente. Diante da influência da mobilização feminina e da disputa de narrativas sobre

o feminicídio na ocasião, um segundo julgamento, realizado dois anos depois, teve como conclusão uma nova condenação, desta vez de 15 anos de prisão (O GLOBO, 2013[5]).

Com o fim da ditadura civil militar no Brasil, iniciou-se um processo de redemocratização nacional nos anos de 1980, período no qual os diversos movimentos de mulheres trataram de reorganizar-se diante das novas demandas e possibilidades de articulação. Segundo Pinto (2012), parte desses grupos se autonomizou e afastou das organizações estatais, enquanto outros segmentos se propuseram a dialogar e atuar em parceria como Estado, ocupando espaços, cargos e atribuições institucionais com seus quadros representativos. É também nesse momento que surgem diversas ONGs focadas em intervir junto ao poder público em busca de medidas de proteção para mulheres e de espaço para participação feminina na política.

Nesse contexto,

> muitas feministas passaram a militar em partidos, foram trabalhar em algumas dessas organizações não-governamentais ou dedicaram-se à produção teórica nas universidades. O feminismo deixa de ser algo praticado em grupos reduzidos e específicos para tornar-se algo mais difuso, perpassando vários espaços da sociedade (TOSCANO; GOLDENBERG, 1992, p.41).

O período é marcado, portanto, pela circulação de uma gama variada e ampla de temáticas de interesse feminino, tais como "violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo" (PINTO, 2012, p.272). Há ainda uma maior proximidade entre as feministas e movimentos populares de bairros pobres e favelas e de Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, revelando uma consolidação dos laços teóricos e práticos entre feminismos e correntes políticas do campo da esquerda.

Com a chegada dos anos de 1990, a máxima "meu copo, minhas regras" torna-se uma espécie de lema feminista, revelando a consolidação de uma perspectiva da corporeidade como expressão pessoal. Essa lógica estaria ligada, entre outras questões, às teorias Queer e pós-colonialistas e aos debates acerca das transexualidades e identidades de gênero. Haveria, assim, uma maior atuação micropolítica dos sujeitos feministas, cada vez mais centrados na produção discursiva da subjetividade (OLIVEIRA; TOTH, 2016). No

[5] Disponível em http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/angela-diniz-morta-tiros-em-buzios-em-1976-pelo-playboy-doca-street-10125920. Acesso em 25 de março de 2018, às 17h35.

viés de um “feminismo da diferença”, as distinções entre homens e mulheres não mais seriam negadas, mas reconhecidas e percebidas como instrumentos arbitrários de produção de disparidades.

Em meio aos processos de fragmentação identitária, as especificidades como as de classe, etnia e orientação sexual passam a ser consideradas e contempladas nas lutas coletivas, gerando unidades temporárias e coalizações estratégicas em processos mais amplos de mobilização e ação política. Muitos movimentos de mulheres passam a se reivindicar pluritemáticos, dialogando com outras demandas sociais para além das questões de gênero, e se desdobram em vertentes diversas, com princípios nem sempre conciliáveis. “Influenciadas por uma perspectiva pós-moderna, a interseccionalidade de sobreposições identitárias torna evidente o dilema das diferenças e as disputas internas do movimento por sua fragmentação política, social e ideológica” (OLIVEIRA, TOTH, 2016, p.2). Neste contexto mais recente, portanto, há uma diversificação do sujeito feminista, caracterizada pelas múltiplas pautas e articulações e pelo revigoramento do ativismo de mulheres através da atuação de novas gerações.

Dessa forma, as três ondas feministas aqui brevemente descritas podem ser pensadas a partir de três eixos:

a) Um centramento inicial, calcado na ideia do feminismo como um movimento unitário e até mesmo universal – ou universalizante.

b) Um descentramento e a pluralização dos sujeitos feministas, que se autonomizam ou passam a ocupar os espaços institucionais como as universidades, os partidos políticos e organizações estatais

c) O atual momento de horizontalização dos fluxos de discursos e articulações em redes sociais.

Em todo caso, apesar de termos destacado brevemente as especificidades desses recortes temporais, propomos uma leitura que perceba esses processos não através de uma de uma sequência de rupturas abruptas – nem tão pouco a partir de uma suposta linearidade homogênea –, mas a partir de uma dinâmica repleta de tensões, contradições, disputas e negociações. Trata-se, portanto, de um recorte meramente didático para destacar

determinados fatos e situá-los a partir do que Oliveira e Toth (2016) chamam de "história das políticas feministas". Assim, em suma, as ditas "ondas feministas"

> devem ser vistas muito menos como uma cronologia de acontecimentos sociais, exaltando suas diferenças, e sim como um recurso metodológico que aponte para a continuidade de dinâmicas discursivas e suas pautas relacionadas ao contexto político e social do qual o período atravessa (OLIVEIRA; TOTH, 2016, p.2).

1.1.1 Quarta onda feminista?

Embora a divisão cronológica dos feminismos em três ondas seja aceita por grande parte do(a)s pesquisadores e pesquisadoras desta temática, não há consenso em relação à classificação histórica dos movimentos de mulheres na contemporaneidade. Há autores e autoras que identificam o surgimento de uma quarta etapa dessas mobilizações no século XXI, marcada por características específicas e rupturas que justificariam a definição de um novo ciclo temporal. Em contrapartida, há teórico(a)s que consideram essa classificação precipitada e identificam a predominância de continuidades temáticas e ideológicas nas últimas décadas.

Oliveira e Toth (2016, p.3), por exemplo, afinam-se a este segundo grupo e apresentam uma breve análise crítica acerca dos esforços teóricos para legitimar a delimitação de uma quarta onda feminista. Segundo os autores, essas leituras apresentam-se, por vezes, de formas "simplistas, ideológicas ou utópicas". Seria o caso, por exemplo, de Munro (2013), que "à reboque de vertentes materialistas", identifica os atuais processos de mobilização em sites de redes sociais e o "sentimento de comunidade" que advém dos ambientes digitais como características suficientes para a definição de uma nova onda feminista. Outro alvo de críticas é a perspectiva evolutiva de autores que fariam uma defesa ideológica desse recorte, como Wrye (2016), para quem o atual período histórico se diferenciaria dos anteriores a partir de um deslocamento de preocupações autocentradas para um interesse de transformação coletiva – uma leitura cuja ingenuidade e idealização dos sujeitos ativistas nos parece flagrante.

No entanto, há também contribuições mais densas que defendem a classificação de um novo ciclo para pensar os movimentos de mulheres na contemporaneidade. Matos (2010,

p.67), por exemplo, defende o reconhecimento de uma "quarta onda feminista" no Brasil – e na América Latina como um todo – demonstrando sua hipótese a partir de quatro eixos:

1. A institucionalização das demandas das mulheres através do monitoramento e controle de políticas públicas, principalmente as de enfoque racial, sexual e etário, e a busca por mais poder e representatividade no âmbito parlamentar;

2. A criação de novos mecanismos e órgãos executivos de coordenação e gestão dessas políticas no âmbito federal, estadual e municipal;

3. A criação de organizações não-governamentais, fóruns e redes feministas e, em especial, sob a influência das inúmeras redes comunicativas e da agenda internacional das mulheres;

4. Um novo "frame" para a atuação do feminismo, através de um perspectiva trans ou pós-nacional.

Dessa forma, embora aponte para características já identificáveis no contexto de redemocratização brasileira a partir da década de 1980, a autora revela o surgimento e a consolidação de novas articulações militantes com o poder público, o impulsionamento global de organizações independentes do Estado através de interações midiatizadas e outras formas de percepção e enquadramento das lutas de mulheres a partir de um olhar internacionalizado.

Alvarez (2014), por sua vez, afirma que uma quarta onda feminista pode ser identificada tendo em vista o fortalecimento da organização de outros segmentos sociais até então invisibilizados por um feminismo hegemônico, tais como as trabalhadoras rurais e urbanas e as mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transsexuais. Esses grupos estariam traduzindo e ressignificando, a partir de suas próprias experiências e demandas, os princípios e pautas centrais da luta das mulheres, reivindicando e dando visibilidade à existência de "outros femininos". Esses processos seriam marcados por entrelaçamentos interseccionais, mas também por disputas e negociações que tornariam ainda mais complexos os debates locais, regionais e globais acerca da igualdade de gênero.

Evidentemente a exigência de uma representatividade mais ampla e a crítica à universalização da categoria ativista no campo feminista não é recente. Conforme nos lembra Biroli (2018, p.9), "a identidade do grupo 'mulheres' vem sendo posta em questão de maneira sistemática pelas feministas negras e pelas feministas socialistas, ao menos desde os anos 1960". A partir de meados do século XX, portanto, o pensamento e o ativismo feministas já teriam sido radicalmente alterados a partir de experiências, demandas e necessidades mais amplas e complexas e diante da constatação das diferenças e desigualdades de classe, raça, etnia, sexualidade e geração.

No entanto, como aponta Alvarez (2014, p.69), na virada dos anos 2000, reivindicações até então restritas aos movimentos feministas organizados – tais como a legalização do aborto e o combate à violência de gênero – tornaram-se preocupações de outros campos "heterogêneos" e "policêntricos" da sociedade civil, caracterizados pelos seus cruzamentos com diversos movimentos sociais. Processo este que estaria contribuindo para "'indisciplinar" os discursos e agendas dos feminismos" (ALVAREZ, 2014, p.69). Desta forma, para além da diversificação das pautas dentro do campo de luta organizada das mulheres, uma quarta onda feminista seria marcada ainda pela inserção e valorização das temáticas de gênero em outros setores da sociedade civil organizada – incluindo, convém acrescentar, mulheres não articuladas coletivamente ou engajadas em militâncias partidárias.

A argumentação de Biroli (2018, p.9) também parece caminhar para o reconhecimento de mudanças significativas nas relações de gêneros nas últimas décadas, que teriam levado à

> a intensas transformações na produção de conhecimento, tanto quanto nas experiências cotidianas das pessoas. Em conjunto, trata-se das reconfigurações que abrangem da sexualidade às relações de trabalho, da vivência do que é percebido como íntimo e pessoal aos padrões de participação na Esfera Pública.

Assim, a partir do que foi discutido até aqui, é possível constatar que, apesar da identificação de continuidades em relação a momentos anteriores da "história das políticas feministas" (OLIVEIRA; TOTH, 2016, p.2), a contemporaneidade revela novas formas de ativismos, perspectivas teóricas e práticas sociais no que tange aos papéis e às relações de gênero. E, se as diversas contribuições teóricas que citamos anteriormente caminham no

sentido de valorizar a novidade do atual período histórico, parece-nos necessário ir além da análise bibliográfica para melhor compreender em que pé estamos. Tendo em vista que os subsídios teóricos, por mais consistentes que sejam, não sinalizam a possibilidade de um consenso, acreditamos que a compreensão deste fenômeno ainda em curso – e, portanto, em constante processo de mapeamento e análise – deva ancorar-se não apenas em uma revisão bibliográfica atualizada, mas também no estudo das recentes mobilizações femininas e suas estratégias políticas e comunicacionais.

Nesse sentido, parece-nos relevante trazer a essa discussão parte do material que reunimos a partir de depoimentos coletados através de um questionário online (ver Anexo 4) sobre campanhas feministas em sites de redes sociais[6]. Embora esse instrumento tenha sido pensado a priori para questionar as entrevistadas a respeito de um processo específico de mobilização feminista contemporânea, a diversidade e a riqueza das respostas produzidas foram reveladoras não só das iniciativas pontuais que pretendíamos analisar, mas também da perspectiva dessas mulheres a respeito dos feminismos na atualidade, de forma mais ampla. Embora essas mulheres não argumentem a partir de uma fundamentação teórica acadêmica, revelam, em contrapartida, uma percepção calcada na observação participante, no próprio engajamento online e em leituras atuais desses processos ainda em curso. E, nesse sentido, suas contribuições nos interessam de igual maneira.

Isso posto, cabe agora citar algumas das contribuições que se revelaram relevantes para a compreensão do atual momento dos feminismos. Identificamos que parte das informantes reconhece as articulações de mulheres na internet como um fenômeno que sinaliza uma nova onda, fase ou momento histórico da luta por igualdade de gênero.

De acordo com L., 36 anos, professora e jornalista autodeclarada negra, por exemplo,

> já estamos presenciando o surgimento de uma nova onda feminista, ainda sem nome, mas com um formato mais ou menos definido, e lideranças (mentoras) vindas de diferentes origens, o que é fundamental para diversificar o movimento, dando mais voz a quem realmente precisa[7].

[6] Quando nos referimos aos sites de redes sociais (SRS) partimos da definição conceitual de Boyd e Ellison (2007): espaços nos quais necessariamente há a criação de pelo menos um perfil para cada usuário, a publicização (controlada) dos contatos desses usuários e a interação entre os mesmos através de mensagens (semi) públicas e/ou privadas. Em outras palavras, interessam-nos os atores e as conexões – interações, relações e laços sociais – (RECUERO, 2009) que permeiam esse lócus digital. Já em relação às suas dinâmicas e funcionamento, convém citar Polivanov (2014), para quem os SRS articulam questões ligadas a três eixos indissociáveis: visibilidade (ideia abstrata de tornar algo público, visível), aparência (materialidade da visibilidade, a forma e/ou fisionomia em si) e redes de contatos.

[7] Todos os fragmentos de respostas ao questionário aqui citados estão reproduzidos de forma fiel à sua configuração original. Não foram realizadas revisões ou edições para além dos recortes pontuais.

Para M.H., 23 anos, estudante, autodeclarada branca, por sua vez, os feminismos contemporâneos são marcados por processos de disputa e ressignificação em torno dos estigmas e preconceitos acerca da luta por igualdade, já que, através de campanhas online, “mulheres que às vezes enxergam o feminismo de forma estereotipada, passam a entender que se trata de dignidade e direitos básicos”.

Para R.A., 47 anos, jornalista, autodeclarada branca, os usos das novas mídias têm trazido contribuições sem precedentes para as mobilizações femininas, inclusive no âmbito offline. A respondente destaca que as ações coletivas no ciberespaço não são isoladas e sem reverberação no espaço concreto.

> Os tais “seres” (virtuais?!?) que se mobilizam na chamada grande rede passaram a dispor de uma tecnologia que lhes permite potencializar suas mobilizações em níveis jamais alcançados. [...] As manifestações combinadas na chamada grande rede, reúnem milhares e até milhões de seres humanos de "carne e osso" em praças públicas de diferentes partes do mundo, pelas mais diversas causas.

S.C., 72 anos, professora aposentada, autodeclarada branca, também enfatiza a importância da internet na promoção de debates públicos e combate às discriminações. Ao ser questionada sobre a atuação online de youtubers, blogueiras e ativistas digitais, por exemplo, nos responde

> sei que existem, mas não acompanho. Não que não ache necessário. Pessoalmente (fui uma jovem dos anos 60/70) acho que quebrei tantos tabus que já estou - digamos assim - "em outra". Mas acho super necessário que existam estas iniciativas. Talvez tivesse sido mais fácil pra (sic) minha geração vencer tantas barreiras de preconceito e desrespeito se nós tivéssemos tido canais semelhantes.

Desta forma, é possível perceber que tanto pesquisadores e pesquisadoras desta temática quanto mulheres que se engajam em novas práticas ativistas online identificam um novo momento na trajetória e na tradição feminista no Brasil nos últimos anos. Marcado pela multiplicidade temática, pela influência das pautas identitárias, pela pluralidade de coletivos e engajamentos não institucionalizados e apartidários e pelo amplo uso das tecnologias digitais, o contexto histórico atual apresenta algumas especificidades

importantes. Se, por um lado, as diversas formas de violência denunciadas e combatidas revelam a permanência de um mesmo escopo de denúncias e demandas, por outro, é possível identificar novas formas de organização, atuação e crítica social, sobretudo a partir do crescente uso dos sites de redes sociais e aplicativos para troca de mensagens, que passam não só a mediar a organização e produção de conteúdos e manifestações, mas tornam-se também o próprio (ciber)espaço onde as ações coletivas acontecem.

Nesse sentido, por fim, reafirmamos que a proposição de um recorte compreendido como uma quarta onda feminista, ainda em curso, pode ser uma relevante ferramenta conceitual para identificar significativas novidades do ponto de vista das relações de gênero, das construções de feminilidade e identidades ativistas e das diversas formas de mobilização social que não mais restringem-se ao espaço físico do âmbito offline. Se por um lado ainda "podemos verificar que algumas questões do terceiro movimento ainda são vistas atualmente, deixando em aberto a definição do que presenciamos atualmente" (OLIVEIRA; TOTH, 2016, p. 13), por outro, apostar nesta definição pode conferir-nos um parâmetro eficaz de recorte analítico – desde que essa percepção não seja estanque e não encampe uma pressuposição evolucionista de suposta linearidade histórica.

Embora essa categorização temporal não seja o foco da presente pesquisa, nos ativemos a esta discussão a medida em que optamos por analisar um fenômeno bastante atual e que se insere no cerne de uma das questões mais relevantes a respeito do debate sobre os movimentos feministas contemporâneos: os múltiplos usos das novas tecnologias e as estratégias ativistas no ciberespaço. Diversos estudiosos dos movimentos sociais e dos processos de mobilização na contemporaneidade apontam que a internet desempenha um papel político imprescindível, não só como instrumento de articulação ativista, mas como espaço onde importantes interações, enfrentamentos e conciliações são travados (CASTELLS, 2013; GAJJALA, 2014; GOHAN, 2017; SCHERER-WARREN, 2006). E, como já pontuamos anteriormente, os ativismos feministas não são uma exceção a essa regra. Despontam a partir do fim do século XX e seguem em curso até o presente momento, evidenciando as possibilidades sociotécnicas de cada momento histórico.

Tendo em vista as novas dinâmicas e estratégias políticas e comunicacionais que despontam nesse contexto, partimos da percepção desses fenômenos contemporâneos como sintomas de um momento histórico de perceptíveis continuidades, mas de inegáveis novidades, por vezes ainda não mapeadas, estudadas e compreendidas.

1.2 Ciberfeminismos

Diversos autores e autoras (YANG, 2003; MITRA, 2001, SCHERER-WARREN, 1999 e 2006) partem do pressuposto de que a comunicação mediada por computadores pode conferir às organizações cívicas – tais como associações voluntárias, movimentos sociais e ONGS (MAIA, 2007) – novas oportunidades de engajamento em ações reflexivas e democráticas, criando e testando soluções alternativas para problemas sociais. Nesta chave conceitual, há diversas formas de ativismo que se desenvolvem online, tais como "ciber-protestos", "listas eletrônicas de abaixo-assinado", "guerrilha de e-mails a dirigentes e oficiais públicos", "desobediência civil eletrônica" (MAIA, 2007, p.52) e práticas de hackativismo que compreendem desde derrubadas de sites de empresas conhecidas por crueldade animal até o uso de computadores para burlar sistemas ditatoriais em países totalitários (PALCZEWSKI, 2000)[8].

No campo da luta por igualdade de gênero, as primeiras manifestações ativistas na internet despontaram no final do século XX e caracterizaram-se por uma intensa produção teórica e artística em blogs, listas de e-mail, grupos de discussão, fóruns online e redes virtuais de apoio. Naquele momento, as pautas prioritárias se articulavam em torno de temáticas como os corpos, discursos de poder, afetos e representações sociais no âmbito digital. Também eam relevantes o compartilhamento de conhecimentos sobre programação, desenvolvimento de softwares e plataformas digitais e uso criativo dos suportes tecnológicos. Em um território ainda inexplorado, essas mulheres abriram e desbravaram espaços para produzir e compartilhar informação, se organizar e ampliar o alcance de suas críticas, discursos e manifestações culturais críticas ao sistema heteropatriarcal (ABREU, 2017).

Movimentos como esses foram fundamentais para inserir nas agendas feministas a discussão sobre cibercultura, que ganhou destaque sobretudo a partir da obra pioneira de Haraway (2009). A autora propõe a metáfora do ciborgue para questionar as categorias de identidade, corpo e gênero a partir de uma "análise político-ficional" de cunho feminista, socialista e materialista. Segundo Haraway (2009, p.38), em uma "sociedade tecnologicamente mediada", o simbolismo do ciborgue representaria uma "pólis

[8] Maia (2007, p.50) destaca também que não são apenas os coletivos formais que recorrem às estratégias digitais para a formulação de pautas e ações coletivas. Determinadas redes cívicas, apesar de serem consideradas "pré-políticas" do ponto de vista institucional, podem ressignificar a própria experiência e revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos a partir de sua inserção online.

tecnológica, baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oioks* – a unidade doméstica".

Outras autoras de destaque também versaram sobre essa temática, deixando-nos importantes contribuições. Plant (1998), por exemplo, abordou as diferenças entre homens e mulheres a partir da metáfora da linguagem binária (zeros e uns, respectivamente) e propôs pensar a internet como um território essencialmente feminino, que viabilizaria uma relação mais homogênea entre os gêneros. Já Stone (1991), teórica e ativista transexual[9], debruçou-se sobre a construção do corpo e do desejo no espaço online, analisando como esses ambientes mediados possibilitavam a subversão de normas sociais, mas ainda se revelavam estruturas prevalentemente heteronormativas. Kendall (2002), por sua vez, desenvolveu uma "etnografia representativa" estudando um fórum de discussão online para analisar como as representações e padrões de gênero eram construídos e negociados nesses ambientes.

No entanto, embora as primeiras iniciativas ciberfeministas tenham obtido razoável visibilidade na internet e despertado o interesse de ativistas e acadêmico(a)s, as expectativas dessas pioneiras de formar e organizar uma militância universal em torno de uma identidade política, aglutinada a partir do uso das tecnologias cibernéticas, não se concretizaram.

O rápido crescimento e fragmentação da internet no começo do século XXI, característicos da lógica da web 2.0 (LOPES, 2010), contribuíram para que este movimento se tornasse

> um conjunto híbrido de trabalhos, ações e investigações que não esboçaram um projeto único. Suas atividades multidisciplinares caminharam mais em direção ao intercâmbio de experiências e a à heterogeneidade dos discursos, produções e posicionamentos políticos (ABREU, 2017, p. 10).

Nesse sentido, graças às divergências teóricas e políticas entre as feministas e às novas configurações das redes virtuais e seus usos, as ações coletivas de mulheres na internet tornaram-se dispersas e diversas, caminhando para um processo de segregação e fluidez de complexo mapeamento. As diferentes correntes e tendências feministas passaram a ocupar e disputar as narrativas que circulam online, nem sempre priorizando a busca de

[9] Sobre esta temática, ver *The "empire" strikes back: A posttranssexual manifesto* (STONE, 1993). Disponível em https://uberty.org/wp-content/uploads/2015/06/trans-manifesto.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 04h03.

uma unidade política mais ampla - mesmo porque lidavam (e ainda lidam) com divergência conceituais sabidamente inconciliáveis.

Ainda assim, podemos sintetizar algumas leituras e conceituações que nos permitem apreender e abordar esses segmentos de forma geral. Aqui compreenderemos o ciberfeminismo (GAJJALA, 1999) – ou digifeminismo (ABREU, 2017), tecnofeminismo (WAJCMAN, 2006), feminismo ciborgue (HARAWAY, 2009) – como "todas as ações mediadas pelas tecnologias, para subverter e confrontar as questões derivadas do patriarcado" (ABREU, 2017, p.3) e para "para a modificação da realidade político-social das mulheres" (HARAWAY, 1985, p. 47). A prática ativista abarca produtores multimídia, administradores ou moderadores de listas de email, programadores, webdesigners e mulheres que se envolvem ativamente em todos os tipos de espaços online, síncronos e assíncronos", que "assumem o controle e apropriam-se do uso de tecnologias cibernéticas" e que "criam espaços on-line de empoderamento feminino (GAJJALA, 1999, p.617).

Essa definição ampla engloba, portanto, diversas estratégias online, desde aquelas que partem de grupos institucionalmente organizados às que se desenvolvem espontaneamente por ações individuais ou de novos coletivos de mulheres. Indicam múltiplas formas de identificação, vinculação e participação, abarcando tanto militantes organizadas quanto mulheres que não se definem como ativistas e se envolvem apenas pontualmente em ações online de seu próprio interesse.

1.3 A categoria de gênero enquanto instrumento de análise

Ao abordar os ativismos femininos na internet, principalmente aqueles que se dedicam a dar visibilidade às injustiças e violências sofridas por mulheres e praticadas por homens, evidenciamos que a categoria "gênero" é ainda eficaz para o mapeamento e análise da construção e manutenção histórica dessas disparidades. Se, por um lado, o sistema binário que delimita de maneira dicotômica e estanque feminilidades e masculinidades já é recorrentemente questionado, este conceito é ainda uma categoria histórica importante para destacar singularidades sociais e fazer referência às desigualdades cultural e historicamente construídas.

Aqui estamos nos referindo sobretudo à definição de Scott (1989, p.21) para quem gênero é um mecanismo de produção de relações de poder a partir das diferenças anatômicas

percebidas entre os sexos. Nesse sentido, ainda segundo a autora, a noção de gênero pressupõe quatro elementos inter-relacionados a saber:

> 1. *Símbolos culturalmente disponíveis* que evocam representações múltiplas e frequentemente contraditórias, como, por exemplo, luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção, etc.
>
> 2. *"Conceitos normativos"* que evidenciam determinadas interpretações dos símbolos e tentam limitar suas possibilidades metafóricas. Geralmente advém de doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que afirmam categoricamente um sentido de masculinidade e feminilidade.
>
> 3. *"Noção de fixidez",* uma aparência de permanência intemporal na representação binária dos gêneros.
>
> 4. *Ideia de identidade subjetiva*, ou seja, conferências que estabelecem distribuições de poder em forma de controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos para cada um dos gêneros.

Desta maneira, as noções e representações acerca do masculino e do feminino constroem-se como duas categorias complementares mas mutuamente excludentes. O reconhecimento dessas diferenças e a atribuição de determinados signos e representações para cada uma dessas configurações sexuais não explica, por si só, o estabelecimento de relações desiguais, injustas ou violentas. A assunção das singularidades e até mesmo as configurações culturais que se alicerçam em seu entorno não são necessariamente díspares e excludentes. No entanto, o que se observa em diversas sociedades - incluindo a brasileira, como já demonstramos – é um histórico de desigualdade, injustiças, estigmas e hierarquizações a partir da dupla lógica estanque sexo-gênero.

Homens e mulheres seriam, portanto, ao mesmo tempo "categorias vazias e transbordantes (SCOTT, 1989, p.28), visto que, por um lado, parecem fixos e trazem em si definições negadas ou reprimidas e, por outro, não tem nenhum significado definitivo e transcendente. Dessa forma, ao retomar este acervo teórico, não pretendemos negar a existência das diferenças entre homens e mulheres, mas, como propõe Saffioti (2016,

p.386), “entendê-las como fruto de uma convivência social mediada pela cultura”. Logo, quando mencionamos as lutas feministas não estamos pressupondo uma essência de uma “mulheridade” ou uma naturalização das práticas violentas e desiguais atribuídas às masculinidades. Buscamos, ao contrário, evocar o conceito de gênero como “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1989, p.28).

A discussão a respeito das diferenças sexuais só fará sentido, portanto, quando pensada através de eixos de poder, construídos socialmente a partir de similaridades ou distinções em relação à classe, gênero, raça / etnia, etc. Assim, como pontua Lauretis (1987, p.211), “gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe”. Nesse sentido, analisaremos aqui estratégias discursivas que sinalizam disputas e negociações no âmbito dessas relações, hora demarcando desigualdades para sinalizar injustiças, hora demandando reciprocidade em relação aos direitos e liberdades.

Ainda de acordo com a autora supracitada, compreendamos as modelagens de feminilidade e masculinidade a partir da chave conceitual das “tecnologias de gênero”, ou seja, “um constructo sociocultural”, “um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado a indivíduos dentro da sociedade”. Segundo a teórica, basear as reflexões e ações políticas apenas a partir da lógica da diferença sexual confinaria o pensamento crítico a ideias totalizantes. A mulher seria pura e simplesmente o Outro do homem em uma lógica em que ambos seriam universalizados. Essa “feminilidade metafísico-discursiva”, ancorada na ideia da categoria mulher como “essência arquetípica”, não permitiria perceber e levar em consideração a diversidade deste segmento e as desigualdades e relações de poder que também perpassam o seu conjunto. Assim, inspirada pelo pensamento foucaultiano, DiLauretis (1987) defende que o conceito de gênero seja compreendido não como uma propriedade dos corpos ou como dado a priori, mas como efeitos produzidos nos corpos, comportamentos e relações sociais.

Essa tese pode ser sintetizada em quatro proposições:

1. O gênero é uma representação que tem implicações “concretas, reais e sociais” na vida material.

2. A representação de gênero é sua construção e a arte e a cultural erudita ocidental são registros dessa história.

3. A construção do gênero efetua-se atualmente no mesmo ritmo de tempos passados, ocorrendo tanto em lugares tradicionais, como a mídia, as escolas, os tribunais e a família e também na academia, quanto na comunidade intelectual, nas práticas artísticas vanguardistas, nas teorias radicais e nos discursos feministas.

4. Paradoxalmente, o gênero se faz também através de sua desconstrução. Não é apenas efeito da representação, mas abarca o que é excluído do discurso.

Já Butler (2003) trará para essa discussão tendências desconstrucionistas a partir de uma leitura não-binária dos gêneros. Estes são por ela compreendidos enquanto "ato performático" e, portanto, construção social do sujeito, "sendo passível de reafirmações e renegociações, de acordo com os agentes de interação" (OLIVEIRA; TOTH, 2016, p.2). A autora também destaca a noção de "inteligibilidade de gênero", ou seja, o pressuposto de que há um padrão hegemônico de coerência entre sexo, gênero, prática social e desejo. Ou seja, haveria uma matriz dominante de relações de gênero culturalmente inteligível.

Isso não significa, contudo, que tal ordem não possa ser questionada, subvertida e reinventada - ainda que a naturalização dos papéis de gênero e dos arranjos familiares faça com que as pessoas se "escandalizem quando algo não segue o padrão" (CONNELL; PEARSE, 2015, p.37). Soma-se a isso a ideia de que os processos de identificação não devem ser pensados como processos fixos e estáveis, muito menos essencialistas, mas analisados como vinculações provisórias, estabelecidas na prática, nas ações concretas. Dessa maneira, a teórica representa um campo que articula novas possibilidades de ser e estar para além da repetição performática de comportamentos específicos e normatizados.

1.4 Mulheres e internet no Brasil: Porque estudar ciberfeminismos em um país desigual?

Apesar do advento e do fortalecimento dos ativismos online de mulheres, que abordamos de forma sucinta anteriormente, é preciso, como ressalva Sibilia (2016, p.50), contrapor às celebrações pela democratização viabilizada pelas novas tecnologias com dados que revelam as profundas desigualdades de classe em diferentes regiões do mundo,

que geram um fenômeno denominado "tecno-apartheid". Em meio às leituras simplistas sobre as possibilidades de emancipação e horizontalização da produção de conteúdo e das trocas comunicacionais na web, há, como lembra a autora, milhões ou mesmo bilhões de pessoas que nunca saberão ao certo o que é Facebook, Instagram ou YouTube, "excluídos dos paraísos extraterritoriais do ciberespaço, condenados à cinza imobilidade local em plena era multicolorida do marketing global". Em suma, não podemos falar em uma globalização conectada na qual todos e qualquer um podem ser incluídos e que, mesmo aqueles que dispõem de acesso à internet não o fazem da mesma forma – já que há "aqueles que dispõem de mais recursos e os que só contam com conexões frágeis ou esporádicas" (SIBILIA, 2016, p.50).

O caso brasileiro não é uma exceção a esse fenômeno, apresentando defasagens em relação a outros países mais ricos e abissais discrepâncias internas, características de sua flagrante estratificação social. A começar pelo fato de que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), há 11,8 milhões de brasileiros a partir de 15 anos que são analfabetos. Isso significa que 7,2% da população nacional encontra muitas dificuldades para acessar e compreender grande parte do conteúdo que circula no ciberespaço. Soma-se a isso a necessidade de um letramento digital, competência complexa e ainda mais específica, que envolve "a participação colaborativa de atores sociais localizados socio-histórico-culturalmente na construção conjunta de significados, mediada por instrumentos multisemióticos (textos, imagens, vídeos, sons etc.)" (WENGER apud LOPES, 2010, p.398). Esses percalços revelam-se cada vez mais limitadores em uma cultura que "exige diferentes habilidades [...], que pressupõem o escritor e o leitor em contínua navegação" (COSACARELLI; RIBEIRO apud COUTO, 2015, p.171).

Além das discrepâncias socioculturais supracitadas, há ainda outras limitações técnicas que afetam os usos da internet no Brasil. Um estudo realizado em 2017 pelo The Economist Inteligence Unit em parceria com o Facebook[10] revelou que o Brasil ocupa a 18ª posição de um ranking de 75 países em relação às condições de acesso à internet, que são avaliadas através de aspectos como disponibilidade de sinal, viabilidade de custo e ambiente econômico favorável.

Já um estudo apresentado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

[10] A pesquisa, que baseia-se em informações da União Internacional de Telecomunicações e entrevistas com especialistas no tema realizadas durante o ano de 2016, está disponível em https://theinclusiveinternet.eiu.com/explore/countries/performance. Acesso em 07 de janeiro de 2018, às 23h37.

(Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), revelou que 46% das residências brasileiras não estão conectadas à internet. E, entre os que possuem acesso à web, há uma desigual distribuição: a rede está mais presente em domicílios de áreas urbanas (59%) e nas classes A (98%) e B (91%), enquanto as classes D/E conectadas correspondem a 23% e aquelas em áreas rurais somam apenas 26%. De acordo com Gomes (2005, p.71), essa disparidade se naturaliza e dissolve em um conjunto mais amplo de injustiças sociais, uma vez que no Brasil "as contrastantes desigualdades de oportunidades digitais parecem incorporar-se tranquilamente ao nosso repertório de desigualdades". Trata-se, assim, de uma privação da cibercidadania, para a qual a leitura e a escrita são "atividades que envolvem múltiplas habilidades de produção de sentido, a partir das possibilidades ilimitadas de um texto sempre aberto e em constante construção" (COUTO, 2015, p.179).

No caso específico das mulheres, os números também evidenciam profundas contradições. Em 2015, segundo o IBGE, havia 92.167 mulheres com 10 anos ou mais de idade no Brasil, porém apenas 53.492 delas havia utilizado a internet no período dos três meses que antecederam a aplicação da pesquisa. Isso significa que 42% das brasileiras não se conectam com razoável frequência. Reis (2017, p.3) destaca ainda a discrepância entre homens e mulheres atuando no controle e nos processos decisórios nas redes. Se, por um lado, o público feminino é responsável por 53% dos acessos à internet no país (IBPE, 2015) e por 69% do uso de sites de redes sociais em todo o mundo (PEW REARCH CENTER, 2011), por outro ainda são minoria nas "decisões sobre aESO infraestrutura técnica e lógica das redes digitais" e nas "comunidades hackers e do software livre".

O caso brasileiro é, portanto, um exemplo contundente do fenômeno global que Alonso (2007) denomina "fratura tecnológica de gênero", uma defasagem consequente tanto do analfabetismo, quanto da falta de capacitação e habilidades em informática e domínio da língua inglesa (predominante na rede global) e das limitações de renda que não permitem amplo acesso à conexão. Nesse sentido, Castaño (2010) destaca ainda as dificuldades em relação à capacidade de acesso às redes, a uma "incorporação efetiva à cultura digital" e ao "lugar das mulheres na produção, desenho e governança da tecnologia digital, isto é, em postos de comando" (NATANSOHN, 2013, p.33).

Somam-se às dificuldades sociotécnicicas e culturais os preconceitos e discriminações raciais, sexuais e de gênero que, tal qual no espaço offline, ocorrem também em espaços mediados por computadores (ABREU, 2017). Desta forma, as mulheres, que de maneira geral já são afetadas por perspectivas sexistas, enfrentam ainda o silenciamento e

a violência simbólica no ciberespaço, principalmente quando se apresentam como não-brancas, transgênero, transexuais, lésbicas ou bissexuais – o que constitui um outro tipo de entrave à livre circulação, produção e consumo das mulheres na web. Seja através da possibilidade de anonimato ou não, conforme exemplifica o estudo de Lopes (2010)[11], a interatividade nas novas mídias permite que se exacerbem discursos de ódio em torno da diversidade de gênero e sexualidade e dos feminismos.

Dessa forma, em contraponto a leituras celebratórias – que afirmam a existência de um ciberespaço "não monopolizado", onde a "capacidade de agência e de construção" é estendida a todo mundo (MAYANS; PLANNELS apud LOPES, 2010, p.396) e se dá "ainda que os participantes estejam situados nas margens sociais" (LOPES, 2010, p.396) – é possível perceber que, "por maiores que sejam os avanços, a internet não apaga as assimetrias comunicativas, pois elas são fruto de estruturas sociais mais amplas" (COÊLHO; MARQUES, apud GUIMARÃES-SILVA, 2017, p.117).

Pesquisas no campo da cibercultura desenvolvidas no Brasil devem, portanto, pressupor e assumir suas limitações em termos de representatividade social, não só pelos necessários recortes metodológicos adotados, mas pela inconteste constatação de que o ciberespaço é ainda restrito ou limitado para grande parte da população local. Esse dado não pode ser ignorado, mesmo em estudos que não discutam essa temática de forma prioritária e não abordem as desigualdades sociais de maneira explícita. No entanto, apesar de identificarmos e ressaltarmos o inquestionável impacto das disparidades econômicas no acesso à internet, reafirmamos a relevância da produção de pesquisas neste campo. Isso porque, conforme afirma Levy (1999, p.13), embora a exclusão digital seja uma questão crucial, "não deve nos impedir de contemplar as implicações culturais da cibercultura em todas as suas dimensões". Segundo o teórico, "não são os pobres que se opõem à Internet - são aqueles cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração de comunicação". Em suma, a despeito das não desprezíveis injustiças sociais e de todas as contradições imbuídas nos processos de exploração econômica da Internet, ainda se faz necessário pensar (criticamente) os processos de sociabilidade no âmbito do ciberespaço.

[11] Para estudos de caso sobre disseminação de discursos machistas e homofóbicos em sites de redes sociais e fóruns de discussão online, ver: LOPES, Luiz Paulo da Moita. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. Trab. linguist. apl. [online]. 2010, vol.49, n.2, pp.393-417.

Nesse sentido, parece razoável afirmar que, mesmo diante da discrepância socioeconômica brasileira, ser e estar na internet já é um aspecto de suma importância em nossa cultura, como também ocorre em tantas outras ao redor do globo. Como sintetiza Lemos (2015), as novas tecnologias tornaram-se onipresentes ao ponto de não podermos discernir com precisão onde começam e terminam, seja no campo das artes, da mídia, da medicina, da economia e em todas as esferas da cultura. Ainda segundo o autor, estamos inserido(a)s em uma sociedade que se torna cada vez mais impactada e transformada pela "comunicação em rede e pelas micromáquinas que colonizam nosso quotidiano" (LEMOS, 2012, p.268). Polivanov (2014) vai de encontro à essa perspectiva ao pontuar que, na contemporaneidade, "a velocidade e o acesso às informações estariam restritos a poucos, mas teriam se tornado imperativos".

O princípio básico que norteia essas premissas é de que, como resume Martino (2017), as alterações tecnológicas que se dão através da ação humana não se separam da cultura, da história e da sociedade nas quais esses processos se inserem. Trata-se, portanto, de uma relação que não é de causa e efeito, mas dialética. Para o autor, as mídias digitais,

> integradas ao cotidiano, foram apropriadas pelas pessoas, grupos, comunidades e sociedades como parte de suas atividades, de seus relacionamentos, suas vidas. Ligadas ao mundo profissional, ao trabalho, à diversão e mesmo à vida afetiva e íntima, muitas vezes alternando o que eram as barreiras e fronteiras entre esses espaços (MARTINO, 2017, p..271).

Dessa forma, parece-nos evidente que, apesar da desigualdade social e da consequente exclusão digital existente no Brasil, o advento da internet impacta de forma estrutural as múltiplas formas de sociabilidade e as dinâmicas da cultura da época. A precariedade ou escassez de conexão para parcelas significativas da população não impede que esforços de pesquisa no campo do ciberespaço produzam informações social e cientificamente relevantes, capazes, inclusive, de expor as contradições de classe.

E, mesmo diante de tantas disparidades, os números ligados ao uso da internet e consumo de sites de redes sociais no Brasil e no mundo não podem ser desprezados. Em janeiro de 2016, a agência de marketing digital *We Are Social* divulgou a pesquisa *Digital in 2016: We are social's compendium of global digital, social, and mobile data, trends, and statistics*, um estudo realizado nos 30 países de maior relevância na economia global, que se propôs a apresentar "as últimas tendências no mundo da telefonia móvel, digital e social" . De acordo com o relatório, existem 120,2 milhões de usuários ativos na internet no Brasil,

o que corresponde a 58% da população local. Esse número vem crescendo e já apresentava um aumento de 13% em comparação a janeiro de 2015. A média do consumo diário de internet é de 5 horas e 14 minutos em computadores ou tablets e 3 horas e 56 minutos em celulares. Dentre os usuários ativos de internet no país 78% acessam a rede todo dia, 14% o fazem pelo menos uma vez por semana, 6% pelo menos mensalmente e apenas 2% menos de uma vez por mês.

Em relação ao uso de sites de redes sociais, houve, no período de um ano, um aumento de usuários de 7% no total e de 13% especificamente em dispositivos móveis. A média diária de tempo gasto nas mesmas, em diversos dispositivos, chega a 3 horas e 18 minutos. As plataformas sociais mais utilizadas por esses internautas são os sites Facebook (31%); Google + (17%), Instagram (15%), Twitter (14%), Linkedin (12%) e Pinterest (8%) e os messengers e chats WhatsApp (29%); Facebook Messenger (24%); Skype (15%) e Snapchat (9%).

O estudo revela ainda um breve panorama sobre os usuários do Facebook, o site de rede social mais popular no \ Brasil. Dos seus 103,000,000 usuários, a maioria (54%) se declara mulher. Destas, a maior parte (18%) tem entre 20 e 29 anos de idade, 13% tem entre 30 e 39 anos, 10% entre 13 e 19, 7% entre 40 e 49, 4% entre 50 e 59 e 2% com 60 ou mais. No caso dos homens, que correspondem a 46% do total, a maioria (17%) também está na faixa-etária entre 20 e 29 anos, seguidos pelos grupos de 30 a 39 (11%), 13 a 19 (9%), 40 a 49 (5%), 50 a 59 (3%) e 60 ou mais (1%).

Esses números permitem identificar que a rede social mais acessada no Brasil se constitui como espaço majoritariamente feminino, com participação significativa de jovens, jovens adultas e adolescentes. Esses fatores explicam, em parte, porque as estratégias ciberfeministas, que priorizam as redes sociais e são protagonizadas por uma nova geração de ativistas, encontram tantos ecos e possibilidades comunicativas nesse ambiente digital. No caso específico das campanhas de mulheres indexadas por hashtags, que constituem o objeto central do presente estudo, partimos do pressuposto de que se tratam de ações representativas e relevantes, sobretudo diante da gradativa proliferação dos discursos ligados às pautas identitárias, que circulam a partir de ações de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transsexuais. Se por um lado este recorte é inevitavelmente limitador e exclui uma parcela significativa das brasileiras, por outro permite que analisemos um fenômeno contemporâneo que revela novas práticas ativistas e midiáticas femininas e seus processos de disputas e negociações.

1.5 Mapeamento dos feminismos em sites de redes sociais: Em busca de um recorte de pesquisa

A fase exploratória desta pesquisa iniciou-se antes mesmo da consolidação do levantamento bibliográfico e da formulação de hipóteses que pudessem ser verificadas em campo. Nosso objetivo inicialmente era mapear de que maneira as mulheres utilizavam sites de redes sociais para promover discussões sobre equidade de gênero e articular mobilizações coletivas no espaço online e/ou offline. Para tal, uma primeira estratégia de pesquisa consistiu na procura pelo termo "feminismo" / "feminismos" nos mecanismos de busca do Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.

Através do aplicativo netvizz[12] foi possível mapear 69 *grupos* no Facebook cujos títulos utilizam a palavra "feminismo". A análise de suas descrições (textos que definem seus objetivos e escopos) permitiu identificar a presença de diversas correntes teóricas e interfaces com temáticas mais amplas, como por exemplo os feminismos radical (ou de raiz; segunda onda, radfem), libertário, de esquerda, negro, interseccional, liberal / individualista e marxista. Identificamos ainda grupos de discussão que associavam o feminismo a diversos tipos de crença e religiosidade e outros que mesclavam o debate de gênero e determinados campos do saber (direito, história, história da arte, etc.) ou eram geograficamente localizados e marcados.

Entre os objetivos desses grupos verificamos propostas de fomento de debates e práticas pedagógicas (atrelados ou não a vertentes teóricas específicas), organização de eventos no espaço online e offline e promoção de sociabilidade e encontros sexuais/afetivos. Já em relação à privacidade dos coletivos virtuais, apenas um dos grupos era aberto, evidenciando a preocupação desses setores em moderar a entrada de integrantes (diversos grupos não aceitam pessoas identificadas como "homens" e "homens cis[13]") e preservar a identidade e a confidencialidade dos membros.

Em relação à busca por *páginas* no Facebook relacionadas à palavra-chave "feminismo"[14], encontramos 100 ocorrências, sendo 90 delas referentes a conteúdos escritos em português. Entre as diferentes vertentes surgem:

[12] A análise foi realizada no dia 21 de agosto de 2016, às 17h34. Os números apresentados foram coletados neste período.

[13] Homens cisgêneros, ou seja, que nasceram com sexo masculino e reivindicam essa identidade de gênero.

[14] Pesquisa realizada em 21 de Agosto de 2016, às 18h52.

Vertentes	**Páginas**
Feminismo radical	Feminismo Radical Didático (35.261 curtidas) Feminismo Radical (108.656 curtidas) Feminismo radical (1.630 curtidas) Feminismo Radical para Iniciantes (1.445 curtidas) Feminismo Radical (3.909 curtidas) Feminismo às raízes (7.178 curtidas)
Feminismo negro	Feminismo Negro (1.213 curtidas) Feminismo Negro (322 curtidas)
Feminismo interseccional	Feminismo interseccional (767 curtidas) Acampamento de Feminismo Interseccional (5.337 curtidas) Feminismo Interseccional, esse marginal (104 curtiram isso)
Feminismo Liberal	Feminismo Liberal (1287 curtidas) Feminismo Liberal (333 curtidas) Feminismo liberal – Interesse (43 curtiram)
Feminismo Libertário	Feminismo Libertário (6948 curtidas)
Feminismos Marxistas	Feminismo Marxista (8.198 curtidas) Feminismo marxista (37 curitdas) Feminismo Sem Demagogia – Original (1.073.915 curtidas)
Outros feminismos ligados ao campo da esquerda	Feminismo Revolucionário (28.526 curtidas) Feminismo à Esquerda (7.059 curtidas) Feminismo Periférico (5.277 curtidas) Feminismo socialista (46 curtidas) Feminismo materialista (28 curtidas) Feminismo socialista (26 curtidas) Feminismo classista (19 curtidas) Feminismo Emancipacionista (306 curtidas)
Feminismo Queer	Feminismo Queer (555 curtidas)

Sem vinculação à correntes / específicas e/ou abertas às diversas teorias	Feminismo (22.156 curitdas) Feminismo na Rede – Original (20.143 curtidas) Feminismo para homens (1.203 curtidas) Feminismo Empoderador (39.614 curtidas) Feminismos (1.789 curtidas) Homem explicando feminismo - Figura pública (5.486 curtidas) Preciso do feminismo porque – Comunidade (89.458 curtidas)

Há ainda páginas que situam o debate feminista geograficamente (Brasil e América Latina, Estado do Rio de Janeiro, Sul Fluminense, Paraty, Universidade Federal de Minas Gerais, Colégio Pedro II) e que o associam ao humor ou a temáticas como poesia, cultura pop, intervenções urbanas, veganismo e religião (islamismo, judaísmo, cristianismo). Há ainda a página *Feminismo Negro Interseccional Campinas - Coletivo Lélia Gonzalez* (com 1.388 curtidas), que se enquadra nas três categorias aqui colocadas: está atrelada à duas vertentes feministas e situada geograficamente.

Já no Twitter, uma pesquisa avançada[15] identificou 25 contas que utilizam a palavra "feminismo" em seus nomes ou autodescrições no Brasil. As contas encontradas, em geral, têm poucos seguidores e algumas estão abandonadas, desatualizadas e contém pouquíssimos tweets em seu histórico. Destas, 14 são vinculadas a perfis pessoais e outras 11 representam organizações, correntes teóricas ou pautas específicas, a saber:

Nome / Conta	**Auto-descrição**	**Observações**	**Número de seguidores**
#partida @sigapartida	A democracia brasileira será feminista e vai transformar o poder em potência! Venha construir com a gente um feminismo dialógico e autocrítico!	Conta ligada à militância do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1241

[15] Dados obtidos na própria rede social Twitter.com em 21 de Agosto de 2016, às 13h43.

CDMJ @casadamaejoanna	Feminismos. Gênero. E mais!	Vinculada à iniciativa auto-denominada espaço aberto de mídia (casadamaejoanna.com), presente em redes sociais como Facebook, Google +, Instagram, Pinterest, YouTube e Snapchat. É composta por um equipe mista – embora a maioria seja mulher – e aberta às diversas vertentes teóricas do feminismo.	283
Feminismo Islâmico @feminismo_islam	Pollyanna Meira	Conta ligada ao blog http://feminislam.blogspot.com.br, gerenciado por Polly, autodefnida com "Mineira, Mãe, Muçulmana & Feminista". Debate a intolerância religiosa e discute o conservadorismo islâmico a partir da perspectiva do empoderamento feminine.	461
Feminismo Radical BR @feminismoradica	#Feminismo, #FeminismoRadical, #RadFem, #FemRad.	Conta dedicada a divulgação e compartilhamento da produção teórica sobre o feminism radical.	20 (porém a comunidade no Facebook para compartilhamento de textos conta com 79 pessoas)
Feminismo Sem Pudor	@FSemPudor Sem Pudor é uma iniciativa de uma feminista interacional contra preconceitos e discriminações, porque acreditamos que toda forma de opressão está conectada.		6

Arttêmia Arktos @FeministaRad	Acredito no feminismo e na necessidade da luta das mulheres pelo fim da misoginia,sexismo e exploração sexual de seres humanos.	Conta ligado ao blog arttemiarktos.wordpress.com. Apesar de ser vinculada à uma feminist específica, seu conteúdo é voltado para o debate sobre as correntes teóricas do feminism, a discussão sobre gênero e identidade.	1678
No Feminism Here @nofeminismhere	Stop being stupid	Apesar do nome e da descrição em inglês é uma conta brasileira. Contém aepnas 3 tweets e está desatualizada desde 2013.	20
Feminismo Brasil @FeminismoBR	feminismo no Brasil e no mundo	Basicamente composta por retuítes de conteúdo politico ligado à pauta dos direitos dos trabalhadores e das mulheres.	99
Feministas @femconstrucao	Feminismo construído coletivamente e com muito amor.	Desatualizada desde 2014, a página continha indicações de textos feministas, críticas a reportagens vinculadas na grande mídia e divulgação de iniciativas ciberfeminsitas	264
Feminismo Sim @maandy_its	Não contém descrição	Contém apenas 1 tweet e 1 retweet e está desatualizada desde 2015	1
Feminismo pró aborto	@aborto_pr pela legalização do aborto no Brasil. basta de mulheres mortas por aborto clandestino!!	Contém apenas 2 tweet e está desatualizada desde 2012.	24

No YouTube, por sua vez, a busca por canais com a palavra “feminismo” no título ou descrição somam 3.167 ocorrências, enquanto 2.703 canais estão vinculados à palavra “feminista” e “1.183” à “feministas” – embora haja canais que aparecem na busca de dois ou mais dos termos. A hashtag #feminismo, por sua vez, está presente em 25 vídeos originários do Brasil, sendo seis deles contrários à pauta (*Mulher Manda Recado para as Feministas”,* do O Canal da Direita[16]; *A vida como ela é! #FEMINISMO*, do canal Vanessa Lina[17] *Sara Winter dá testemunho sobre aborto e faz discurso contra o movimento feminista.* do canal Lindolfo Gomes[18] *Resenha crítica sobre #Feminismo no Profissão Repórter #vlogdoviade do* canal Aventuras na Justiça Social[19] e *Entrevista: Livro "A Mulher segundo o coração de Deus* do canal Magda Ishikawa[20]); *#feminismo / ideologia de gênero / influencia da cultura / Padrão de Beleza* do canal Homem Superior[21]. Já os demais vídeos se dividem em canais de vloggers, peças informativas e didáticas ou comentários sobre o episódio em que cantor brasileiro Biel foi acusado de assediar uma jornalista durante entrevista em junho de 2016. Há também uma série de documentários sobre mulheres trabalhadoras do Cariri.

Ainda em relação às informações obtidas através do sistema de buscas do site, é possível verificar o interesse em determinadas correntes feministas, tais como:

Palavras-chave de busca	**Resultados encontrados no YouTube**
Feminismo negro	20.500

[16] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=3kU-ACtOlHM. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 15h34.

[17] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=JKSOz7clSgo. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 15h43.

[18]Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=16xzYj4lONU. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 14h50

[19] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=vJbup-nknlE. Acesso em 20 de agosto de 2016, às 14h57.

[20] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=D-5svquhF6E. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 15h50.

[21]] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yVJFHyEXN5U. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 15h50.

Feminismo marxista	19.000
Feminismo radical	9.730
Transfeminismo	1.480
Feminismo materialista	901
Feminisno liberal	4300
Feminismo interseccional ou intersec	286

No caso do Instagram, rede ainda pouco analisada em estudos sobre ciberativismos, há 51 perfis com a palavra "feminismo" no nome ou auto-descrição, com pelo menos 1 foto publicada. Destes, 48 são pró-feminismo – os perfis *fora feminism*o (8540 seguidores) *nao_me_prese*nta (com 190 seguidores) e *anti-feminismo* (com 54 seguidores) são os únicos contrários ao movimento que aparecem na busca e tem poucas publicações (19, 16 e 6, respectivamente.

As hashtags também assumem papéis importantes nas estratégias midiáticas ativistas. Entre as referências à palavra feminismo que mais aparecem nesta rede social estão #feminismo (120.401 publicações); #feminismonegro (1.951 publicações); #feminismos (1.409 publicações); #feminismoliberta (5.213 publicações). Há ainda outras 19 hashtags semelhantes que podem ser encontradas na busca. Além disso, 3 vertentes aparecem nesse espectro: feminismo negro (já mencionado); feminismo interseccional (com 573 usos da hashtag) e feminismo radical (203 publicações). Há também referência ao feminismo Latino Americano na hashtag #feminismolatam, com 148 publicações. Entre as hashtags relacionadas à palavra-chave estão #bruxa #indigena #machista.

Tendo em vista que este site de rede social é voltado principalmente para a publicação de fotos e vídeos (havendo menos destaque para os textos), as estratégias ciberfeministas nesta rede assumem algumas particularidades. Uma das estratégias é divulgar citações de teóricos ou militantes ou frases feministas em geral através de imagens de cartazes, pixações e grafites, desenhos/ilustrações, charges ou artes e memes criados digitalmente (o perfil feminismonopost, por exemplo, divulga fotos de post-its e pedaços de

papel com frases escritas à mão). Em casos como esse, as palavras chaves precedidas pelo símbolo # se consolidam como uma estratégia da "ampliação da imagem de si renegociada por uma associação a hashtags nas dinâmicas interacionais" (OLIVEIRA; TOTH, 2016, p.7).

Outro fenômeno que ganha visibilidade no Instagram são os perfis de moda, maquiagem e acessórios autodenominados feministas, como é o caso de feminism_ (692 seguidores); moda_feminina_para_todas (417 seguidores); _feminismo (134 seguidores); Feminismo Lapidado (72 seguidores). Em princípio, suas lógicas de funcionamento em nada diferem dos demais perfis desse segmento, muito comuns no Instagram devido à preponderância das imagens nessa rede social. Com raras exceções, que mesclam alguns memes e frases de cunho ativista, esses perfis não propõem debates específicos sobre as desigualdades de gênero nem mencionam ações ativistas ou demandas feministas, mas se propõem unica e exclusivamente a divulgar roupas, acessórios e maquiagens A interface política que se estabelece em alguns casos é a referência ao batom vermelho, que se tornou um símbolo do combate aos relacionamentos abusivos, após um vídeo divulgado pela vlogger Jout Jout em seu canal no YouTube. Assim, esta breve menção a essas contas cabe apenas para delinear um mapeamento dos diversos usos ciberfeminsitas no Instagram, porém não nos aprofundaremos nesses perfis tendo em vista sua baixa relevância (poucas postagens e/ou poucos seguidores) e a ausência da interface política e de movimentos sociais que aqui, particularmente, nos interessa.

Em seu estudo de caso sobre o uso da tag #SimoneDeBeauvoir, Oliveira e Toth (2016, p.14) chegam a semelhante conclusão: "as performances orquestradas nesses espaços interacionais mostrou-nos performances pautadas em si, no individual, muito menos em um sentido do pessoal ser político". Embora essa análise não seja reveladora apenas dos usos deste site de redes sociais – conforme discutiremos posteriormente –, parece-nos que as características técnicas e as apropriações do Instagram não lhe tornam a opção preferencial para a realização de campanhas feministas indexadas por hashtags.

Esse primeiro esforço de pesquisa, realizado em alguns dos sites de redes sociais mais conhecidos e utilizados no Brasil, mostrou-se relevante à medida que permitiu mapear um panorama da diversidade e heterogeneidade dos agrupamentos e ações ciberfeministas nesses espaços, bem como identificar como as especificidades sociotécnicas de cada uma dessas plataformas condicionam ou influenciam as ações e articulações feministas. Tais buscas evidenciaram ainda alguns dos principais objetivos desses ativismos online, como,

por exemplo, a formação pedagógica, a disputa de narrativas, a divulgação de pautas e ações dos movimentos de mulheres e a promoção de diversas formas de sociabilidade.

No entanto, pesquisar as palavras chave "feminismo" / "feminismos" nesses sites revelou-se insuficiente para os fins da presente tese por não abarcar páginas, contas, canais e perfis que abordam a temática da igualdade de gênero, mas não apresentam os termos supracitados em seus títulos e descrições. Dessa forma, embora essa primeira análise tenha revelado a multiplicidade de grupos, organizações e vertentes que reivindicam o feminismo na internet, por outro não nos permitiu identificar premissas mais gerais, comuns às diversas iniciativas de mobilização de mulheres no ciberespaço. Essa constatação indicou a necessidade de adotarmos uma estratégia investigativa que permitisse acessar discursos que circulassem de forma mais ampla nos sites de redes sociais, independentemente da explícita e nominal vinculação à militância feminista e da ação dos círculos organizacionais, institucionais e políticos fechados que se articulam nesse âmbito.

A solução metodológica apresentou-se a partir da própria articulação coletiva e online de mulheres, que, principalmente desde 2013, passaram a promover campanhas de combate às diversas formas de violência de gênero indexadas por hashtags[22], ou seja, palavras de ordem precedidas pelo símbolo #, "código inserido em uma mensagem para torná-la pesquisável na internet" (ANSTEAD; O'LOUGHLIN, 2014, p.208). É o caso de iniciativas como #ChegaDeFiuFiu (2013), que promoveu a discussão e o mapeamento de assédios em espaços públicos; #PrimeiroAssédio (2015) e #MeuAmigoSecreto (2015), que denunciam violências sexuais e práticas machistas cotidianas; #MovimentoVamosJuntas (2015), projeto que compartilha histórias e incentiva e conecta mulheres para que se acompanhem em espaços públicos diminuindo a sensação de insegurança; #PorTodasElas (2016), que buscou promover a solidariedade feminina após um episódio de estupro coletivo no Rio de Janeiro e #EuEmpregadaDoméstica (2016), que se tornou uma campanha permanente de denúncia de abusos no âmbito deste segmento profissional e #BelaRecatadaEDoLar (2016), que questiona os padrões comportamentais e estéticos de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Conforme sintetizam Oliveira e Toth (2016, p.9), o uso de hashtags em sites de redes sociais funcionam não só como uma forma de remissão dentro um espaço, mas se

[22] O sistema de indexação viabilizado pelo uso do símbolo # (*hash*) surgiu no Twitter em 2009, sendo logo apropriado por outros sites de redes sociais (REIS, 2017). Mas seu uso como estratégia para ações coletivas e movimentação política ocorreu pioneiramente no contexto das eleições iranianas de 2009-2010 (COSTA-MOURA, 2014).

consolidam como uma "tentativa de estruturação de laços sociais, ampliando o alcance conversacional para além da rede de seguidores já estabelecida".

1.6 Ciberativismos no Brasil e campanhas feministas indexadas por hashtags

Ao analisar o que chama de "novíssimos movimentos sociais"[23], que despontam no Brasil a partir de junho de 2013, Gohn (2017, p.25) afirma que o ambiente virtual "ocupa lugar central no caráter dessas ações conectivas no que diz respeito à infraestrutura de recursos para formar pautas, consensos, mobilizar a população, fazer convocações, divulgar resultados de atos, agendas futuras, etc". A autora destaca ainda a possibilidade de "participação de múltiplos protagonistas de maneira instantânea" e de processos discursivos e de intersubjetividade capazes de "gerar novos repertórios, novos direitos, novas propostas" e novas pautas que poderão ser adotadas pela sociedade civil e política "para a criação de normas comuns válidas para todos" (GOHN, 2017, p.26).

De fato, as manifestações de 2013, que levaram milhares de pessoas às ruas em protestos amplos, multitemáticos e suprapartidários, influenciaram de forma significativa as vivências da recente democracia brasileira em um contexto de grande descontentamento popular. A escolha do país para sediar a Copa do Mundo de futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 já havia sido recebida com desconfiança e reprovação por alguns setores, sobretudo diante da carência de investimentos em serviços públicos básicos e prioritários (como educação, saúde, transporte) e da desconfiança historicamente justificada acerca da capacidade governamental de gerir os recursos destinados a esses grandes eventos com responsabilidade e transparência.

Mas a indignação popular se acentuaria irreversivelmente diante do anúncio do aumento da tarifa das passagens do transporte público em diversas cidades do país, o que se tornou o estopim para a organização de passeatas, ocupações, manifestações e mobilizações. Com a palavra de ordem "não é por R$ 0,20", em referência a diferença de valor que seria estabelecida à passagem, esses movimentos iniciam-se em São Paulo e logo espalham-se por mais de 350 cidades brasileiras, tornando-se naquele momento "a maior

[23] Entendemos como movimentos sociais todas as ações coletivas que vão "além da defesa de interesses particulares" (SCHERER-WARREN, 2014, p.116) e que buscam "intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social", expressando "um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética" (TOURAINE, 1989, p.182).

série de manifestações de rua desde o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor, 21 anos antes" (CHARLEAUX, 2017, s/p). Esse processo histórico ocorreu

> sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor (CASTELLS, 2013, p.182)

As demandas justas, o aumento da adesão popular, o caráter pacífico dos protestos e a crise da representatividade e a descrença na política partidária e institucional foram alguns dos fatores que explicaram a aprovação dos protestos por mais de 75% dos cidadãos em entrevista realizada semanas depois do primeiro ato (CASTELLS, 2013). A truculência policial na tentativa de minar ou controlar essas ocupações urbanas foi também um elemento que contribuiu para inflamar o descontentamento da opinião pública e para reunir nas ruas setores até então irreconciliáveis como "punks, anarquistas, patriotas nacionalistas, membros de partido" (TORTURRA apud CHARLEAUX, 2017, s/p).

Os impactos sociais desses acontecimentos não podem ser negligenciados, ainda que haja divergências nas análises políticas acerca desse período. Mendonça e Daemon (2014, p.39), por exemplo, resumem esses efeitos ao afirmar que, ao longo das manifestações de 2013, questionaram-se

> entre outros aspectos, o lugar do jornalismo tradicional na contemporaneidade, o monopólio e a responsabilidade por administrar s fluxos informativos, os limites do direito de protestar, os modos de atuação repressiva das polícias, a incapacidade dos governantes em lidar com as múltiplas e difusas reivindicações, bem como as miríades – muitas vezes contraditórias – de grupos e correntes que passaram a ocupar com certa periodicidade as ruas do Brasil.

Neste contexto, as práticas ciberativistas brasileiras ganham um fôlego sem precedentes, tornando-se fundamentais para a organização, viabilização e cobertura dos atos, bem como para a denúncia da violência do Estado na repressão aos manifestantes e comunicadores. Não por acaso, o jornalista Bruno Torturra, fundador do Estúdio Fluxo e um dos idealizadores do coletivo Mídia Ninja, que transmitiu os protestos ao vivo na internet, definiu as jornadas como "um fenômeno comunicacional com implicações políticas, mais do que um fenômeno político com implicações comunicacionais" (CHARLEAUX, 2017, s/p).

Em consonância com essa perspectiva, Laudares (apud CHARLEAUX, 2017, s/p) afirma que "o maior legado das manifestações de 2013 foi deixar claro que o cidadão, empunhado de seu telefone, pode se organizar e fazer política" e ressalta que esse processo inspirou outros movimentos a se organizarem para atuar em rede. Malini e Antoun (2013, p.9), por sua vez, equiparam essas mobilizações à Primavera Árabe, 15M na Espanha e Occupy Wall Street, iniciativas que estariam "'hackeando' os sistemas de monetização da vida e se apropriando de suas ferramentas e tecnologias para produzir resistência, turbulências, desvios, invenções". Nesse sentido ressaltamos os impactos desse período nos processos de experimentação democrática não institucionalizada e do papel fundamental das novas mídias e dos sites de redes sociais nessas articulações.

Entretanto, o caldo político produzido naquele ano acabou por dispersar-se. Como pontuamos em outro trabalho, "assim como outros movimentos revolucionários globais, as manifestações brasileiras ficaram marcadas pelo caráter difuso das reivindicações" (ARAÚJO; EVANGELISTA; JORGE; OLIVEIRA, 2016, p. 207). Além disso, atritos entre manifestantes independentes e militantes de partidos políticos acirraram-se na condução de novos atos com pautas ampliadas. A disputa eleitoral do ano seguinte também marcou uma tentativa de recuperação do protagonismo das manifestações, o que gerou resistência entre diversos setores que ocupavam as ruas. A repressão policial não retrocedeu e a atuação de grupos ativistas conhecidos como *black blocks* intensificaram os momentos de tensionamento com ações diretas de cunho anarquista.

A violência do Estado contra os manifestantes veio na esteira de um processo de criminalização dos movimentos sociais protagonizado pela imprensa tradicional. Conforme explicam Mendonça e Daemon (2014, p.44), ao não perceber violência como "modo complexo de relação social – cujos sentidos são histórica e culturalmente produzidos, determináveis, portanto, pelo jogo dos pontos de vista constantemente em conflito", os relatos jornalísticos veiculados nos grandes veículos acabaram por disseminar uma "visão simplificadora de que o 'problema da violência' é, 'naturalmente', uma mera ruptura da 'ordem'. Dessa forma, os meios de comunicação "hegemônicos" acabaram por "construir um falso silogismo de que a solução para o problema residiria apenas no aumento da força de repressão policial".

Ainda assim, o impacto dos usos das novas mídias e tecnologias nos processos de mobilização social revelou-se irreversível. Se anteriormente já havia múltiplas formas de articulação e militância online, é possível verificar que as jornadas de 2013 culminaram em

uma popularização dessas estratégias político-comunicacionais, que deixaram de restringir-se a movimentos e coletivos organizados e/ou partidários e passaram a abarcar outras formas de ativismo e militância. Da organização e convocação de atos pró-impeachment da então presidenta Dilma, realizados em áreas abastadas do país, à articulação de jovens de classes econômicas mais baixas pelo direito de ocupar os shoppings de suas cidades, conhecidos como "rolezinhos" (COELHO; LEMOS, 2005), a internet consolidou-se como um lócus de debate e promoção de ações coletivas por um espectro social cada vez mais amplo. O período pós junho de 2013 também seria marcado pela intensificação de práticas ciberativistas voltadas exclusivamente para a mobilização e intervenção no ciberespaço, tais como ações afirmativas, tuitaços, compartilhaços, "vomitaços"[24] e campanhas temáticas indexadas por hashtags.

Logo os sites de redes sociais se revelariam um terreno fértil para a promoção e desenvolvimento de estratégias ativistas de mulheres. Evidentemente já havia no Brasil muitas práticas ciberfeministas em curso, bem como movimentos em prol da igualdade de gênero bastante atuantes na web. No entanto, a segunda metade da década de 2010 marca a consolidação desses ativismos nas redes, a ampliação do escopo dos debates acerca das pautas de mulheres e o maior engajamento e visibilidade dessas propostas.

Páginas no Facebook, canais no YouTube, perfis no Twitter e no Instagram e hashtags temáticas passaram a problematizar de forma contundente temas como violências sexual, física e simbólica contra mulheres, assédios em espaços públicos, gordofobia, relacionamentos abusivos e pornografia de vingança. Denúncias de agressões, manifestações de solidariedade e um esforço pedagógico de desnaturalização do machismo caracterizam esses processos que repentinamente foram ampliando seu alcance virtual.

Não por acaso, através do Google Trends (ferramenta gratuita de pesquisa que mapeia o volume de buscas no site Google ao longo do tempo), foi possível detectar um grande aumento na busca pela palavra-chave "feminismo" no Brasil na internet desde 2004[25]. No

[24] Definido por Chagas (2016) como "uma espécie de flash mob virtual", o vomitaço consiste na publicação orquestrada de um *emotion* em forma de sticker, um ícone virtual que simboliza um boneco vomitando, como forma de protesto e/ou boicote à uma publicação, página ou perfil virtual. "Desde então a ação espontânea foi transformada em um movimento, com sua própria página no Facebook, e capitaneado por um grupo que estimula campanhas e protestos pontuais em diferentes perfis e páginas na rede social. Entre os alvos dos "vomitaços" estiveram o cantor Lobão (27/5), o ator Alexandre Frota (26/5), a Revista IstoÉ (22/5), a cantora evangélica Ana Paula Valadão (20/5), o PSDB (20/5), o deputado Eduardo Cunha (19/5), o pastor Marco Feliciano (18/5), o colunista Reinaldo Azevedo (18/5), o juiz Sergio Moro (17/5), o programa Fantástico (15/5), o Jornal Nacional (12/5), e muitos outros". Ver mais em http://www.museudememes.com.br/memes-engajamento-politico-e-acao-coletiva-vomitaco-1/. Acesso em 03 de abril de 2018, às 22h38.

[25] Levantamento realizado no dia 18 de julho de 2016, às 02h02.

gráfico abaixo, o eixo vertical representa a quantidade de consultas (sendo 100 a representação do seu auge) e o eixo horizontal é cronológico, iniciando em 01 de janeiro de 2004 e terminando em agosto de 2016.

Os dados revelam uma estabilidade de poucas buscas pelo termo entre janeiro de 2007 e dezembro de 2013, quando o número mínimo foi de 21 (janeiro de 2007) e o máximo de 37 (novembro de 2009). Em janeiro de 2014, no entanto, é possível observar o começo de um crescimento súbito e contínuo até o auge em abril de 2016, quando ocorre o "pico de popularidade do termo". A ferramenta indica ainda um "aumento repentino" de consultas relacionadas ao termo, como, por exemplo "ser feminista", "feminismo significado", "blogueiras feministas", "feminismo símbolo" "movimento feminista resumo", etc.

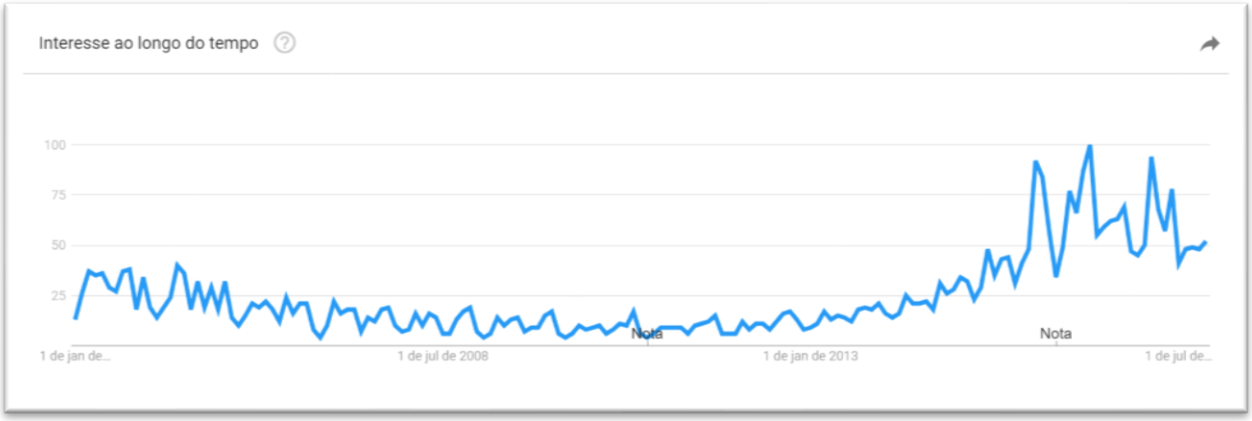


Figura 1: Aumento da busca pelo termo "feminismo" no site Google.
Disponível em https://www.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=%2Fm%2F02_h0. Acesso em 24 de agosto de 2016, às 15h14.

Números divulgados pelo próprio Google em 2017 confirmam a tendência que identificamos. De acordo com o Google BrandLab, a procura pelos termos "feminismo" e "machismo" no buscador e no site do YouTube aumentou 217% e 161%, respectivamente, no Brasil entre abril de 2015 e o mesmo período de 2017. Também em 2017, segundo a pesquisa, pesquisava-se mais sobre "empoderamento feminino" que em 2012. Além disso, segundo reportagem intitulada *O que foi 2015 para os brasileiros segundo as pesquisas no Google*, publicada pelo site do jornal EL PAÍS (2015), as temáticas mais procuradas na internet no ano supracitado foram as campanhas ciberfeministas #PrimeiroAssédio,

#MeuAmigoSecreto e os protestos contra a Projeto de Lei 5069 acompanhados do hashtag #ForaCunha (SPERANDIO, 2015).

As temáticas feministas também tiveram relativo destaque na imprensa tradicional brasileira nos últimos anos. Em novembro de 2015, por exemplo, a revista *Época* destacou em sua capa a matéria *Primavera das Mulheres* com o subtítulo: "as mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país" (GRILLO; OLIVEIRA; BUSCATO 2015, s/p). A reportagem abordou, em suas 17 páginas, campanhas ciberfeministas como #PrimeiroAssédio e o movimento Chega de Fiu-fiu, além de apresentar colunas e entrevistas com militantes feministas atuantes na mídia e nas redes e movimentos sociais.

Já em 15 de dezembro do mesmo ano o feminismo no Brasil foi tema do programa *Profissão Repórter*, da TV Globo, emissora de maior audiência no país. A atração abordou o trabalho da blogueira feminista Dolores Aronovick – o Escreva, Lola, Escreva – e da funkeira Valesca Popozuda, tema de dissertação da mestranda Mariana Gomes da Universidade Federal Fluminense. Também houve destaque para a primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras, que contou com 20 ativistas de todos os estados, e para a criação de um serviço de manutenção doméstica apenas com profissionais mulheres (G1, 2015).

Por fim, convém citar a edição de junho de 2016 da revista Galileu, que, inspirada pela repercussão da campanha #PrimeiroAssédio, publicou uma reportagem de 12 páginas sobre abuso sexual infantil de meninas. De acordo com o subtítulo da matéria, as ações nas redes sociais e a repercussão desse fenômeno, associado à "popularização do movimento feminista" (MOREIRA, 2016, p.36), eram os fatores decisivos para que a erotização precoce e o abuso de meninas, historicamente comuns no país, fossem finalmente problematizados no Brasil. Essa campanha, que se iniciou no Twitter, ganhou as demais redes sociais, pautou a imprensa e influenciou o surgimento de outros movimentos semelhantes em todo o mundo, tornando-se um marco do ciberfeminismo brasileiro e das novas estratégias comunicacionais e políticas online.

É nesse contexto que despontam as campanhas feministas indexadas por hashtags, que passam a circular sobretudo em sites de redes sociais. Conforme aponta Reis (2017), o cenário no qual essas estratégias se consolidam é marcado por diversas articulações femininas, tanto no âmbito online quanto offline. É o caso da Marcha das Margaridas, que

mobilizou 70 mil pessoas, e da ocupação do Planalto por mais de 30 mil ativistas da Marcha das Mulheres Negras, ambas em 2015.

No mesmo período foram realizadas também ações coletivas em mídias sociais, como os grupos "Indique uma Mina" e "Vamos Juntas", que estabelecem relações solidárias a partir de contatos profissionais e companhia para o deslocamento em espaço público; e a disponibilização no YouTube do clipe "Survivor" da cantora Clarice Falcão[26] e do vídeo "Não Tira o batom vermelho"[27] da youtuber Jout Jout (Julia Tolezano), que alcançaram 2 milhões e 1,6 milhões de visualizações, respectivamente (ver Anexo 3). Tais exemplos elucidam a consolidação de um cenário fértil para a discussão de diversas temáticas no campo da igualdade de gênero, que vão desde as lutas populares protagonizadas por agricultoras, indígenas e quilombolas às articulações no âmbito da cultura pop e das novas mídias que evocam as discussões sobre relacionamento abusivo e direito ao próprio corpo.

E essa percepção da popularização dos feminismos não se verifica apenas através do levantamento teórico, do mapeamento da repercussão sobre a temática na web e em veículos amplamente consumidos e das verificações em campo. Foi possível verificar esta mesma perspectiva nos depoimentos coletados a partir do questionário online que aplicamos com 152 mulheres que acompanharam ou participaram de campanhas indexadas por hashtags. Destacamos principalmente a fala de L.I, 26 anos, pesquisadora autodeclarada parda, que avalia que os feminismos vêm sendo utilizados como marca pelas indústrias cosmética e da moda. Parte das resistências femininas atualmente consistiria inclusive, segundo ela, em perceber as apropriações mercadológicas das pautas dos movimentos sociais, ressignificando-as através de processos de identificação e promoção de sororidade.

> Hoje em dia inclusive, o feminismo serve não apenas de discurso *mainstream* comprado pela mídia e suas grandes marcas, como as brasileiras voltadas a classes de consumo mais baixo como Always e Avon (quem diria, hein?), mas algo tomado por muitas jovens como parte de sua construção identitária na rede para ser representadas [...] Acho que a identificação é super impactante no contexto social, sentir que se faz parte de uma rede de solidariedade, que você não está sozinha, já é um ótimo começo.

[26] O vídeo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4, contabilizava 5.382.035 visualizações em 14 de março de 2018, às 00h01.

[27] O vídeo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg, contabilizava .201.729 visualizações em 14 de março de 2018, às 00h04.

Assim, a partir da atualização e da popularização do debate de gênero experimentadas na última década no Brasil e da intensificação dos usos ativistas das novas mídias, nos propusemos a analisar de que maneira essas ações de mulheres online evidenciam novas formas de mobilização social e articulações feministas. Pretendemos ainda compreender como esse segmento se articula no âmbito online e quais os impactos socioculturais dessas ações nas experiências das ativistas que se engajam nesse processo.

2. UM OLHAR FEMINISTA SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO: PATRIARCADO, ESFERA PÚBLICA CONECTADA E CIDADANIA DA INTIMIDADE

Conforme nos lembra Lamoureux (2009), a segmentação entre as esferas pública e privada é uma herança da antiguidade grega, contexto no qual se constituiu uma dicotomia entre as interações políticas e as ditas "relações naturais". Nesta perspectiva, a ideia de liberdade esteve historicamente associada à possibilidade de deixar os agrupamentos naturais (família e clã) e livrar-se das necessidades cotidianas – repassando-as às mulheres ou a(o)s escravizada(o)s – para poder, assim, estar em espaços públicos, como a ágora, a palestra ou a assembleia. Dessa forma, abandonava-se as tarefas do espaço doméstico para ocupar um universo onde as relações se davam entre semelhantes e eram mediadas pelas palavras e não pelas "coisas". Conforme explica Arendt (2005, p.33),

> segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (oikia) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos.

Essas ideias inspiraram de forma significativa as compreensões modernas sobre os limites entre os espaços domésticos e coletivos, que se tornaram ainda mais complexos e fluidos a partir do advento de uma dupla lógica pautada pelas noções de cidadania (participação) e soberania (poder público) (LAMOUREUX, 2009, p.210)[28]. Desde então, disputas e negociações têm permeado essas fronteiras e seus atravessamentos.

A noção de Esfera Pública mais comumente citada no campo das ciências humanas é oriunda da clássica obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* , na qual Habermas (2003) analisa o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa no século XVIII, sobretudo na França, Alemanha e Inglaterra. O autor propõe uma análise sobre o processo de consolidação do poder de uma nova classe burguesa, relativamente independentemente do controle do Estado (PERLATTO, 2012). Este período de mudança econômica, política e social

[28] A autora destaca que, embora a percepção sobre as esferas pública e privada variem de acordo com o tempo, a ideia de que a competência pública pertence ao governo e a doméstica se faça no âmbito privado são algumas constantes verificadas historicamente nas análises sobre o tema.

> provocou o surgimento de um novo espaço situado entre a esfera privada e o Estado, caracterizado pela discussão livre e racional, no qual as opiniões se legitimariam não mais a partir de fatores sociais externos – como poder, riqueza e prestígio –, mas através de argumentos racionais sustentados em meio ao debate público (PERLATTO, 2012, p.80).

Influenciado pela tradição aristotélica e pelo republicanismo cívico de Rousseau[29], Habermas (1964, p.52) define o conceito de Esfera Pública como o domínio da vida social no qual "indivíduos privados reunidos em corpo público" podem expressar-se e publicizar suas opiniões sobre temas de interesse geral. Tratar-se-ia, portanto, de uma instância de mediação entre o Estado e as demandas particulares que representaria uma nova possibilidade de "controle democrático das atividades estatais" (HABERMAS, 1973, p. 351). Uma estrutura aberta, não institucionalizada ou normatizada (HABERMAS, 2003). Uma rede adequada para a "comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões [onde] "os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensar em opiniões públicas enfeixadas em temas" (HABERMAS, 2003, p.92).

Conforme pontua Perlatto (2012, p.81), esse clássico conceito pode ser compreendido como uma arena discursiva, estruturada pela "racionalidade comunicativa" e sustentada pelas associações e organizações livres, não estatais e não econômicas que configuram a sociedade civil. Neste âmbito, o agir seria orientado para o entendimento e os valores democráticos se formariam e se reproduziriam a partir de redes de trocas de conteúdo e tomadas de posição. Seria, portanto, não apenas de um lócus de discussão, mas de julgamento (HABERMAS, 2003), onde os assuntos em voga poderiam ser controvertidos e criticados para a produção de uma síntese ou consenso (LOSEKAN, 2009).

Esta conceituação de Habermas, formulada na década de 1960, evidentemente restringe-se a uma localização histórica, geográfica e sociocultural pontual. Suas primeiras análises se dedicam ao contexto específico da formação de uma Esfera Pública *burguesa*, evidenciando, assim, o protagonismo de "uma categoria típica de uma época" (PERLATTO,

[29] Ao abodar as influências no pensamento de Habermas, Perlatto (2012, p.79) destaca também a tradição teórica norte-americana cuja abordagem do conceito de "público" tem entre seus principais expoentes Walter Lippmann (1922), que em obras como *Public Opinion* evidenciou seu ceticismo em relação à capacidade deliberativa e de formulação política dos "cidadãos comuns", e John Dewey (1927), conhecido pelo clássico *The Public and its Problems*, que, ao criticar a tradição liberal, propunha um meio discursivo para a solução cooperativa e comunitária dos problemas comuns sob condições democráticas". Já no contexto europeu, o teórico destaca os diálogos críticos que Habermas estabeleceu com os filósofos e sociólogos fundadores da Escola de Frankfurt Max Horkheimer e Theodor W. Adorno e com o modelo de "espaço público" formulado por Hannah Arendt (1987), que, apesar de divergências importantes, é de grande importância para sua reflexão.

2012, p.38), caracterizada por suas posses e formação educacional e cultural como público leitor (LOSEKANN, 2009). Este recorte social e esta seletividade analítica – que excluía, já naquele momento, mulheres, camponeses e analfabeto(a)s, por exemplo –tornou-se um dos principais pontos de discordância entre autores e autoras que comentariam e atualizariam essa teoria posteriormente.

2.1 Nancy Fraser e o debate de gênero na Esfera Pública

Conforme mapeou Perlatto (2012), a obra clássica de Habermas foi criticada tanto por não se aprofundar em aspectos culturais e identitários – como pontuaram Elley (1992) e Backer (1992) – quanto por negligenciar a importância da religião na formulação da opinião pública na Europa e na América do Norte, conforme ressaltado, por exemplo, por Zaret (1992). Calhoun (1992), por sua vez, aponta para um caráter pessimista da análise habermasiana, que desconsideraria a atuação de novos segmentos sociais em prol da democratização, enquanto Avritzer (2002) a qualifica como uma visão reducionista dos consumidores dos meios de comunicação massiva, aparentemente apresentados como receptores passivos. Já no levantamento crítico feito por Losekann (2009), destacam-se autoras como Young (2002) – que propõe pensar em múltiplas esferas públicas e defende que mudanças sociais podem se dar a partir da propagação de ideias e discursos alternativos, sem necessariamente intervir no Estado e na economia – e Benhabib (1996), que sugere uma reelaboração das fronteiras entre o público e o privado, trazendo para o debate questões até então relegadas à esfera íntima.

Outra crítica recorrente na historiografia revisionista sobre o conceito são os critérios utilizados por Habermas para definir quais assuntos são dignos de deliberação na Esfera Pública . Na formulação inicial clássica, os discursos deveriam apontar para deliberação de um bem comum, o que, na prática, faz com que assuntos e interesses privados sejam excluídos da discussão. Assim, apesar da relevância de todos os teóricos e teóricas supracitados, aqui interessa-nos sobretudo a discussão pontuada por Benhabib (1996) e a sua proposta de criar uma base metodológica capaz de conceituar a Esfera Pública a partir de uma generalização, abarcando temáticas do âmbito da intimidade que tendem a ficar isoladas ou silenciadas, mesmo quando abarcam preocupações coletivas e assuntos de interesse público. De acordo com esta pesquisadora, esse seria um caminho para desenclausurar as mulheres do trabalho doméstico, da reprodução, da gestação e do cuidado

dos filhos e dos parentes enfermos – atividades tidas como "inferiores, indignas e/ou degradantes" (KRITSCH 2012, p.27) e típicas do domínio privado.

Nesse sentido, convocamos as críticas feministas de Fraser (1992), sintetizadas em seu artigo *Rethinking the Public Sphere: A contribution to the Critique of Actually Existing Democracy.* A autora propõe repensar os limites das democracias no contexto do capitalismo tardio a partir da reelaboração da teoria habermasiana sob a ótica dos feminismos contemporâneos. Embora reafirme a relevância do conceito clássico de Esfera Pública para a formulação de uma teoria crítica, a filósofa propõe uma nova perspectiva, alternativa e pós-burguesa, capaz de dar conta das configurações sociais na contemporaneidade. Isso porque, segundo Fraser (1992), é impossível constituir uma única Esfera Pública burguesa e heterogênea em sociedades estratificadas, polarizadas pela luta de classes e fragmentadas em competitivos grupos de interesse.

Essa ressalva dialoga diretamente com a crítica ao caráter de seletividade na primeira formulação habermasiana de Esfera Pública. Se aquela instância não fora capaz de incluir camponeses, mulheres e outros setores social e economicamente desprivilegiados, tão pouco poderia abarcar as demandas de uma contemporaneidade marcada por diversas outras pautas identitárias, por vezes antagônicas. A noção inicial de arena pública, embora teoricamente aberta a todos, baseava-se na compreensão do homem burguês como sujeito universal, não dando conta da flagrante diversidade e desigualdade sociais de então e de agora. Soma-se a isso o fato de que a formação desta classe burguesa, bem como seu ethos e práticas, são permeados por marcadores distintivos no sentido bourdiano.

Nesta lógica, relegar a figura feminina ao âmbito doméstico e promover normas de gênero na separação entre esferas público e privada era uma maneira de se diferenciar tanto do estrato social superior, composto pelas elites aristocráticas, quanto inferior, simbolizado pelos plebeus e setores populares. E essas convenções decorrentes do projeto de poder burguês acabaram por tornar-se hegemônicas, tanto por imposição quanto por aceitação dos segmentos sociais mais amplos.

Outra crítica contundente que Fraser faz à obra de Habermas é a de que o autor não só apresenta uma visão idealista de Esfera Pública (cujo potencial utópico nunca se realizou na prática, de acordo com o próprio filósofo), como também peca ao não contemplar outras esferas públicas (não liberais e não burguesas). Sua análise, portanto, se debruçaria exclusivamente em uma "Esfera Pública oficial" (FRASER, 1992, p.115), que

historicamente exclui as mulheres, de classes diversas[30], do debate. Assim, a autora ressalta não apenas a existência desses segmentos alternativos, como também destaca a relação conflituosas entre estes setores e um público oficial burguês.

Convém apontar ainda que essas exclusões não se dão apenas de forma explícita e interditória. Relembrando a discussão brevemente pontuada por Fraser (1992), que destaca os processos distintivos em sociedades estratificadas à luz das contribuições de Bourdieu, é possível perceber que as distinções se constroem não apenas a partir das desigualdades econômicas, mas das discrepâncias de acúmulo educacional e cultural e dos "estilos de vida" que permitem aos indivíduos deter o capital cultural e incorporar os habitus de cada segmento socioeconômico. Desta forma, ainda que em alguns casos indivíduos de grupos subalternos possam categorica e legalmente participar das deliberações da Esfera Pública oficial, há ainda "impedimentos informais" para esse engajamento, traduzidos em "protocolos de estilo e decoro" que funcionam como marcadores do status de desigualdade" (FRASER, 1992, p.119). Em outras palavras, grupos subalternos, por vezes, não conseguiriam adequar os discursos para expressar suas opiniões dentro de uma lógica específica, elitista e masculinizada. Ou, se conseguissem, poderiam ainda ser ignorados, silenciados ou propositalmente mal compreendidos. Em suma, a presença ou adesão à Esfera Pública nos moldes burgueses não garantiria, por si só, a "paridade participativa".

Assim, segundo Fraser (1992), esta concepção tradicional do âmbito público, que assume um espaço de neutralidade cultural, capaz de acolher igualmente as diferentes intervenções, é simplista e insuficiente para analisar sociedades estratificadas, nas quais grupos distintos são permeados por relações de dominação e subordinação. Se considerarmos a existência de uma única Esfera Pública , esses "públicos alternativos" não teriam suas próprias "arenas de deliberação" paralelas para discutir suas "necessidades, objetivos e estratégias". Tal como pontua Mansbrige (1990), os menos poderosos seriam absorvidos em uma falsa noção de "nós", que refletiria apenas a perspectiva e os interesses dos mais poderosos.

Nesse sentido, Fraser (1992, p.123-125) propõe o conceito de *contrapúblicos subalternos*, definidos como "arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos para formular interpretações

[30] Conforme Fraser (1992) aponta, as mulheres da elite burguesa respondem à essa exclusão construindo associações femininas alternativas e voluntárias, como organizações filantrópicas. Já as mais pobres acessariam a vida pública engajando-se em atividades de protesto da classe trabalhadora, exercendo um papel de apoio em um meio de domínio masculino.

oposicionistas de suas identidades, interesses e necessidades". Estes seriam compostos por grupos socialmente subordinados ("mulheres, trabalhadores, pessoas de cor, gays e lésbicas"), contestariam as normas excludentes e proporiam suas próprias formas alternativas de discurso público. Dessa maneira, em sociedades marcadas por múltiplas desigualdades, os contrapúblicos subalternos possuem uma função contestatória[31], atuando tanto como espaços de reagrupamento quanto como base para mobilizações direcionadas a públicos mais amplos.

O exemplo mais significativo desses segmentos seria, segundo a autora, o feminista, que nos Estados Unidos havia se articulado no século XX através de revistas, livrarias, editoras, redes de distribuição de vídeos e filmes, palestras, centros de pesquisa, programas acadêmicos, conferências, convenções e festivais. Soma-se a isso a criação de um léxico próprio para descrição da realidade social desses grupos, tais como "sexismo", "dupla jornada", "assédio sexual" e "estupro marital". Esses novos vocabulários, evocados pelas próprias mulheres para construir discursos sobre suas realidades, permitiriam reformular suas necessidades e identidades, reduzindo (embora não superando) a desvantagem feminina em relação às esferas públicas oficiais[32].

Não por acaso, autores como Calhoun (1992), Lavalle (2002) e Perlatto (2012) observam um deslocamento do conceito de Esfera Pública nas obras mais recentes de Habermas (2003). Em resposta às críticas e propostas de reformulações teóricas, o autor deixou de se referir a uma instituição histórica específica para pensar, de maneira mais abstrata, a partir de processos comunicacionais. Em sua obra *Direito e Democracia* (1997, p.92-3), por exemplo, o teórico amplia sua delimitação conceitual inicial afirmando que qualquer encontro em um espaço público que se alimente da "liberdade comunicativa que uns concedem aos outros" e que seja "constituído através da linguagem" pode ser considerado uma Esfera Pública. A "racionalidade comunicativa" poderia, assim, ser

[31] A autora ressalta, no entanto, que nem todos os contrapúblicos são progressistas, de maneira que podem atuar de forma explicitamente antidemocrática e anti-igualitária.

[32] A esse respeito convém fazermos uma ressalva. Se ao longo de sua obra Fraser (1992) é cuidadosa ao explicitar os atravessamentos de classe na construção e disputas dos diferentes públicos e contrapúblicos, aqui a autora não destaca a influência da luta de classes na proposição de um contrapúblico subalterno feminista. Ao elencar pautas prioritárias na formulação da identidade dessas mulheres, não menciona, por exemplo, as demandas específicas das negras, das trabalhadoras das classes mais baixas, das lésbicas, bissexuais e transexuais / travestis. Se por um lado está evidente que o foco de sua discussão não é a heterogeneidade intra-públicos, mas a análise das disputas entre os diferentes públicos, por outro parece-nos importante citar essas disparidades para não cair em um simplismo homogeneizante – que é justamente a crítica acertada que a autora faz a respeito da teoria habermasiana.

compreendida como um processo independente das racionalidades instrumentais do Estado e do mercado, a partir do qual os indivíduos constituem suas identidades e conferem sentidos às próprias ações. Nesta nova conceituação, tem-se uma "arena discursiva do agir orientado para o entendimento", na qual os valores democráticos se formam a partir de redes de comunicação de conteúdos e tomadas de posição" (PERLATTO, 2012 p.81).

2.2 Patriarcado e interdições às mulheres na Esfera Pública

Segundo Lamoureux (2009), devemos a Rousseau a formulação de uma divisão que naturaliza a atribuição desigual dos papéis sexuais em relação às esferas pública e privada. Nesta lógica, haveria uma associação entre o ser "mulher" e o ser "mãe", de maneira que o segmento feminino estaria impossibilitado de participar de um contrato social (mecanismo que garantiria a soberania política da vontade coletiva) por conta da sua suposta parcialidade e consequente incapacidade de articular-se em nome do interesse geral. Nessa esteira, seguiram influentes pensadores do século XVII e XIX, como Hegel, Hume, Kant, Nietzche e Schopenhauer, que consolidaram a leitura dessas esferas separadas, interditando "o acesso das mulheres ao universo político" e introduzindo um "duplo padrão sexuado no outro domínio público, o do mercado de trabalho" (LAMOUREUX, 2009, p.210).

É importante ressaltar que a fronteira entre essas esferas não é completamente impermeável, permitindo trânsitos e "vai e vens". No entanto, as possibilidades e consequências dessa afluência são distintas para homens e mulheres. A eles, como pais de família e seres políticos, ambos os espaços são permitidos e convidativos, enquanto aquelas que ousam sair do âmbito domésticos "se expõem a diversos ataques à sua integridade", de tal maneira que a diferenciação entre as figuras da operária e da prostituta é, por muitas vezes, tênue (LAMOUREUX, 2009, p.211). Isso deve-se em grande parte às compreensões que foram historicamente estabelecidas a respeito das noções hegemônicas de masculinidade e feminilidade, construídas a partir de diversas valorações e práticas sociais (KRITSCH, 2012).

Tais distinções alicerçam o que compreendemos como patriarcado, conceito definido por Kritsch (2012, p.17-18) como

> uma instituição social que se caracteriza principalmente por valorar e significar positivamente a sexualidade masculina, fazendo dela a fonte e justificação do poder dos homens sobre as mulheres - um poder que é

> exercido nas várias instituições sociais, políticas, econômicas, mas, sobretudo, na família

Ainda segundo a teórica, esse sistema se verifica não apenas no âmbito das relações eróticas entre os diferentes sexos, mas nas formas como ambos são socializados e forjam cultural e historicamente seus temperamentos, status e papéis sociais. Assim, os homens seriam vistos como "ativos" e "potentes", enquanto as mulheres seriam percebidas como "passivas" e "subordinadas". Como explica Millet (1969 apud KRITSCH, 2012, p.18), tratar-se-ia de uma divisão formulada não apenas a partir das diferenças anatômicas e biológicas, mas das interpretações culturais incrustadas em ideias e práticas que conferem tais diferenças de valor e significação. Tem-se portanto, de uma institucionalização das diferenças sexuais, já que, como evidencia a célebre frase de Beauvoir (1980, p.7), "não se nasce mulher, torna-se mulher".

Para Saffioti (2004, p.56-57), o sistema patriarcal pode ser caracterizado e sistematizado a partir de seis pontos, a saber: 1. relações civis e não privadas; 2. direitos sexuais praticamente irrestritos aos homens sobre as mulheres; 3. relações hierarquizadas que invadem "todos os espaços da sociedade"; 4. uma base material; 5. uma relação de dominação que se corporifica; 6. uma estrutura de poder baseada tanto em ideologia quanto em violência. Tem-se, portanto, uma lógica de dominação e desigualdade que afeta a todo(a)s, estejam eles ou elas envolvido(a)s ou não em relações erótico-amorosas heterossexuais.

Tais perspectivas acabaram por restringir as discussões políticas ao âmbito público, negligenciando as relações íntimas e familiares, compreendidas como "privadas" e "naturais". Esse recorte invisibilizou historica e cientificamente as relações de subordinação das mulheres neste espaço e no exercício do trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado. Essa tradição evidencia, portanto, a necessidade de uma perspectiva crítica sobre a divisão entre as esferas pública e privada, capaz de refletir sobre as disparidades entre os direitos em âmbitos mais amplos.

Na cultura e no imaginário brasileiros, mais especificamente, esta lógica também está presente. Em seu livro *O que faz o brasil, Brasil?*, DaMatta (1986) identifica como traço marcante da cultura local a dicotomia entre o espaço público e privado, simbolizados principalmente pelas noções de "casa" e "rua". Segundo o autor, esses ambientes, segregados de forma muito marcada, devem ser compreendidos não apenas como locais físicos, mas "espaços de onde se pode julgar, classificar, medir, avaliar e decidir sobre

ações, pessoas, relações e moralidades" (DAMATTA, 1986, p.33). Cada um desses universos submete os indivíduos a valores e visões de mundo distintos que, em conjunto, permitem compreender a sociedade brasileira de forma mais ampla.

O espaço privado, representado pela casa e habitado por um núcleo familiar relativamente conciso, corresponderia ao que é bom, belo e "sobretudo, decente", em contraste, por exemplo, com as moradas coletivas como "prisões, dormitórios, alojamentos e hotéis e motéis" (DAMATTA, 1986, p.27). A partir da mesma perspectiva, Sibilia (2016, p.95) ressalta a contraposição entre os "protocolos hostis e enganosos" da chamada vida pública e a ideia de "lar", espaço físico e simbólico transformado em território da "autenticidade" e da verdade", onde o indivíduo sente-se protegido e abrigado. E, ainda como afirma a autora, esse imaginário está no cerne da separação entre os espaços público e privado, que, no despontar da modernidade, se caracterizam por funções, regras e rituais próprios.

Nesta chave conceitual, o papel social e as expectativas comportamentais das mulheres – diferentemente do que ocorre com os homens – são formuladas e legitimadas através destas dualidades. O trânsito entre as esferas é historicamente dificultado à figura feminina, tanto por convenções no âmbito da moralidade e dos costumes quanto devido à sobrecarga de tarefas e demandas no contexto dos lares e cuidado com os familiares. Dessa forma, ainda de acordo com Da Matta (1986), as mulheres "da rua" ou "da vida" são vistas e consequentemente tratadas de modo diferente, julgadas por um outro sistema de valores que não a noção da honra, decência e pureza características no espaço privado doméstico e da figura casta da mãe e esposa fiel. Em suma, a mulher da casa é aquele que serve à família, cuida dos serviços domésticos, presta favores sexuais ao marido e lhe oferta sua capacidade reprodutiva e gestacional. Em uma metáfora gastronômica, o autor a define como aquela que prepara a comida e não a que *é* comida (em um segundo sentido no qual a palavra adquire conotação sexual).

O ambiente privado é, portanto, repleto de decoro, que resguarda do olhar alheio, através de "muros sólidos e opacos", a nudez e a honra das prezadas esposas e a sexualidade dos casais (SIBILIA, 2016, p.277). A mulher da rua, por sua vez, seria "comida" por todos, podendo causar uma possível indigestão à moral dos "homens de bem". Assim, se o alimento caseiro é seguro e garantido, por outro lado é também sinônimo de monotonia, de maneira que os chefes de família seriam tentados a buscar refeições mais temperadas e saborosas, apesar dos riscos e da falta de exclusividade que essas mulheres representam.

Trata-se de uma noção tradicional de família na qual a mulher é percebida como uma serviçal e propriedade privada a ser defendida. Como o sociólogo aponta, a mulher, enquanto objeto de desejo ou enquanto reprodutora e permanente cuidadora, desempenha um papel fundamental na expressão teórica da nossa sociedade, podendo ser comparada em importância à política e à economia nacionais.

A partir dessa discussão é possível concluir que o feminino constitui uma questão central na construção, manutenção e percepção das esferas públicas e privadas. As mulheres, seus comportamentos, seus trabalhos e sobretudo suas sexualidades são marcadores importantes dos universos pessoal e coletivo, íntimo e visibilizado, dos bons costumes e das pulsões sexuais enrustidas e dissimuladas. Nessa chave simbólica e cultural, as mesmas são vistas como objetos do desejo e da posse masculinas e não como sujeitos que, tal como os homens, podem transitar e ocupar os diferentes meandros da sociedade.

É possível argumentar que essa visão conservadora vai paulatinamente sendo confrontada e modificando-se. No entanto, o que queremos ressaltar a partir da contribuição de Da Matta (1986) é que as limitações da circulação do feminino entre o espaço público e privado não é apenas mais uma das características da cultura e da sociedade brasileiras, mas encontra-se em seu cerne. É fundamental e basilar. É constituidora de algumas das noções mais marcantes de um ethos nacional.

2.3 Esfera Pública conectada / virtual: Entre o imperativo da visibilidade e a coerência expressiva

Em sua obra *The Wealth of Networks,* Benkler (2006) propõe a compreensão da internet como uma "Esfera Pública conectada", com potencialidade de multiplicar as vozes em circulação e garantir a manifestação e a participação democrática de um setor mais amplo da sociedade civil. Esta teoria consiste na percepção de que a arquitetura desta rede é mais horizontalizada se comparada às tradicionais mídias de massa, cujo consumo, embora nunca passivo, impediria que o receptor rebata as mensagens em pé de igualdade. Tal como explica Martino (2015, p.113), na Esfera Pública conectada haveria uma eliminação – ou ao menos uma diminuição considerável – da "assimetria entre emissão e recepção, fazendo com que as pessoas possam dizer o que estão pensando em um espaço público". Consequentemente, estaria enfraquecido o poder econômico e mediador da mídia tradicional na formulação da agenda política da sociedade e nas deliberações sobre temáticas de interesse coletivo.

Do ponto de vista quantitativo da interação e participação pública, Bittencourt (2015, p.90) afirma que

> é importante considerar as diferenças entre as possibilidades participativas e colaborativas de cada meio, de forma que num contexto de massa, TV, jornal e rádio limitam atividades comunicacionais de grande parte dos indivíduos. Considerando um cenário permeado pelas tecnologias digitais, as potencialidades comunicacionais e as oportunidades midiáticas são estendidas a um maior número de indivíduos.

A partir desta perspectiva, dependendo da relevância do assunto pautado e do grau de engajamento online, seria possível articular uma consistente oposição política e social até mesmo às grandes corporações. Mesmo quando não há uma mobilização mais contundente no âmbito institucional partidário e governamental, seria viável pensar em uma noção mais ampla de política, já que a internet traria "possibilidades de ação no espaço público"; "de ser quem se é, defender publicamente as ideias que se tem não só sobre governo e administração, mas também sobre modos de pensar e estilos de vida" (MARTINO, 2015, p.109). Neste viés, destaca-se a relevância das políticas identitárias, a medida que questões relacionadas a gênero, etnia, orientação sexual, classe social e faixa etária podem ser colocadas e debatidas publicamente.

Martino (2015) argumenta ainda que um dos maiores impactos ocasionados com o advento da web 2.0 é justamente a modificação das noções de espaço e, consequentemente, de espaço público. Nesta chave conceitual, a desterritorialização e desmaterialização das relações altera o próprio sentido de política - palavra cuja origem é justamente a expressão grega *polis*, que significa cidade. Por isso, o autor une-se aos revisionistas da teoria habermasiana ao reconhecer que as diversas formas de participação em rede desenvolvem-se através de "polos de interesse e ação", formando não uma, mas diversas esferas públicas online, com impactos nas vidas conectadas e desconectadas.

Como Marques (2006) nos lembra, no entanto, essa temática é marcada por diversas disputas teóricas. Se por um lado, há um grupo de estudiosos que admite os espaços discursivos digitais como novas esferas públicas e canais legítimos de expressão de múltiplas vozes – alguns deles já apresentados aqui –, há outro segmento mais cético em relação à eficácia das novas tecnologias da comunicação para o aperfeiçoamento da democracia. Dentre estes, o autor cita Wolton (2001), que questiona a seriedade das arenas discursivas na internet, onde nem sempre estão presentes as regras mínimas de civilidade e o interesse dos atores conectados em promover debates de interesse coletivo. Menciona

também Dean (2003), para quem o ambiente digital é desorganizado e não constitui um espaço legítimo de discussão de qualidade, não permitindo que se busque um consenso tal qual seria a verdadeira vocação de Esfera Pública . Faz referência ainda a Buchstein (1997), que oferece pelo menos três razões para que a internet não seja pensada como meio de participação democrática: a falta de competência dos cidadãos comuns para discutir; o acesso elitizado às potencialidades das redes telemáticas e a modificação da natureza Esfera Pública ao abolir o contato face a face.

Entre estas tensões, haveria, no entanto, um terceiro segmento interpretativo que busca leituras mais moderadas, capazes de reconhecer as limitações, mas também as potencialidades sociais e políticas dos usos das novas tecnologias da comunicação.

> Esta terceira posição compreende a Esfera Pública virtual enquanto um complemento para uma melhor formação cívica, como um lugar de debates de naturezas distintas (uns mais sérios, outros nem tanto), mas sem maior viabilidade de se aliar à deliberação plena, à decisão efetiva quanto à implantação das políticas públicas. Novamente, aqui, procede-se o delineamento da concepção de Esfera Pública virtual, preferencialmente, como conversação civil (MARQUES, 2006, p.172).

Como ressalta Benkler (2006), as potencialidades da internet devem-se às configurações espaciais das redes e as possibilidades de produção e circulação de conteúdos com custo baixo ou nulo. Em outras palavras, a efetiva participação democrática nesse contexto depende dos próprios indivíduos inseridos nestes processos, bem como dos nós e links que estabelecem em suas relações online. Faz-se necessário, portanto, que os cidadãos se interessem pelos problemas coletivos e disponham-se a discuti-los.

Nesse sentido, para Papacharissi (2009), embora o potencial das mídias online gere múltiplas respostas e reações, a internet deve ser percebida como uma ferramenta, que não contém intrinsecamente a agência para efetuar mudanças sociais. O potencial de ação e transformação estaria, portanto, nos indivíduos, variando de acordo com os usos que empregam para variados fins, efeitos e gratificações. Em suma, as novas tecnologias precisam ser entendidas a partir do que fazem seus usuários e do ambiente político, cultural, social, econômico no qual estes estão inseridos. Ainda segundo a autora, a discussão sobre o potencial político das novas mídias situa-se justamente na tensão entre as esferas pública e privada no contexto das democracias contemporâneas. Assim, publicar uma opinião política em um blog ou uma paródia em vídeo no YouTube seriam iniciativas privadas para tentar propor e/ou ocupar uma agenda pública. E, no próprio ciberespaço, tais fronteiras seriam negociadas em processos de formação do que Habermas denomina opinião pública.

Segundo Martino (2015, p.93), a própria estrutura da Esfera Pública modifica-se com o advento das novas tecnologias de comunicação, uma vez que no contexto de uma cibercultura é possível observa um aumento da "tensão constante entre o interesse público e o interesse do mercado". Assim, esse lócus deixaria de ser um espaço de debates para "se converter em um lugar de disputa entre os interesses do Estado, das empresas e das corporações". Para sistematizar essa tese ele propõe o seguinte gráfico, baseado nas contribuições de Habermas (1989, 2004) e Gomes e Maia (2008):

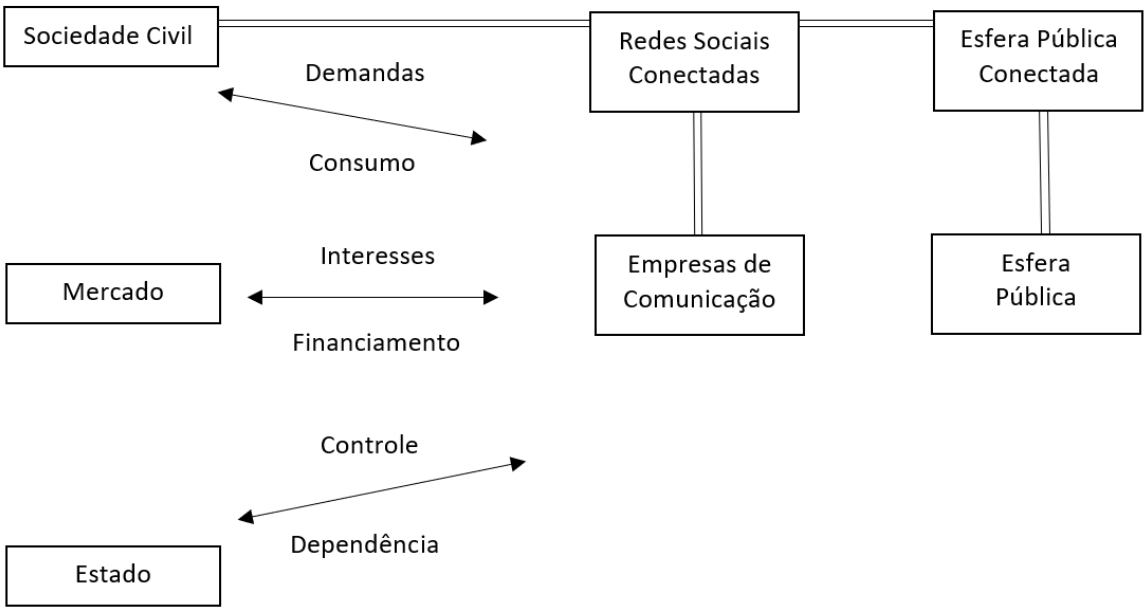


Figura 2: Gráfico - Esfera Pública conectada
Reprodução da Martino (2015, p.93)

Assim, o autor propõe um contraponto à constituição das esferas públicas clássica do século XVIII e do século XIX[33], marcadas pela influência do mercado e da consolidação do capitalismo Nesta perspectiva cronológica, há um primeiro momento no qual as ideais são discutidas coletivamente em espaços públicos e "tornadas públicas" a partir da divulgação via panfletos, jornais e livros (o que o autor define como "jornalismo político"). Posteriormente, com o advento das grandes empresas de comunicação e a consolidação do

[33] Martino (2015) também propõe uma sistematização gráfica das noções clássicas de Esfera Pública no contexto histórico dos séculos XVII e XIX. A reprodução das mesmas pode ser verificada no Anexo 1.

modo de produção da indústria cultural, o jornalismo (aqui compreendido como instrumento que pauta as discussões públicas), transformar-se-ia em uma mercadoria. Por fim, o autor propõe a lógica da Esfera Pública conectada, ilustrada acima, na qual a mídia poderia ser novamente utilizada para dar publicidade (ou seja, "tornar público") os assuntos de interesse coletivo.

A internet, segundo o autor Martino (2015, p.94), introduziria uma nova dimensão às delimitações entre esferas pública e privada por conta da crescente "exposição de detalhes da vida particular no espaço público digital". Temáticas tradicionalmente relegadas à intimidade e ao âmbito individual – de "preferências pessoais" a "problemas de saúde raros" – poderiam, assim, ser compartilhadas e debatidas por um grupo grande de pessoas no ciberespaço. Dessa forma, por mais que tais assuntos refiram-se a vida particular de terceiros, adquirem relevância para um setor mais amplo.

No entanto, a mera publicização de um assunto na internet não o torna necessariamente parte da "Esfera Pública virtual". Para Martino (2015), apenas uma pequena parte da enxurrada de conteúdos e informações que circula nas redes poderia ser incluída neste âmbito a partir de critérios habermasianos. Faz-se necessário, portanto, que haja relevância e um caráter político dessas informações. Para citar um exemplo dado pelo próprio autor, se o término do relacionamento de um casal de celebridades repercute em sites de rede sociais, não se tem ali necessariamente uma discussão cara à Esfera Pública [34]. No entanto, se a personalidade foi agredida pelo ex-namorado o episódio deixa de constituir uma mera curiosidade e torna-se exemplar de uma violação de direitos "e, portanto, um problema de caráter público".

Assim, mais do que definir se o ciberespaço é capaz de abrigar uma tradicional e efetiva Esfera Pública, o que nos interessa aqui é sobretudo pensar na diversidade de (contra)públicos existentes online, na relevância de pautas não institucionalizadas, nas possibilidades de fazer política e promover debates e enfrentamentos menos condicionados pelas mediações da comunicação de massa. Não buscamos encaixar as experiências digitais em uma prescrição teórica para legitimá-las, mas sim refletir sobre seus inegáveis impactos

[34] Diversos autores (FRASER, 1992; SIBILIA, 2016; MARTINO, 2015) citam a violência contra a mulher como elemento sintomático do trânsito entre os limites e interesses das esferas pública e privada. Parece haver consenso de que casos como este, ainda que ocorridos no âmbito doméstico, privado e íntimo, devem ser encarados como uma preocupação coletiva. Nesse sentido, as mobilizações de mulheres em sites de redes sociais, que constituem o principal interesse da presente pesquisa, revelam-se um fenômeno relevante para identificar e analisar os imbricamentos entre intimidade e exposição pública, inclusive em casos de denúncias e relatos de violência.

na constituição e manutenção de antigas fronteiras entre o público e o privado, entre a intimidade e o interesse coletivo.

2.4 Relatos autobiográficos: Dos diários secretos aos sites de redes

A partir da análise dos diários íntimos online, publicados em blogs que fizeram sucesso nos anos de 1990, e de publicações em sites de redes sociais, popularizados nos anos 2000, Sibilia (2016) discute novas configurações entre as esferas pública e privada na internet e sobretudo a superexposição de si diante da crescente curiosidade voyeurística em torno de pessoas "comuns", característica de uma cultura exibicionista e narcisista. A crítica que a ensaísta propõe ao abordar novas formas de publicização da vida íntima e de sua visão um tanto lastimosa sobre os conteúdos produzidos nesse contexto, mas suas contribuições são importantes para melhor compreender o objeto de estudo da presente pesquisa, uma vez que trazem à tona importantes aspectos dos processos de publicação de relatos pessoais e particulares no ciberespaço.

Um dos pressupostos que aqui nos interessa particularmente é a reconfiguração da noção do "íntimo", outrora associado a um "acervo individual de afetos e ações que só podiam florescer no espaço privado" (SIBILIA, 2016, p.9) e agora deslocado para a superexposição na rede mundial de computadores de forma voluntária – e entusiasmada. Haveria, assim, uma necessidade de dar acesso aos outros ao universo antes preservado e escondido por pudores e "paredes". Esse fenômeno seria marcado sobretudo por atos de "narração da própria vida" ou "narrativas autorreferentes" na web, as quais a autora também se refere através das expressões "escritos de si" (p.104); "relatos autobiográficos" (p.104), "escrita íntima" (p.135) e "escrita confessional" (p.294).

Convém ressaltar que Sibilia (2016, p.83) menciona também as chamadas autoficções: intimidades "inventadas", "não autênticas", "enganosas", que se estruturam formalmente a partir das características dos gêneros autobiográficos (memórias, epístolas, biografias, etc.). No entanto, como aqui analisaremos relatos pessoais postados nas redes e cuja veracidade ou verossimilhança não são verificáveis – e não constituem nosso principal interesse de pesquisa –, trabalharemos com o pressuposto do "pacto de leitura" (LEJEUNE apud SIBILIA, 2016, p.57), ou seja, um acordo tácito através do qual o leitor parte do princípio de que as identidades do autor, narrador e protagonista da história que está sendo contada são coincidentes. Tais relatos, estariam, portanto, envoltos em um "halo autoral, que remete à ideia de 'autenticidade'" e implica "uma referência a alguma verdade, um

vínculo com uma vida real e com um eu que assina, narra e vive ou viveu o que se conta" (SIBILIA, 2016, p.66).

Em suma,

> os gêneros autobiográficos integram um conjunto específico de relatos, nos quais a função-autor opera de forma singular. Neles, quem assina o texto é também o narrador e o protagonista da história contada. Ou, pelo menos, o leitor ou espectador se comprometem a acreditar nessa identidade tríplice, de acordo com o pacto de leitura que é selado tacitamente ao se defrontar com uma narrativa desse tipo (SIBILIA, 2016, p.196).

Nesse sentido, para Motta (2013, p. 18), as autobiografias consistem em um processo de organização e destaque de acontecimentos que consideramos mais "carregados de significações" e, portanto, capazes de pontuar nossa "história pessoal". Segundo o autor, "narrando, construímos nosso passado, nosso presente e nosso futuro. As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã".

Essas práticas, evidentemente, não surgem com o advento da internet e dos sites de redes sociais, remetendo, por exemplo, à escrita em papel dos diários íntimos, hábito típico da burguesia no século XIX, bem como a conservação de memórias e álbuns (SIBILIA, 2016). No entanto, como analisa Sibilia (2016, p.82), ao passar do suporte material e da tinta para as telas eletrônicas, essas experiências não são meramente transferidas para outros suportes, mas encontram também mudanças significativas do ponto de vista das subjetividades e dos relacionamentos sociais e afetivos. Agora a ênfase recai não mais na função do narrador ou do autor, mas centra-se no protagonista, no personagem *eu*. Assim, "os sujeitos desses relatos publicados na internet se definem como alguém que é; alguém que vive a própria vida como um verdadeiro personagem".

Além disso, essa nova versão dos relatos pessoais e privados postados marcam também uma modificação dos cenários onde tais processos ocorrem. Se anteriormente as escritas íntimas se davam através de cartas e diários produzidos no ambiente privado (SIBILIA, 2016), exigindo a solidão do autor, agora se dão de forma pública, revelam-se a milhões de leitores em potencial, em um alcance incontrolável por todo o mundo. Esse fenômeno faz parte de um processo de ressignificação das esferas pública e privada, abordado anteriormente. Como pontua Sibilia (2016, p.346),

> nos cenários dos séculos XIX e XX ainda imperavam rígidas separações entre os dois âmbitos em que transcorria a existência: o espaço público e a esfera privada. As subjetividades modernas se arquitetavam levando muito em conta essa fronteira bem delimitada, transitando com cuidado entre ambos os tipos de ambientes e, sabendo que em cada um deles vigoravam diferentes proibições e permissões. Agora, porém, as coisas mudaram.

Com efeito, ainda segundo a autora, estaríamos vivenciando um importante imbricamento entre esses espaços, um deslocamento dos eixos sob os quais as subjetividades acocoravam-se, um abandono do lócus interior para uma gradativa "exteriorização do eu". Assim, no ciberespaço as esferas pública e privada se "contaminariam" mutuamente, comprometendo, portanto, a nitidez de ambas as definições. Portanto, embora parte dos sentidos que constituem essas esferas ainda perdure, suas fronteiras desmancham-se, convidando-nos a rever tais categorias e demandando novas interpretações a esse respeito.

Franzen (apud Sibilia, 2016, p.114) argumenta "em defesa" do espaço público, alegando que este estaria sendo invadido por uma "enxurrada de extimidades". Pioneiramente explorado por Jacques Lacan (1988, 2008) e posteriormente retomado pelo psicanalista francês Tisseron (2008), o conceito de extimidade também aparece em obras mais contemporâneas que discutem as relações de intimidade na internet (BAUMAN, 2012; SIBILIA, 2016). Segundo Sibilia (2016), não se trata de um fenômeno recente e exclusivo da web 2.0, mas, a prática de publicizar narrativas pessoais e íntimas em páginas e perfis pessoais nas redes digitais atualmente revelam um misto de "vida e obra" que pode ser considerado, ao menos, um "costume estranho" (SIBILIA, 2016, p.55). Como resume a autora,

> Com a ajuda de toda essa parafernália digital – das câmeras embutidas nos celulares de qualquer um até as dos paparazzi, dos blogs às redes como Facebook ou Youtube, das câmeras de segurança aos reality-shows e talk-shows da televisão –, a velha intimidade se transformou em outra coisa. E, agora, convertida em extimidade, está à vista de todos (SIBILIA, 2016, p.115).

Muitos dos estudos desenvolvidos sobre essa temática no campo da comunicação, sobretudo na primeira década dos anos 2000, debruçaram-se sobre os diários íntimos e as histórias do próprio cotidiano publicados em blogs (BRAGA, 2009; BRUNO, 2006;

SCHITTINE, 2004; SIBILIA, 2008)[35]. Na época, estes espaços proliferavam rapidamente, graças à plataformas gratuitas e de fácil manuseio (como o Blogger ou o Wordpress) e à curiosidade alheia sobre a vida das pessoas "comuns" ou "anônimas". Estes sites já foram compreendidos como dispositivos de "textualização de si" (ALLARD, VANDENBERGHE, 2003, p.216) e de produção de crônicas sobre a própria subjetividade autoral (AZEVEDO, 2007, p.51). Fotologs e videologs também foram compreendidos como "diários íntimos publicados na web" (SIBILIA, 2008, p.12) e espaços de encenação da vida privada (BRUNO, 2015). Até mesmo o surgimento das webcams (câmeras ligadas a computadores com acesso à internet) estaria relacionado ao interesse público pela intimidade alheia (SCHITTINE, 2003) e às novas formas de exibição pública, autovigilância, exibicionismo, narcisismo e autodisciplina (LEMOS, 2002, p.3).

Nossa hipótese, no entanto, é de que esse modelo confessional (SIBILIA, 2008), a escrita íntima, as narrativas de si e os relatos do dia-a-dia de pessoas não célebres não deixaram de circular intensamente na web em função do "sumiço" dos diários online. Tais práticas permanecem sobretudo através dos sites de redes sociais, como o Facebook, o Twitter e o Instragram. Na primeira rede citada, onde os relatos sobre a própria vida são comuns, o usuário se depara sempre com uma mesma pergunta: "no que você está pensando?". Trata-se do campo que deve ser preenchido para gerar novas postagens a serem compartilhadas com amigos e/ou desconhecidos (a depender das opções de privacidade previamente selecionadas). O que estamos pensando e fazendo - e onde isso ocorre - são informações que acabam por construir esses pequenos fragmentos de diários pessoais. Postar nesses sites é, portanto, uma forma de "estruturação da própria vida como um relato", seja ele escrito, oral, fotográfico, pictórico, audiovisual ou multimídia (SIBILIA, 2016).

Em seus comentários sobre intimidade e Facebook, por exemplo, Bauman (2012, p.166) denomina os dispositivos conectados à rede como "confessionários eletrônicos portáteis", que ensinam "a arte de viver numa sociedade confessional - famosa por eliminar a fronteira que antes separava o privado do público". Com seu olhar pessimista sobre a chamada modernidade líquida, o autor afirma que a vida social transformou-se em vida eletrônica ou cibervida, na qual nossas principais companhias são "iPods ou celulares" e

[35] É importante ressaltar que há autores que se contrapõe à equiparação entre diários íntimos e os blogs, apesar desta comparação ter obtido razoável aceitação. É o caso, por exemplo, de Alex Primo (2008), para quem há uma diferença irreconciliável entre esses escritos: aqueles se voltam para o intrapessoal, tem como destinatário o próprio autor, enquanto aqueles, .por outro lado, visam o interpessoal, o grupal. Apesar da validade desta argumentação, nossa análise prioriza as semelhanças formais e de conteúdo entre essas práticas, debruçando-se prioritariamente sobre a produção das narrações de si.

não outras pessoas "de carne e osso". Nessa "cultura do veja e conte", não dar vazão à "ânsia", "impulso" ou "vício" de apresentar publicamente o "eu interior" representaria uma verdadeira "morte social". Os consumidores seriam as próprias mercadorias, devendo fazer de si um produto comercializável, narrando-se e vendendo-se nas redes online. Assim, parte da sedução dos sites de redes sociais consistiria no prazer da "contínua expressão de si", na exposição e divulgação da vida íntima, visando a propagação e administração da própria imagem (SANTANA; COUTO, 2012, p.36).

Nesse sentido, as reflexões que apresentamos brevemente neste capítulo sobre os conceitos e limites entre as esferas pública e privada e suas modificações ao longo do tempo, sobretudo no âmbito de uma Esfera Pública digital ou conectada, nos ajudam a compreender os atuais processos de narração e exposição de si nas redes. Ao publicar em um espaço público ou semi-público detalhes da vida íntima, os usuários destes sites novamente nos convidam a repensar as fronteiras entre o interesse pessoal e o coletivo, atualizando antigos questionamentos e propondo novas perguntas.

2.4.1 Entre o imperativo da visibilidade e a coerência expressiva

Em seu balanço sobre as principais teorias da cibercultura, Rüdger (2016) discute, entre outros temas, as contribuições críticas – e apocalípticas – em relação à comunicação mediada por computadores. Deste levantamento destacamos aqui seus comentários sobre as contribuições do historiador conservador Andrew Keen (2009) e do ensaísta e crítico cultural Lee Siegel (2008). Para Keen (2009), por exemplo, a internet, sobretudo os sites de redes sociais, fomentam um exibicionismo que sufoca a criatividade, gera uma exposição generalizada e suprime uma necessária preservação da intimidade - tudo isso guiado pela busca por promoção pessoal e popularidade. O ciberespaço seria, para o autor, um cenário dominando por jovens hiperssexualizados e falseadores de identidades, colocando em cheque "o futuro de nossas instituições culturais" (KEEN, 2009, p.40).

Já para Siegel (2008, p.49), o fato de podermos compartilhar nossas ideias e imagens através das novas mídias não significa que abandonamos a condição de receptores passivos para nos tornarmos produtores de conteúdo independentes, fazendo nossas próprias escolhas e construindo "livremente nossas personalidades". Tratar-se-ia, de acordo com ele, de um novo fenômeno no qual "o tempo de lazer adquire a qualidade de trabalho racional, calculável e consciente num mercado" e as pessoas adaptam "seus momentos de privacidade

aos eventuais compradores (SIEGEL, 2009. p. 69-70). Além disso, em entrevista à revista Época (2008, s/p), o mesmo foi taxativo ao declarar que "a web é melhor para os idiotas". A internet seria responsável por uma crescente autopromoção e pela aceleração da "comoditização" da vida privada, tornando a vida das pessoas um objeto de consumo[36].

O supracitado ensaio crítico de Sibilia (2016, p.352) é outra obra na qual encontramos diversos casos que ilustram extremos de uma cultura narcísica, voyeurística e superficial. A antropóloga é categórica ao diagnosticar um fascínio suscitado por uma "multidão de histórias minúsculas", "microrrelatos verídicos que se expõem nas telas que tanto iluminam quanto ofuscam o mundo contemporâneo". Para a autora, a amplitude dos recursos oferecidos pelas mídias interativas, permitiria que seus usuários montassem "espetáculos de si mesmos para exibir uma intimidade inventada"[37] (SIBILIA, 2016, p.55-6). Isso se deveria, entre outros fatores, a um suposto "declínio dos grandes relatos que organizavam e davam sentido à vida moderna, tanto em nível coletivo como individual, bem como a queda do peso inerte das figuras ilustres e exemplares plasmadas nas narrações biográficas canônicas". E pior: "essa multidão talvez nada tenha para dizer, apenas as mesmas trivialidades cotidianas que todos mostram e falam".

Grande parte dos pesquisadores referencia-se no conceito de sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997) para abordar a exposição de si e a exibição da vida íntima na internet. Através dos argumentos de que o capital em seu mais alto grau de acumulação se converteria em imagens e de que estas mediariam todas as relações sociais na contemporaneidade, tecem-se duras críticas às interações travadas no ciberespaço. No entanto, partimos do pressuposto de que uma análise crítica da hipervisibilidade e da superexposição de si na internet requer a percepção de que, para além de um anseio narcisista e de uma cultura voyeur a qual nos submeteríamos prontamente, há outras questões em jogo.

Lemos (2015, p.267), por exemplo, afirma que a atual sociedade da informação, "berço da cibercultura", não pode mais ser traduzida nos termos do espetáculo debordiano.

---

[36] Convém ressaltar, a título de curiosidade, que este autor foi demitido da revista *The New Republic*, da qual era colunista, em 2016 - embora readmitido no ano seguinte - por fazer comentários contrários aos seus críticos e favoráveis a si mesmo de forma anônima no site da publicação. Em entrevista ao jornal *The New York Times*, Siegel, disse que tudo "não havia passado de uma brincadeira. Em todo caso, parece-nos curioso que o teórico tenha aderido à prática que é justamente uma de suas principais críticas em relação às interações na web: a possibilidade de ataques anônimos.

[37] "De modo semelhante, os seguidores dos blogs e os fãs dos *youtubers*, assim como qualquer um que costume navegar pelas redes sociais pulando de um perfil para outro, poderiam ser comparados com os leitores de antigamente: aqueles que, nesse ato, se identificam com os personagens literários e construíam suas subjetividades em diálogo com esses jogos de espelhos" (SIBILIA, 2016, p. 105).

Para o autor, a sociedade do espetáculo teria dado lugar a chamada “sociedade da simulação”, passagem na qual as tecnologias de representação analógica (as mídias tradicionais) foram gradativamente sucedidas pelas novas mídias digitais. Em suma,

> o espetáculo difundiu-se pelo fluxo unidirecional de mensagens, pela difusão centralizada o receptor disperso, homogeneizado e tido como passivo (embora estudos de recepção mostrem o contrário). Já a cibercultura é produto da digitalização dos media, do advento de um fluxo de mensagens planetário, multimodal e bidirecional, em que o receptor torna-se também um emissor potencial (LEMOS, 2015, p.268).

Assim, se, por um lado, são frequentes os estudos críticos à lógica da constante exposição da própria intimidade na internet, tal como analisamos anteriormente, por outro, autoras como Papacharissi (2010) e Polivanov (2014) nos convidam a olhar para tais diagnósticos com um olhar menos pessimista, capaz de identificar potencialidades e interessantes construções identitárias nesse contexto.

Como nos alerta Polivanov (2014), as performances em sites de redes sociais não devem ser percebidas como randômicas ou aleatórias. Não se tratam de verborragias indiscriminadas ou apenas de um gozo irracional e compulsivo por ver e ser visto. Isso porque, como afirma a pesquisadora, são os próprios atores sociais que decidem quais conteúdos serão visíveis ou ocultos - uma leitura que dialoga com a máxima de Lemos (2015) para quem o receptor é potencialmente um emissor. Tratar-se-ia de um processo de autorreflexividade, ou seja, “o fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre essa próprias práticas, alternado assim seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.45). Nesta perspectiva, para além de considerar as exposições de si na internet como mero reflexo narcísico, faz-se necessário entender tais práticas como complexas dinâmicas de narrativa de vida, que compreendem tanto “autoconstruções mais flexíveis e livres de amarras tradicionais” quanto “constantes conflitos” (POLIVANOV, 2014, p.19).

Papacharissi (2010), por sua vez, define o processo de auto-apresentação no ciberespaço como “um ciclo sempre em evolução através do qual identidade individual é [...] comparada, ajustada ou defendida contra uma constelação de realidades sociais, culturais, econômicas ou políticas”. Ainda segundo a autora, as identidades individuais e coletivas, que no começo dos anos 2000 se construíam e se promoviam através de páginas pessoais, agora desenvolvem-se sobretudo nos sites de redes sociais.

Soma-se a isso o que Sá e Polivanov (2012, p.33) denominam "coerência expressiva" entre os atores e os materiais midiáticos dos quais estes se apropriam na construção de suas personas online. Em estudo realizado pelas autoras sobre uso de imagens de personagens do universo midiático como imagem de perfil em site de redes sociais – uma "onda" que comumente marca as comemorações do dia das crianças – foi possível identificar que a escolha desses ícones não se dava por acaso, mas estava atrelada às qualidades com as quais os usuários gostariam de ser reconhecidos. Tendo em vista o importante papel que essas imagens desempenham em um processo de re(a)apresentação de si (AMARAL; BARBOSA; POLIVANOV, 2015), tal seleção, a princípio meramente lúdica e pouco reflexiva, poderia indicar importantes aspectos das consonâncias entre a construção desses perfis e os selves. Afinal, o processo de moldar o próprio perfil pode ser encarado como uma performance, uma vez que cada ação individual nestes ambientes é realizada diante de um determinado grupo de observadores (POLIVANOV, 2014), sabidos ou presumidos – o que demandará uma seleção prévia do que (e como) será efetivamente mostrado.

Dessa forma, as autorepresentações nas redes digitais constroem-se partir de materiais culturais e multimidiáticos, influenciadas pelos processos de sociabilidade travados nesta ambiência e pela composição da audiência no site. Conforme ressalta Polivanov (2014), os perfis online não devem ser compreendidos simplesmente como uma transposição dos atores em si para o ambiente digital (DALBELL, 2009), mas como um processo complexo, que possui suas especificidades: uma construção discursiva performatizada voltada para uma audiência imaginada (BOYD, 2011). Não se trata, portanto, de acoplar um formato discursivo a uma realidade prévia, mas de formular um relato que apresenta e "realiza" as histórias, concedendo-lhe "consistência e sentido". Em suma, tem-se uma "performance de si mesmo".

Nesse sentido, a atuação na Esfera Pública conectada não é explicada apenas por um ímpeto compulsivo de tornar público detalhes da intimidade ou expor-se de forma irrefletida e aleatória, mas consiste em processo de reflexão, seleção, recorte e performance, pensada para um determinado público em potencial. Complexifica, portanto, antigas noções a respeito da vida particular e do interesse coletivo, convidando-nos a realizar uma análise crítica, capaz de compreender como as vivências no ciberespaço permitem novos imbricamentos entre as esferas pública e privada.

2.5 Cidadania da intimidade

Os gêneros auto-referentes e as formas de se narrar, apesar de constituirem formatos antigos de elaboração textual, mudaram ao longo do tempo e acompanharam as transformações históricas que afetam não só as materialidades que viabilizam tais processoas, como a própria produção de subjetividades. Soma-se a isso o advento e a consolidação de novas tecnologias, meios e suportes disponíveis (SIBILIA, 2016). Nesse sentido, para pensar a produção e circulação das escritas de si no contexto da web 2.0, optamos por recorrer às contribuições de Plummer (2002, 2003), principalmente às noções de cidadania da intimidade (*intimate citizenship*) e narrativas de experiências pessoais da intimidade (*personal experience narratives of the intimate*).

Ao propor um subcampo que denomina *sociologia da intimidade*, o autor analisa como novas questões e problemáticas do âmbito pessoal passam a influenciar as culturas de diversas sociedades no contexto da modernidade tardia e promovem arenas de debate público em seu entorno. Seu objetivo é pensar não só as novas práticas da vida pessoal, mas os discursos e debates públicos sobre as mesmas no século XXI. Nesse sentido, afirma que as experiências privadas podem ter importantes consequências em relação às organizações familiares, às identidades e aos papéis de gênero, às vivências no campo da sexualidade e ao exercício da cidadania. É o caso, por exemplo, das novas noções de feminilidade e masculinidade, dos casamentos homoafetivos, da criação de filhos por pais e mães solteiro(a)s e de novas tecnologias reprodutivas.

Ao identificar que a noção hegemônica de cidadania é predominantemente masculina e heteronormativa, o autor supracitado propõe uma nova abordagem que seja capaz de abarcar as diferenças e as demandas diversas no âmbito da sexualidade, da cultura, da tecnologia, do feminismo, entre outros campos. Assim, compreende que a cidadania da intimidade, designada por "discursos públicos sobre a vida pessoal" (PLUMMER, 2002, p.68), é a justaposição entre as esferas pública e privada que supera suas supostas dicotomias através de links e conexões. Não que esses campos tenham sido autônomos em algum momento histórico, mas na contemporaneidade há uma intensa proliferação e mistura desses âmbitos, "colocando em pauta uma miríade de preocupações pessoais". Em suma, "na modernidade tardia, o pessoal invade o público e o público invade o pessoal" (PLUMMER, 2002, p.68).

Ainda segundo o teórico, é nesse momento histórico que o exercício da cidadania se torna confuso. Tradicionalmente atrelada à ideia de pertencimento e participação em um

determinado grupo, agora esta noção é reconfigurada a partir da problematização das ideias de fronteiras, direitos, deveres, obrigações e identidades, sobretudo em um contexto de desigualdades. Assim, embora os imbricamentos entre os espaços público e privado não sejam novidade para as ciências sociais e para as teorias feministas, conforme já elucidamos no capítulo anterior, agora evidenciam novas linguagens, articulações e ações coletivas.

Uma característica fundamental no âmbito desses novos exercícios de cidadania é a produção, consumo e circulação de narrativas de experiências pessoais da intimidade. Segundo Plummer (2003), somos *homo narrans* vivendo um momento narrativo (*narrative moment*), construindo uma sociedade que é, em si, uma teia de histórias capaz tanto de unir quanto de separar as pessoas[38]. Nossas verdades passam a ser produzidas a partir de uma incessante narração da vida.

Sibilia (2016, p.61, 247) parece concordar com esta percepção ao afirmar que os últimos anos foram marcados por uma "intensa 'fome de realidade'", um apetite que incita tanto à exibição quanto o consumo de vidas alheias e reais". Afinal, ainda segundo a autora, "quanto mais a vida cotidiana é ficcionalizada e estetizada com recursos midiáticos, mais avidamente se procura uma experiência autêntica, verdadeira, não encenada. Busca-se o realmente real – ou, pelo menos, algo que assim pareça.

Nesse sentido, o que Plummer (2003, p.19) propõe é uma *sociologia das histórias*, que priorize não os textos em si, isoladamente, mas "o papel social das histórias, de que maneira elas são produzidas e lidas, o trabalho que realizam em uma ordem social mais ampla, como elas mudam e qual é o seu papel no processo político". Deve-se levar em consideração, portanto, o(a)s produtores e produtoras dessas narrativas; aqueles e aquelas que persuadem, tutoreiam e coagem[39] a produção das histórias (como, por exemplo, médicos, terapeutas, repórteres, pais e mães), e, por fim, os consumidores, leitores / leitoras e audiências que interpretarão e produzirão sentidos a partir dos relatos.

O ato de narrar-se e de narrar experiências íntimas seria, portanto, a matéria prima que nos constitui enquanto indivíduos com nome, identidade e trajetória próprias e a existência seria assim moldada através da linguagem, um fenômeno que Sibilia (2013) denomina "efeito sujeito". Somos o que somos a medida que nos apresentamos, nos

[38] Embora analise especificamente histórias e narrativas no âmbito da sexualidade, Plummer (2003) discute de forma mais ampla a produção de narrativas em geral como ações conjuntas características da modernidade tardia.

[39] Definidos por Plummer (2003) originalmente como "coaxers, coachers e coercers".

comunicamos, falamos sobre nós e sobre os outros e também silenciamos o que escolhemos não expor. “Somente a linguagem nos dá consistência e relevos próprios, pessoais, singulares, e a substância que resulta desse cruzamento de narrativas se (auto)denomina eu” (SIBILIA, 2016, p.57). As escritas de si são, portanto, objetos privilegiados para se compreender “a constituição do sujeito na linguagem” e a “estruturação da própria vida como um relato”.

Assim, para melhor entender os complexos processos de interação no espaço público e privado e as flexibilizações dessas antigas fronteiras, faz-se necessário analisar a circulação dos relatos de si e a publicização das escritas íntimas em espaços coletivos. As campanhas feministas indexadas por hahstags, que apresentaremos posteriormente, revelam-se casos ilustrativos destes processos.

3. ESTUDOS DE CASO: CAMPANHAS FEMINISTAS INDEXADAS POR HASHTAGS

Com origens que variam entre coletivos e ONGs feministas, ativistas independentes e mulheres que não se reivindicam militantes, essas campanhas são elaboradas como estratégias políticas e viralizam a partir do compartilhamento espontâneo de postagens e narrativas pessoais que ilustram e/ou reforçam as temáticas em destaque. Para aderir a essas iniciativas, as mulheres que optam por se engajar na campanha podem replicar conteúdos já postados por terceiros, em apoio à ação e visando sua divulgação, ou produzir seus próprios textos associando-os à tag em questão. Dessa maneira, acoplam seus relatos a um conjunto de outras histórias produzidas com o mesmo objetivo, permitindo que qualquer internauta utilize o link gerado pela palavra chave tagueada para retomar tudo o que foi publicado sobre o tema em cada site de rede social.

Assim, de forma análoga à metáfora da colcha de retalhos que formaria a inteligência coletiva formulada por Lévy (1998), também os esses posts se complementam. São pontos que podem ser "costurados" em quaisquer outros, pois possuem um elo temático e tecnológico. Também é possível compreender este fenômeno a partir da metáfora que Sibilia (2013, p.108) convoca para pensar a intensa circulação de micro-relatos no ciberespaço: uma "imensa colcha de retalhos de confissões multimídia, costurando uma multidão de pequenos falatórios e imagens cotidianas sobre a extimidade de qualquer um que ameaça cobrir todos os recantos do antigo âmbito público".

Reis (2017) lista cinco usos comuns das hashtags como estratégias feministas: a) pressionar o poder público em processos decisórios; b) dar visibilidade às causas militantes; c) promover campanhas de conscientização a respeito de diversas temáticas no campo das relações de gênero; d) sistematizar dados capazes de referendar políticas públicas e e) promover encontros, trocas de experiências e relações de solidariedade. As campanhas que aqui descreveremos e analisaremos atendem prioritariamente às demandas por divulgação de pautas feministas, promoção de debates mais amplos e disputa de sentidos e articulação entre mulheres para o compartilhamento de vivências e apoio mútuo. Tais objetivos revelam-se prioritários e articulam-se sobretudo a partir do eixo de denúncia e combate às múltiplas formas de violência contra a mulher.

Para melhor mapear essas iniciativas, optamos por analisar exclusivamente os sites Facebook[40] e Twitter[41], onde geralmente tais campanhas se originam e circulam. Tendo em vista que YouTube só permitiu o uso de hashtags em 2016 e que o Instagram caracteriza predominantemente pela circulação de imagens em detrimento de discursos verbais, tais redes, incialmente utilizadas para entrada em campo, foram excluídas da análise.

Os critérios observados para a delimitação desse recorte justificam-se pelos seguintes fatores:

a) Efervescência da discussão: Optamos por mapear as postagens feitas no contexto de lançamento de cada uma das campanhas, quando a adesão e a visibilidade das tags tendem a ser mais amplas. Com o passar do tempo, a adesão e circulação desses posts tendem a cair.

b) *Relevância:* Destacamos postagens que, de tão sintomáticas ou exemplares, tiveram tanto destaque nas redes que acabaram sendo abordadas pela imprensa tradicional no intuito de ilustrar as iniciativas reportadas. Isso não significa que outros conteúdos não citados pela grande mídia não tenham tido grande alcance e capilaridade no âmbito dos sites de redes sociais, mas o critério da replicação das tags para além do seu ambiente de origem nos pareceu um importante indicativo da ampliação dos debates online em prol da igualdade de gênero.

[40] Criado em 2004 pelo norte-americano Mark Zuckerbeg, então estudante de Harvard, o Facebook (www.facebook.com) – originalmente The Facebook – foi um sistema elaborado para ser utilizado apenas na universidade de seu fundador, mas posteriormente se estendeu para outras faculdades e acabou tornando-se internacional, aberto e gratuito. A rede social – caracterizada basicamente pela criação de um perfil, a publicização (controlada) dos contatos dos usuários e a interação via mensagens (semi) públicas ou privadas (BOYD; ELLISON, 2007) – foi a primeira do planeta a atingir um bilhão de usuários (POLIVANOV, 2014). No Brasil, em 2016, passou a contar com 99 milhões de usuários ativos mensais, o que significa que 8 em cada 10 brasileiros conectados à internet também estão no Facebook (CRUZ, 2016).

[41] Lançado em 2006, o Twitter (www.twitter.com) é um microblog – ou um micromensageiro (RECUERO; ZEGO, 2010) – através do qual os usuários cadastrados dispõem de 140 caracteres para fazer cada uma de suas postagens (ou tweets), que, a princípio, são públicas, mas podem se tornar privadas através da configuração do perfil. O caráter de ubiquidade e atualidade da rede social já é evidenciado pela pergunta inicial, automaticamente sugerida na página inicial para cada internauta: "o que está acontecendo?". Uma vez cadastrado gratuitamente no site, um usuário pode ser seguido e seguir outros, passando a receber suas atualizações na página inicial. Conforme apontam Recuero e Zego (2010), apesar de se assemelhar a um blog ou a um "mensageiro instantâneo", o Twitter pode ser considerado uma rede social, já que reúne as características básicas desses sites: permite que o usuário crie um perfil público, interaja através dele e exiba sua rede de contatos (BOYD; ELLISON, 2007).

c) *Caráter público das postagens:* Como as campanhas analisadas centram-se basicamente no compartilhamento de conteúdos íntimos, decidimos abordar apenas materiais que foram postados de maneira pública, com a ciência prévia do(a)s autores e autoras, ou seja, encontram-se acessíveis a qualquer internauta. Não utilizaremos aqui, portanto, relatos propagados em espaços fechados ou semi-públicos (como grupos de Facebook de acesso restrito).

d) *Perspectiva analítica sobre as potencialidades e limitações das campanhas.* A análise aqui proposta leva em consideração não só os conteúdos postados e as contribuições teóricas que nos auxiliam a compreender este objeto de pesquisa, mas também as críticas, comentários e depoimentos de mulheres que se engajaram nessas iniciativas e foram convidadas a refletir sobre as campanhas e seus próprios engajamentos a partir do questionário online que propusemos e divulgamos em nossas redes pessoais e grupos feministas no Facebook (ARAÚJO; EVANGELISTA, 2017)[42]..

e) Campanhas criadas e mobilizadas sobretudo por brasileiras. Apesar de reconhecermos o caráter simultaneamente local e global das iniciativas ciberfeministas[43], optamos por um recorte que priorizasse hashtags brasileiras e que articulasse relatos no âmbito do contexto nacional. É evidente que outras experiências internacionais têm muito a acrescentar à

[42] Tais contribuições são analisadas de forma mais aprofundada no quarto e último capítulo desta tese.

[43] Se, por um lado, os novos movimentos em rede iniciam-se em "contextos específicos", por "motivos próprios" e a partir de suas redes, por outro, também são globais, pois o fazem a partir da conexão com o mundo inteiro via internet (CASTELLS, 2013, p.165). Esses vínculos internacionais permitiriam tanto o aprendizado a partir da observação de outras experiências quanto o estímulo à realização de novos protestos. Viabilizariam ainda a percepção de similaridades entre problemas e pautas gerais, existentes em locais diversos.

É o caso, por exemplo, de campanhas como #TimesUp, uma referência online ao movimento homônimo criado em 2017 e protagonizado por mulheres da indústria cinematográfica hollywoodiana . A iniciativa tem como objetivo denunciar e combater assédios e abusos sexuais neste segmento profissional e ganhou destaque a partir do posicionamento de diversas atrizes mundialmente conhecidas, tanto através de seus perfis em sites de redes sociais quanto de pronunciamentos em grandes eventos como as premiações do Globo de Ouro e Oscar em 2018. Nesta empreitada, lançada por cerca de 300 mulheres, destacaram-se nomes como Annabella Sciorra, Emma Stone, Oprah, Natalie Portman, Salma Hayek e Ashley Judd, Kerry Washington, Reese Witherspoon.

Apesar de sua especificidade em termos geográficos, culturais e até mesmo de categoria profissional, a máxima foi replicada e reapropriada por internautas de todo o mundo. Atrizes brasileiras - como Camila Pitanga, Alice Wegmann, Maria Clara Spinelli, Bruna Marquezine e Julia Konrad - também se manifestaram em sites de redes sociais em solidariedade às vítimas e em apoio à proposta. A hashtag foi associada a outros movimentos semelhantes ao redor o mundo, como o #MexeuComUmaMexeuComTodas no Brasil e a criação do grupo Women in Cinema Collective (WCC) na Malásia (COVAS, 2018).

presente investigação, mas esta restrição dos dados coletados fez-se necessária para que a análise quantitativa e qualitativa das ações escolhidas fosse viável.

Isto posto, convém ressaltar que não nos ateremos às especificidades de cada um dos sites de rede sociais aos quais nos referimos. Se, por um lado, recorremos preferencialmente ao Facebook e ao Twitter para realizar estudos de caso e trazer exemplos para as hipóteses e discussões aqui desenvolvidas, por outro, nos interessa menos as características de cada uma desses espaços e mais os discursos, relações e estratégias narrativas que neles circulam. Também convém frisar que a proposta não é analisar de forma minuciosa cada campanha temática, mas mapear e compreender elementos comuns dessas estratégias que revelem características mais gerais dessas ações coletivas e dos sujeitos que as engendram. Partimos da especificidade de iniciativas pontuais em sites delimitados, mas queremos extrair informações que nos ajudem a compreender esse fenômeno de forma mais ampla.

3.1 #PrimeiroAssédio

Em outubro de 2015 estreou na TV Bandeirantes, canal da TV aberta brasileira, a versão infantil do reality show MasterChef Brasil, adaptação de uma franquia internacional que já havia obtido sucesso de público em edições anteriores. A programação iniciou-se com 20 concorrentes com idades entre 9 e 13 anos e foi exibida às terças-feiras, às 22h30, com apresentação da jornalista Ana Paula Padrão e a presença dos jurados e chefes Paola Carosella, Erick Jacquin e Henrique Fogaça.

Como já era característico do histórico do programa, houve grande repercussão sobre a atração nos sites de redes sociais, especialmente no Twitter, onde os telespectadores trocavam impressões e teciam comentários enquanto simultaneamente assistiam à transmissão da atração na TV. No entanto, naquela ocasião, a reação do público caracterizou-se por um aspecto não relacionado ao conteúdo do programa, à performance dos participantes e jurados ou à competição em si. Um amplo debate despontou nas redes por conta do assédio virtual e de declarações de teor sexual direcionadas à Valentina, uma das competidoras do programa que na ocasião tinha apenas 12 anos de idade.

Comentários pontuais e dispersos no Twitter logo viralizaram nesta e em outras redes, tanto a partir de compartilhamentos por um segmento que reforçava, replicava e alimentava os comentários de conteúdo erótico quanto através de críticas e denúncias às postagens e perfis que promoviam tais comentários. Dentre os tweets mais replicados (PATROCÍNIO, 2015) estavam frases como:

Figura 3: Tweet do usuário @AnderSoberano, postado no dia 20 de outubro de 2015, às 22h48. Reprodução disponível em http://www.huffpostbrasil.com/carol-patrocinio/quando-uma-menina-de-12-a_b_8348388.html. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 16h43.

Figura 4: Tweet do usuário @VictorHrentschi, postado no dia 21 de outubro de 2015, às 00h24. Reprodução disponível em http://www.huffpostbrasil.com/carol-patrocinio/quando-uma-menina-de-12-a_b_8348388.html. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 16h43.

Figura 5: Tweet do usuário @Kemper_Guedes, postado no dia 21 de outubro de 2015, às 00h08. Reprodução disponível em http://www.huffpostbrasil.com/carol-patrocinio/quando-uma-menina-de-12-a_b_8348388.html. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 16h43.

De maneira polarizada, a menina Valentina foi uma das personalidades mais citadas em sites de redes sociais naquela data, chegando a assumir a primeira posição entre os *trending topics* (assuntos mais comentados) do Twitter no Brasil na noite da estreia do programa (BARG, PAOLIERI, 2015). Nos dias que se seguiram, a discussão também ganhou espaço na imprensa tradicional e em diversos sites de notícia no Brasil e no mundo. Postagens aparentemente isoladas motivaram um debate público mais amplo, que passou a abarcar não só o caso específico da pequena cozinheira mas também uma discussão sobre pedofilia e erotização precoce.

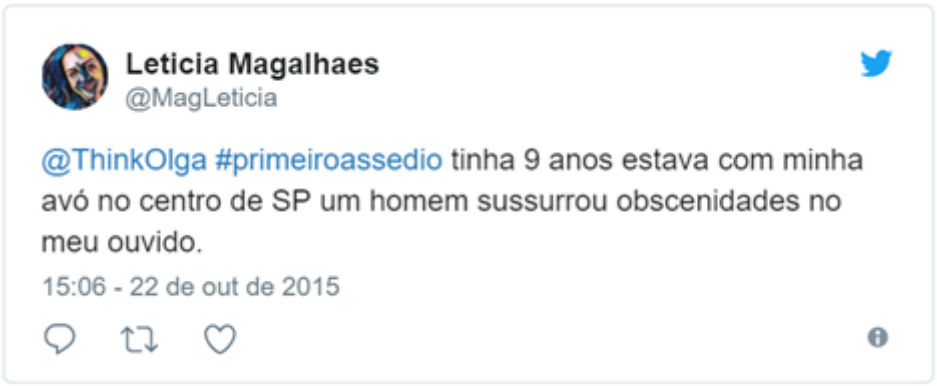
Diante da temática que se colocava, o coletivo feminista Think Olga[44], uma produtora de conteúdo digital fundada em 2013, criou a campanha online #PrimeiroAssedio, que tinha como objetivo não apenas promover solidariedade à Valentina e repudiar os comentários de cunho sexual que foram destinados à menina, mas convocar as internautas a utilizar a hashtag nas redes e a compartilhar suas próprias experiências de assédio e abuso

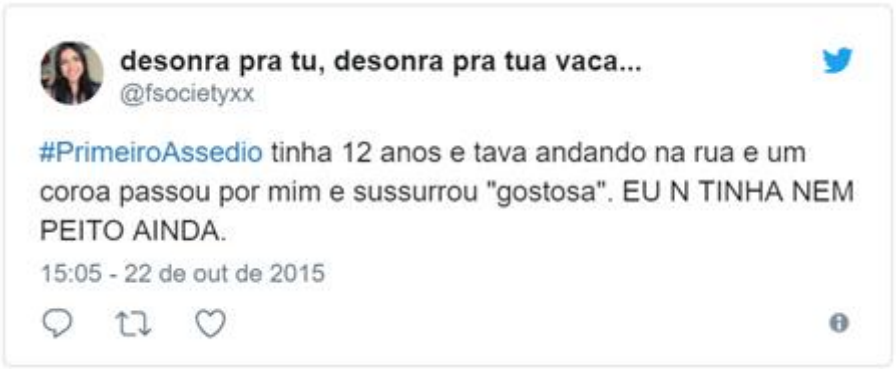
[44] O coletivo Think Olga já obtivera visibilidade em sites de redes sociais por conta da campanha #ChegadeFiuFiu, uma iniciativa proposta em 2013 e que visava mapear e promover debates sobre o assédio às mulheres em espaços públicos, pensando estas abordagens como um problema de segurança e mobilidade urbanos. Na ocasião, dados coletados entre 8 mil entrevistadas revelaram que 99,6% das mulheres já havia sofrido cantadas e abordagens constrangedoras. O projeto também gerou um documentário homônimo com a mesma temática. Para mais informações sobre o coletivo, ver http://thinkolga.com/a-olga/. Para mais detalhes sobre a campanha #ChegaDeFiuFiu, ver http://bit.ly/pesquisa-OEC. Acessos em 02 de janeiro de 2018, às 21h12.

sexual precoces. Em apenas 4 dias de campanha a tag havia sido replicada 82 mil vezes no Twitter (entre conteúdos originais e retuítes, ou seja, compartilhamentos de postagens alheias), em um fluxo que chegou a atingir 7 mil mensagens por hora.

O debate sobre a situação específica da repercussão de um programa de TV no Twitter tornou-se o ponto de partida para a circulação de um fluxo de milhares de outras histórias sobre pedofilia, abuso e assédio infantil. Narrativas pessoais, espontaneamente publicizadas, evidenciavam que o que ocorrera em relação à Valentina poderia ser pensado não como um caso isolado, mas um problema recorrente e estrutural, vivido por milhares de internautas que se dispuseram a compartilhar suas memórias.

Alguns dos relatos públicos que mapeamos a partir da tag #PrimeiroAssedio podem ser vistos abaixo:





Figuras 6 a 9: Posts da campanha #PrimeiroAssedio. Reproduções do Twitter disponíveis em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445529917_555272.html. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 22h18.

A partir da análise de 3.111 histórias compartilhadas no Twitter, onde a campanha havia sido lançada, as integrantes do Think Olga conseguiram identificar que a idade média dos primeiros assédios relatados era de apenas 9,7 anos. Esses dados foram sistematizados pelo grupo no gráfico abaixo:

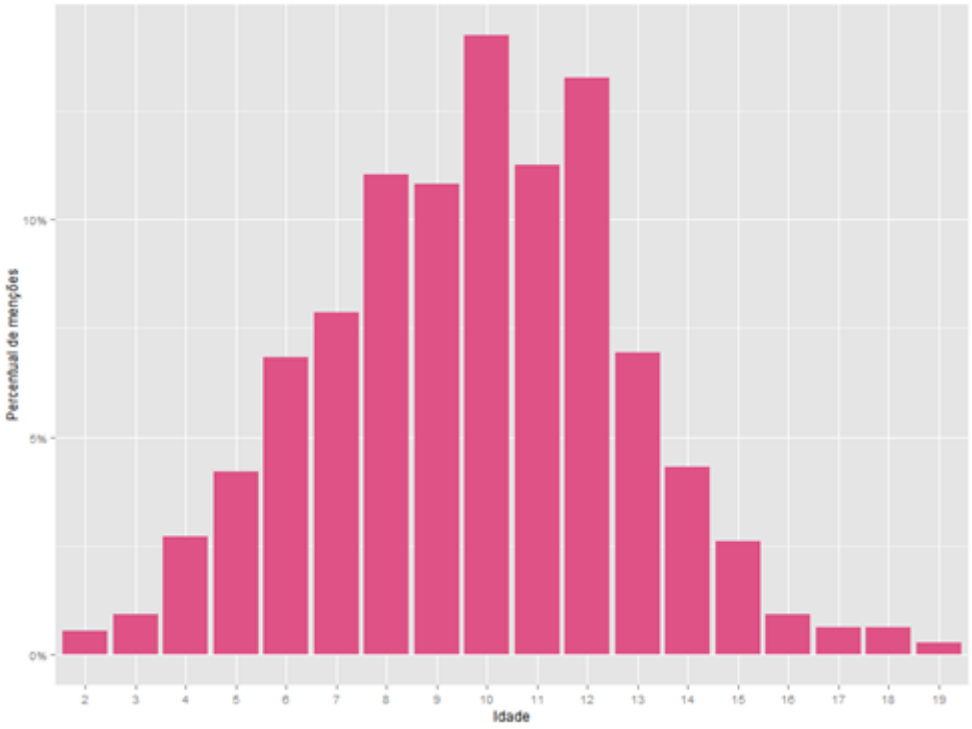


Figura 10: Idade do primeiro assédio sexual sofrido por 3.111 mulheres que participaram da campanha #PrimeirAssedio. Disponível em http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 21h28.

Figura 11: Nuvem de palavras obtida a partir das postagens do #PrimeiroAssedio. Gráfico produzido pelo coletivo Think Olga. Disponível em http://thinkolga.com/2015/10/26/hashtag-transformacao-82-mil-tweets-sobre-o-primeiroassedio/. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 21h28.

Uma análise do conteúdo dessas postagens, sintetizado por uma nuvem de palavras (figura 11), revela a recorrência de expressões como “pai”, “tio”, “vizinho”, “irmão”, “amigo” e “avô”, indicando que grande parte dos relatos analisados fazia referência a parentes e conhecidos das vítimas e/ou de suas famílias. A análise desse microcosmo está em consonância com dados oficiais nacionais: segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2011), com base em dados do Sistema de Informações de Agravo de Notificação do Ministério da Saúde, cerca de 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças ou adolescentes e, na maioria dos casos, os agressores são homens próximos às vítimas.

Ao aderir à convocação do coletivo Think Olga, milhares de mulheres utilizaram suas redes sociais para compartilhar relatos íntimos de experiências traumáticas vividas na infância ou adolescência. A partir de uma exposição de si e do compartilhamento de uma memória incômoda, traumática e muito pessoal, contribuíram para a formação de um mosaico de histórias individuais que evidencia o caráter estrutural da violência sexual contra meninas. Ao publicar suas histórias, as internautas ofertaram sua própria vivência para fortalecer uma iniciativa mais ampla, mantendo a hashtag em circulação e promovendo depoimentos que esperam ser lidos com empatia e/ou identificação.

3.2 #MeuAmigoSecreto

Inspirada pela tag #PrimeiroAssedio (COHEN, 2015), a campanha #MeuAmigoSecreto foi criada em outubro de 2015 pelo coletivo feminista Não Me Kahlo. Trata-se de um grupo composto por 5 mulheres – a maioria moradora da cidade do Rio de Janeiro – que tem como objetivo, nas palavras das próprias ativistas,

> agregar pessoas com interesse em aprofundar os estudos sobre o feminismo, compartilhar ideias, histórias e também promover ações que busquem a luta por direitos das mulheres e a efetivação dos direitos já conquistados”[45].

A iniciativa também tinha como objetivo promover a denúncia de atitudes machistas cotidianas através do compartilhamento de experiências pessoais, marcando o Dia

[45] Trecho do texto “Quem somos”, divulgado no site do Coletivo Não Me Kahlo. Disponível em http://www.naomekahlo.com/#!sobre/cns6. Acesso em 24 de junho de 2016, às 14h05.

Internacional da Não Violência contra as Mulheres, em 25 de novembro. Devido à proximidade das festas de fim de ano, havia também um paralelo com a brincadeira típica "amigo oculto", na qual familiares e amigos sorteiam um nome para presentear e, no dia das festividades, falam sobre a pessoa a ser contemplada de forma implícita para que a identidade possa ser adivinhada pelos demais participantes**.** Assim como a campanha que a inspirou, #MeuAmigoSecreto logo extrapolou o Twitter, onde se originou, e repercutiu em diversas redes sociais, como o Facebook e o Instagram.

A estratégia consistia em expor atitudes machistas cotidianas sem identificar explicitamente o homem acusado. De acordo com Dandara Oliveira de Paula (2015), uma das criadoras do coletivo, a intenção era gerar debate e promover um espaço de desabafo.

> Fora que dá um sentimento de coletividade ver que todas nós sofremos opressões parecidas todos os dias, porque muitas vezes achamos que é sempre um caso isolado. As meninas que não fazem parte de coletivos feministas não têm ideia de como o problema afeta todo mundo (COHEN, 2015, s/p).

Alguns posts utilizando a hashtag ganharam visibilidade nos sites de redes sociais e foram, inclusive, pauta da imprensa tradicional (MOREIRA, 2015, s/p). É o caso dos seguintes exemplos:

> #meuamigosecreto acha que apenas a mulher é responsável pelo método contraceptivo e ai dela se pedir uma camisinha.
>
> #Meuamigosecreto diz que trai porque a carne é fraca, coisa de homem. Mas não aceita ser traído em hipótese alguma.
>
> #meuamigosecreto diz que ser engenheira é coisa de homem e de sapatao
>
> #meuamigosecreto acha que homem pode ser barrigudo, feio, largado. Mulher, se não for toda bonitona e gostosa, tem mais é que ficar sozinha.
>
> #meuamigosecreto é abusivo com a esposa, mas na ausência dela não sabe nem fritar um ovo.
>
> #meuamigosecreto disse em uma coletiva que só iria me dar uma entrevista se eu fosse "tomar uma cerveja com ele" e que eu era bonita demais pra ser tão inteligente.
>
> #Meuamigosecreto Me deu uma cabeçada no nariz, me humilhou, chutou, mordeu... mas eu sou loca e na verdade ele encostou a cabeça no meu rosto, os pés nas minhas pernas, os dentes no meu braço, a mão no meu cabelo... ele bebeu eu é que estou errada de não ter entendido depois.

> #meuamigosecreto paga de defensor da igualdade nas redes sociais, mas humilha mulher nos grupinhos do whatsapp
>
> #meuamigosecreto na época da faculdade afirmou que para mulher bonita é fácil tirar A nas disciplinas, principalmente se o professor fosse homem.
>
> #meuamigosecreto não é um, são vários. Estão dominando o congresso, pagando de bacana, matando indiretamente todos que não são omi/branco (sic) (MOREIRA, 2015, s/p).

Com a viralização da hashtag, as fundadoras do coletivo decidiram criar uma página no Facebook *Meu Amigo Secreto É,* - que possui mais de 14 mil curtidas[46] – centralizando alguns dos textos postados sobre a temática sem, no entanto, divulgar a autoria dos mesmos. Dessa forma foi possível compor um painel com as críticas e reflexões evocadas pelas mulheres que aderiram à campanha, promovendo o debate sobre o sexismo cotidiano em âmbito público e privado. A página permaneceu atualizada até o dia 24 de dezembro de 2015, porém continua disponível no Facebook[47], reunindo algumas das principais contribuições das participantes da campanha.

Diante da repercussão da iniciativa, as fundadoras do coletivo decidiram publicar o livro *#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes*, discutindo, a partir de alguns relatos publicados durante a campanha, temas como aborto, violência contra a mulher, feminismo negro, padronização estética, entre outros (FERREIRA, 2016, s/p). Lançado em maio de 2016 e escrito por Gabriela Moura, Bruna Leão, Bruna de Lara, Thaysa Malaquias e Paola Barioni, a publicação foi o primeiro volume da Coleção Hashtag, criada pela editora Edições de Janeiro, que publicará obras sobre temas que repercutiram na internet (AUN, 2016).

3.4 #BelaRecatadaEDoLar

No dia 18 de abril de 2016 a revista Veja publicou em seu site uma matéria com o título *Marcela Temer: Bela, recatada e do lar* (LINHARES, 2016)[48]. Tratava-se de um perfil da esposa do então vice-presidente do Brasil Michel Temer, descrita como uma

[46] Citamos esta página como exemplo dentre as diversas fanpage e comunidades homônimas do Facebook por ser a que apresentava o maior número de curtidas no momento da pesquisa.

[47] Verificado em 29 de abril de 2018, às 19h04.

[48] Disponível em https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 01 de fevereiro de 2018, às 12h36.

mulher discreta, educada, dona de casa. A imagem construída nesta narrativa estava associada ao espaço privado da casa e ao cuidado do filho, a uma figura discreta e "educadíssima", que usa vestidos longos e de cores claras e não costuma se expor. É importante ressaltar que não há declarações da própria Marcela ao longo do texto, de forma que seu perfil é traçado por determinadas características típicas de um modelo de feminilidade hegemônico, sustentado por declarações de alguns conhecidos e familiares. Seu histórico é resumido ao casamento, aos 20 anos de idade, com Temer, "seu primeiro namorado", 43 anos mais velho – construindo um imaginário de pureza, jovialidade e inocência virginais – e à opção por abandonar o mercado de trabalho após curta experiência como recepcionista e um bacharelado em direito. Assim, sua identidade é amplamente associada à função de esposa, já que seu enquadramento em um determinado modelo comportamental se verifica sobretudo a partir da relação e dedicação ao marido e filho.

Entre | Crie sua conta

veja | Brasil

/ BRASIL

Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por: Juliana Linhares 18/04/2016 às 19:14 Atualizado em 18/04/2016 às 19:14

Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos (Bruno Poletti/Folhapress)

Figura12: Print da matéria "Marcela Temer: bela, recatada e 'do lar'". Reprodução do site da revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 13 de maio de 2016, às 2h15

Entre as estratégias discursivas utilizadas pela Veja na construção desse ideal de feminilidade associada à Marcela, destacamos os seguintes trechos da reportagem:

> Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).
>
> Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes
>
> "Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada", diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. "Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras", conta a estilista Martha Medeiros.
>
> Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado (LINHARES, 2016, s/p).

À construção desse perfil são atribuídos adjetivos elogiosos, reforçados pelo caráter celebratório do texto – cuja frase conclusiva é "Michel Temer é um homem de sorte". Essa constatação aparentemente simples está no cerne da manutenção simbólica de uma divisão sexual do trabalho e dos papéis (e expectativas) sociais de gênero, conforme já mapeou o Bourdieu (2012). Para o autor, as noções de masculinidade e feminilidade são apreendidas de forma a compor o que chama de *habitus*, ou seja, sistemas de disposições coletivas e individuais, predisposições, princípios geradores e organizadores das vivências, representações e, portanto, das visões de mundo. É um conjunto de práticas socialmente percebidas, classificadas e (mais ou menos) conscientemente reproduzidas. Não se trata de uma aptidão natural, mas de uma estrutura social que se torna estrutura mental, de elementos históricos que se naturalizam.

No caso das configurações e performances de gênero, a afirmação de uma feminilidade tradicional é construída a partir de uma dicotomia, de um antagonismo ao ideal consolidado de masculinidade. Esse sistema "mítico ritual" propõe "princípios de visão e divisão [...] objetivamente ajustados às divisões pré-existentes", consagrando "a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial" (BOURDIEU, 2012, p.9). O teórico revela esses pares de oposições arbitrária e culturalmente construídos e consolidados que são naturalizados e inscritos nos corpos (BOURDIEU, 2012, p.11): Masculino x Feminino; Oficial, religioso, público x Oficioso, mágico, ordinário; Fora

(campos, assembleia, mercado) x Dentro (casa, jardim, fonte, bosque); Aberto x Fechado (difícil, clausura); Sobre (em cima) x Sob (deitado). Isso porque, como bem pontuam Oliveira, Fernandes e Silva (2009, p.13),

> o corpo, lugar de expressão das subjetividades, constitui, por excelência, a nossa forma de viver e estar no mundo. Com efeito, experienciar, sentir e ver o mundo, ou, a rigor, atribuir-lhe sentidos, só pode se dar única e exclusivamente no corpo e pelo corpo.

Através dessa chave conceitual é possível identificar a estratégia discursiva utilizada pela revista Veja como um mapeamento de características estéticas e comportamentais que se enquadram nos princípios de visão e divisão sexualizantes (BOURDIEU, 2012), evidenciando uma feminilidade elogiável, admirável.

Ainda de acordo com Oliveira, Fernandes e Silva (2009, p.22), que analisam os processos de construção do corpo feminino na mídia semanal,

> esses enunciadores lançam mão de um "conjunto de representações temático-figurativas em torno da construção do feminino, que vão se reiterando a cada nova publicação, sempre com o status de um novo aprendizado, mostrando ao enunciatário as novas maneiras de se constituir como mulher que, não obstante, reforçam velhas lições.

Em suma, conforme afirmam as autoras, mídia classifica ou elege "determinadas configurações corpóreas e identitárias", regulando "um modo de presença, gerando representações sociais que, compartilhadas no coletivo, apontam para a consolidação de estereotipias".

No entanto, no caso da matéria aqui analisada, uma crítica sistemática a esse discurso despontou em sites de redes sociais. Horas após a publicação, uma campanha virtual, sintetizada pela hashtag #BelaRecatadaEDoLar, começou a circular no Facebook, Twitter e Instagram, acionando as palavras-chave em contextos de deboche, associando imagens próprias de internautas em situação consideradas subversivas e antagônicas ao perfil discreto elogiado pela revista Veja, tais como poses pouco contidas, consumo de bebidas alcóolicas e cigarros, situações de festas, bares e socialização nas ruas e uso de roupas curtas e decotes, bem como exposição total ou parcial de seus corpos. As críticas levantadas nesse debate virtual, em geral, não se direcionaram à figura específica de Marcela ou ao estilo de vida por ela escolhido, mas ao modelo discursivo e comportamental construído, divulgado e elogiado por uma publicação amplamente consumida no Brasil. As imagens das mulheres

na internet visavam, por tanto, destacar aspectos como liberdade e autonomia em detrimento de uma certa obrigação moral universalizada, pautada exclusivamente pelo recato, por ideial de "pureza" e pela dedicação completa à casa, filhos e marido.

Conforme analisamos em trabalho anterior (ARAÚJO, 2016), uma amostragem coletada pelo aplicativo online Ritetag.com[49] – ferramenta de mapeamento de palavras-chave no Twitter – revelou que a hashtag #BelaRecatadaEDoLar surgiu nesta rede social no dia posterior a publicação da matéria da revista Veja, atingindo seu ápice de tweets e retweets no dia 20 de abril de 2016, com maior exposição no dia posterior.

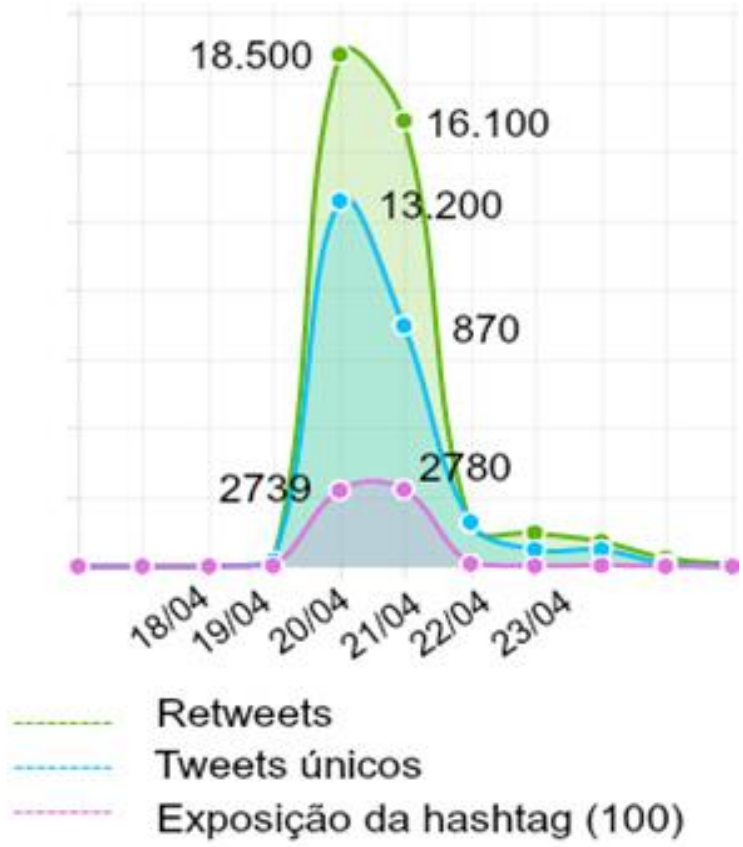


Figura 13: Mapeamento do uso da hashtag #BelaRecatadaEDoLar no Twitter.
Reprodução do gráfico disponível em https://ritetag.com/hashtag-stats/belarecatadaedolar. Acesso em 14 de maio de 2016. Imagem editada e traduzida pela autora.

[49] Resultados encontrados em 14 de maio de 2016, às 01h23

Outro exemplo da viralização desta hashtag é a criação da página no Facebook[50][3] (que possui 286.663 curtidas[51]) e do perfil no Twitter (com 110 mil seguidores[52]) *Bela, Recatada e do Lar,* autodenominada personagem fictício, que compartilha memes e frases cômicas voltadas ao público feminino (utilizando de forma irônica e paródica imagens de ideias de beleza e feminilidade, como da atriz Marilyn Monroe e das princesas da Disney).

Portanto, nesse jogo discursivo, o conteúdo da mídia tradicional foi apropriado e negociado em estratégias transmidiáticas de disputa, transcende o embate meramente textual e evidencia movimentos sociocomunicativos de minorias politícias que ganham visibilidade e algum espaço na opinião pública de forma mais ampla.

Em nossa pesquisa identificamos que 64% das mulheres entrevistadas participaram ou acompanharam a hashtag #BelaRecatadaEDoLar em sites de redes sociais. A partir das contribuições dessas informantes, que espontaneamente citaram essa campanha ao comentar as mobilizações coletivas de mulheres simbolizadas por hashtags, é possível perceber que o caráter paródico da iniciativa provoca reações e análises controversas.

> Achei #belarecatadaedolar interessante pelas implicações simbólicas e pelas interpretações diversas que o hashtag teve. Porém, apesar de ter proximidade e simpatia pelos pressupostos feministas, não me considero uma ativista
> **R.B, 28 anos, mestranda em comunicação, autodeclarada parda**

> #MeuPrimeiroAssedio quase me fez falar. Escrevi e apaguei depois porque magoaria pessoas que eu amo. Mas li as histórias e todas me abalaram. #BelaRecatadaEDoLar foi uma ação bem humorada, mais superficial. Desta eu participei.
> **D.K., 30 anos, jornalista, autodeclarada branca**

[50] Verificado em 24 de julho de 2016, às 14h15.

[51] Números verificados em 13 de maio de 2016, às 01h41.

[52] Idem.

> Hoje em dia minha mãe sabe o que é Bela, Recatada e do Lar. Implicava comigo quando eu compartilhava memes e outras montagens imagéticas de ironia ~reacionárias~ já que ~não fica bem pra mim imagem ficar postando piada e deboche na internet~. Com o tempo isso foi se naturalizando pra ela. Mas sempre que observo, sem querer, claro, um discurso machista - principalmente no viés slut shaming, que pra mim é uma das violências simbólicas mais enraizadas e sutis - circulando entre mulheres familiares (mais comum) ou amigas, trago algumas informações em termos de números, explico da forma mais suave e didática possível o verdadeiro sentido de apoiarmos pequenos movimentos que buscam não só certo "empoderar" "garantir liberdade", acho que ainda estamos longe disso, embora mudanças tão positivas já sejam vistas, mas sim renovar/descobrir sua própria consciência enquanto mulher.
> **L.I, 26 anos, pesquisadora, autodeclarada parda**

A partir dos depoimentos sobre a iniciativa é possível identificar que, ao mesmo tempo em que a campanha é avaliada como uma forma de (auto)afirmar a liberdade feminina; sobretudo em relação à inserção no mercado de trabalho e à sexualidade; desperta, por outro lado, certa desconfiança em relação a sua legitimidade e eficácia do ponto de vista militante, principalmente por sua articulação com o humor e o deboche. Essa percepção é exemplificada de forma significativa pela declaração de R.B., questionada sobre o capacidade de campanhas femininas em redes sociais despertarem o interesse das internautas por outras questões relacionadas ao feminismo. Ela cita espontaneamente a tag #BelaRecatadaEDoLar como exemplo de ação mobilizadora que lhe chamou atenção para, em seguida, ressalvar que não se considera ativista feminista. Entende que a iniciativa articula importantes questões de interesse feminino e dá margens para apropriações peculiares, mas não a compreende como uma ação capaz de mobilizar as mulheres a engajarem-se em movimentos ou ações militantes.

A segunda entrevistada citada também propõe uma diferenciação estratégica e de relevância em relação à campanha e outras iniciativas, como #MeuPrimeiroAssedio, que, em sua percepção, mobilizam afetos e memórias íntimas capazes de promover impactos mais profundos e, por vezes, indesejados. Seu critério para utilizar as hashtags ciberfeministas baseou-se, portanto, na maneira em que a exposição de si é convocada em cada uma delas. A iniciativa que propõe relatar abordagens abusivas e violências sexuais sofridas na infância lhe pareceu comprometedora. Embora tivesse, de fato, uma memória que gostaria de compartilhar em uma iniciativa que deseja aderir, avaliou as consequências que essa publicização de sua intimidade teria em seu âmbito familiar. Tais afetos e preocupações não foram acionados em relação à #BelaRecatadaEDoLar, percebida como

uma iniciativa inofensiva, despretensiosa e cômica, da qual sentiu-se confortável em participar.

Em contrapartida, para a terceira informante, foi justamente o caráter paródico da campanha que permitiu estabelecer novos diálogos com a sua mãe, a princípio avessa à memes e imagens de cunho feminista baseadas em provocações, ironias e deboche. O estranhamento causado pela contradição entre texto e imagem é o que provoca tanto a antipatia alheia quanto uma reflexão sobre temáticas até então não problematizadas, mas que se visibilizam a partir da comicidade. No caso desta entrevistada, são exatamente esses eixos que articulam brechas de interlocução com seus familiares conservadores.

Como já destacou Sibilia (2016, p.60), as câmeras permitem registrar a própria vida sendo vivida e, ao postar essas imagens, as mulheres têm a possibilidade tanto de "se ver vivendo (para si) como de se mostrar vivendo (para os outros). Constituem, portanto, "técnicas de criação de si", que não só testemunham, mas também organizam e concedem realidade a própria experiência.

3.5 #PorTodasElas

No dia 23 de maio de 2016 o usuário do Twitter Doctor Stranger (@michelbrasil7) divulgou um vídeo de 30 segundos no qual uma jovem desacordada, despida e em cima de uma cama, era abusada sexualmente por dois rapazes não identificados. As imagens, comentadas em tom de deboche pelo homem que filmava, foram twitadas com o texto "amassaram a mina, intendeu ou não ou não intenderu? Kkk" (sic). Diversos perfis compartilharam a postagem na rede social em tom de piada e brincadeira, porém, em contrapartida, diversas mulheres indignadas com as imagens passaram a pressionar o usuário e denunciar o crime exposto. Em poucas horas a palavra "estupro" figurava nos *Trendingn Topics Brasil* (lista de assuntos mais comentados no Twitter). Fotos da vítima ensanguentada e de um dos agressores posando de forma descontraída ao lado da jovem também viralizaram na rede social. Inicialmente, Doctor Stranger recusou-se a deletar o material, respondendo às críticas em seu perfil, como é possível ver na imagem reproduzida abaixo que exibe o texto: "vê coisa pior nessa porra e não reclama. Só porque postei o vídeo da mina que vim falar merda. Foda se.. O vídeo vai ficar aí. Se ba n segue" (sic). Em seguida, a conta do usuário foi apagada.

Figuras 14 e 15: Tweets do usuário Doctor Stranger (@michelbrasil7). Reprodução do Twitter. Disponível em http://www.vice.com/pt_br/read/estupro-video-twitter. Acesso em 21 de agosto, às 02h52.

Diante da publicação deste conteúdo, diversas mulheres, de forma articulada, passaram a denunciar o fato e os suspeitos no Twitter e no Facebook. Dois dias depois do ocorrido, a ouvidoria do Ministério Público do Rio de Janeiro já havia recebido mais de 800 denúncias, sendo uma delas realizada pessoalmente, com cópia do vídeo e prints das imagens e posts. O episódio ganhou repercussão nacional e internacional[53] e a investigação feita pela Polícia Civil revelou que a vítima era uma adolescente de 16 anos e que a violência havia ocorrido em uma favela da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O crime envolvia pelo menos 30 homens e outro vídeo, encontrado no celular de um dos suspeitos, revelou que a vítima, quando consciente, recusou relacionar-se sexualmente com os presentes.

A polêmica ampliou-se ainda mais quando a jovem denunciou a postura abusiva do delegado titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DRCI), Alessandro Thiers, então responsável pelo caso. Em uma entrevista ao programa Fantástico, na TV

[53] Segundo mapeamento do jornal O Globo, o episódio foi noticiado em veículos como The Times of India, que comparou o caso à história da indiana Nirbhaya, estuprada por diversos homens e morta em um ônibus em 2012, em Nova Déli; BBC News (Inglaterra) -tendo estas duas coberturas destacado também a campanha de apoio e denúncia em sites de redes sociais - Metro (Reino Unido) e El País (Espanha). Disponível em https://oglobo.globo.com/rio/estupro-coletivo-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional-19383596. Acesso em 18 de janeiro de 2018, às 01h11.

Globo, veiculada no dia 29 de maio deste ano, a adolescente narrou o local e os diálogos ocorridos durante o testemunho que teve que prestar:

> Tinha três homens dentro de uma sala. A sala era de vidro, todo mundo que passava via. Ele [delegado Alessandro Thiers], colocou na mesa as fotos e o vídeo. Expôs e falou: 'me conta aí'. Só falou isso. Não me perguntou se eu estava bem, se eu tinha proteção, como eu estava. Só falou: 'me conta aí'" [...] "Ele perguntou se eu tinha o costume de fazer isso, se eu gostava de fazer isso [sexo com vários homens] (G1, Rio, 2016, s/p).

O relato da jovem reverberou na imprensa tradicional e, novamente, nas redes sociais, onde ativistas criticavam a abordagem e reivindicavam tratamento adequado ao caso. A indignação de setores sociais também aumentava diante das suspeitas e desconfianças que ainda pairavam sobre o crime, fomentadas pelo laudo do Instituto Médico Legal (IML) que não identificou sinais de violência e pelo compartilhamento de fotos, vídeos e áudios que supostamente associavam à vítima ao tráfico de drogas e legitimavam o consentimento das relações sexuais ocorridas.

Diante da pressão pública e a pedido da advogada da adolescente, as investigações foram transferidas para a delegada titular da DCAV, Cristiana Onorato, que já acompanhava as investigações. Em entrevista coletiva, concedida no dia 29 de maio, o chefe da Polícia Civil Fernando Veloso alegou que o motivo da alteração era o desgaste que o delegado vinha sofrendo e a busca por manter a imparcialidade no processo. Para as ciberativistas que acompanhavam e comentavam o episódio nas redes sociais, a substituição, viabilizada e efetivada por duas mulheres, era motivo de celebração. No dia seguinte, a delegada declarou, em uma nova entrevista coletiva, ocorrida no dia 30 de maio, que estava convicta da ocorrência do estupro.

As ações das mulheres engajadas se desdobraram ainda na articulação de manifestações em todo o país contra a violência sexual, organizadas principalmente através do Facebook. Representadas pela hashtag #PorTodasElas, em referência à solidariedade feminina às vítimas de estupro, as manifestações ocorreram em mais de 50 cidades entre os dias 31 de maio e 1º de junho (O BRASIL ONLINE, 2016). A expressão alcançou as ruas e as redes, com grande repercussão. No Facebook foram criadas diversas comunidades e páginas homônimas regionais – e algumas delas continuaram produzindo conteúdo mesmo após a realização dos protestos.

A hashtag ganhou visibilidade também na TV aberta, em junho deste ano, quando a apresentadora Eliana divulgou em seu programa homônimo, no Sistema Brasileiro de

Televisão (SBT), a campanha #ElianaPorTodasElas, simbolizada por um vídeo de cerca de 5 minutos no qual atrizes representavam relatos de vítimas de estupro. A inserção termina com um discurso da própria apresentadora em repúdio a cultura do estupro e ao machismo e em defesa da valorização da mulher. A frase "a culpa nunca é da vítima" encerra o vídeo, sendo repetida pelas diversas mulheres que participaram da produção.

Em suma, a campanha #PorTodasElas é um dos fenômenos mais ilustrativos dos usos das novas mídias em episódios de *slut shaming* e violência de gênero, mas também em processos de denúncia, ativismos e mobilizações ciberfeministas. Sites de redes sociais, sobretudo Twitter e Facebook, foram espaços fundamentais para que o episódio de estupro coletivo fosse descoberto, denunciado ao Ministério Público e investigado, gerando repercussão para além do âmbito online, pautando a grande imprensa brasileira e internacional. Foi também através de ações feministas na internet que dezenas de cidades brasileiras foram ocupadas com protestos contra a violência sexual, promovendo uma rede nacional de solidariedade feminina e obtendo ampla visibilidade ao debate sobre a cultura do estupro.

Trata-se de um caso exemplar para pensar como as mobilizações femininas online articulam-se para formar redes de solidariedade a partir da exposição de homens que cometem diversas formas de violência contra as mulheres. Através do questionário que aplicamos, foi possível perceber que, para diversas das entrevistadas, as denúncias de violência, sobretudo sexuais, configuram o maior impacto que as campanhas ciberfeministas possuem para além da internet. São estratégias que, na visão de grande parte das informantes, potencializam essas iniciativas, viabilizando uma atuação coletiva e pessoal que extrapola o debate no ciberespaço. É o que afirma, por exemplo, L., 36 anos, professora e jornalista, autodeclarada negra:

> [As mobilizações através de hashtags] geraram um onda de denúncias necessárias sobre comportamentos abusivos e racistas, deixando claro que esse tipo de comportamento cada vez será menos tolerável. Além disso, também desfiz algumas amizades, e revi parâmetros para otimizar minhas próprias escolhas futuras de convivência. [...] Funcionam como uma espécie de vigilância coletiva sobre o cotidiano e a intimidade, que urgem ser politizados, gerando uma maior conscientização e maior segurança, afinal, estamos falando de vidas em risco rotineiramente, material e simbolicamente.

Segundo L., campanhas como #PorTodasElas promovem uma sensação análoga ao que Henrique et. al (2007) denomina co-responsabilidade do público engajado em algum projeto de mobilização social. Nesta perspectiva, ações de cooperação e colaboração são compreendidas como essenciais para a visibilidade de uma causa coletiva, evidenciando um problema, compartilhando-o entre os sujeitos ativistas e articulando esforços para soluciona-lo. Mais do que troca de informações e organização de tarefas, este tipo de movimento exige o compartilhamento de um imaginário, de emoções e conhecimentos que promove reflexões e debates. Ainda segundo os autores, tal mobilização não implica em suprimir a função do Estado de garantir integração e regulação social, mas confere à sociedade civil meios de solucionar problemas por vias não institucionais.

Conforme avalia Sibilia (2016),

> em anos recentes, as mídias sociais têm sido usadas para compartilhar, também, testemunhos íntimos bastante dolorosos, cujo objetivo não consiste apenas em se autoestilizar de modo performático diante do olhar alheio; mas, sobretudo, em denunciar crimes sofridos na intimidade familiar. Há mulheres que relatam os abusos sexuais que o marido perpetrou com os filhos do casal, por exemplo, ou adolescentes que narram estupros. Em casos como esses, além do conforto que se busca no apoio dos outros ao compartilhar uma experiência difícil, a justificaria da exposição pública é que a internet pode ser mais eficaz e mais rápida qu e justiça quando se trata de proteger as vítimas e punir os responsáveis (SIBILIA, 2016, p.110)

Dessa forma, recorrer aos sites de redes sociais para expor uma agressão ou violência sofrida ou praticada contra terceiros não seria apenas uma resposta irrefletida a uma lógica de ininterrupta exibição da vida privada, mas uma estratégia de exposição do agressor, tanto para construir uma sensação de segurança da vítima quanto para promover uma espécie de julgamento e punição virtuais aos responsáveis. No caso da campanha #PorTodasElas, por exemplo, a atuação organizada das internautas lançou luz a um caso de violência pontualmente comentado, permitiu identificar alguns dos agressores, configurou uma rede de apoio que estimulou a vítima a denunciar o estupro sofrido e pressionou as autoridades responsáveis para que investigassem o caso. A pressão exercida pela campanha virtual revelou-se fundamental para pautar a agenda da imprensa tradicional e para agilizar os processos de atendimento à jovem, permitindo inclusive que detalhes do caso fossem acompanhados pelo público.

3.6 #EuEmpregadaDoméstica

> "Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmita e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa" (Patroa Jussara, em Santos 2009 - meu último emprego como doméstica) #EuEmpregadaDoméstica (EFRAIM, 2016, s/p).

Com esse relato compartilhado em seu perfil no Facebook em julho de 2016, a professora de história, rapper e ativista negra e feminista Joyce Fernandes, conhecida como Preta-Rara, inaugurou de forma despretensiosa a campanha virtual sintetizada pela hashtag[1] #EuEmpregadaDoméstica. Moradora da cidade de Santos, em São Paulo, a jovem trabalhou como doméstica, mesma profissão da mãe e da avó, entre os 19 e 25 anos de idade, após buscar trabalho em outros setores sem sucesso. A narrativa da humilhação sofrida por Joyce obteve grande repercussão nas redes – no Facebook foram mais de mil curtidas e 400 compartilhamentos em apenas 3 dias (ASSUNÇÃO, 2016) – e, diante do crescente interesse e das mensagens que recebeu, a ativista decidiu criar a página *Eu, Empregada Doméstica*. Com apenas 12 horas de lançamento, Joyce já havia recebido mais de 150 relatos de experiências de outras trabalhadoras e esse número subiu para 4 mil em apenas 4 dias[54]. Com esse engajamento instantâneo e diante do crescente interesse pela temática abordada, a página, que divulga relatos anônimos de domésticas, já atingiu 151.447 curtidas[55] em pouco mais de um ano de existência.

Para garantir o funcionamento do projeto, Joyce criou um e-mail para que outras empregadas pudessem enviar suas histórias e informar a cidade e estado de residência. As instruções estão em um post afixado no topo da página *Eu, Empregada Doméstica*. Com exceção das narrativas da própria Joyce, os demais relatos são apresentados apenas com as iniciais de suas autoras, preservando o anonimato das mulheres. Além das histórias das internautas, a página divulga as inserções do projeto na imprensa tradicional (nacional e internacional), com links de matérias sobre a página ou eventos e debates sobre as pautas da categoria profissional e questões ligadas às mulheres negras.

---

[54] Eu, Empregada Doméstica. Página do Facebook [S.l.], 2016. Disponível em https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1102800783099996. Acesso em 03 de agosto de 2016, às 03h17.

[55] Dado obtido em 15 de outubro de 2017, às 19h03.

As narrativas apresentadas descrevem rotinas exaustivas e abusivas, bem como situações de trabalho infantil e análogo à escravo, discriminação e preconceito. Relatos de privação de comida e sono, além da proibição do uso de banheiros e talheres compartilhados também são recorrentes. As categorias "empregada" e "patroa" marcam a distinção social, étnica e simbólica das relações relatadas. E são raros os textos que abordam a relação das profissionais com um empregador, apontando como o trabalho doméstico e a administração e cuidado do lar ainda são tarefas exclusivamente femininas em grande parte dos casos. Nesse lócus de convivência profissional e pessoal entre mulheres de classes e etnias distintas que contradições, disputas e negociações vêm à tona e passam a ser discutidas no ciberespaço.

Dados da supracitada pesquisa do Ipea em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) apontam que 92% do(a)s empregado(a)s doméstico(a)s são mulheres e 5,9 milhões de brasileiras atuam nesse setor (o equivalente a 14% do total das trabalhadoras no Brasil). O estudo, que considera o período entre 2004 e 2014, apontou ainda que 70% delas não têm carteira assinada e que o salário médio é de R$ 700 (abaixo do salário mínimo nacional de R$ 880, estabelecido em 2016). Essa situação afeta mais as mulheres não brancas, que são as que menos possuem carteiras assinadas e recebem salários mais baixos (IPEA, 2016).

Os relatos apresentados na página *Eu, Empregada Doméstica* e as discussões travadas a partir dessas contribuições reforçam a tese do sociólogo Jefferson Belarmino de Freitas (2010), segundo a qual a humilhação é parte intrínseca da construção de distinção social entre patroas e empregadas, que, apesar de ocuparem o mesmo espaço, estão simbolica, étnica e culturalmente distanciadas de forma mais ou menos pronunciada. O pesquisador estudou o emprego doméstico da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) através de entrevistas com dez empregadas domésticas e duas empregadoras e da análise de cartilhas, matérias jornalísticas e documentários sobre o tema. A partir desse mapeando, Freitas (2010) propõe que a noção de humilhação nesses casos deva ser compreendida como conceito sociológico (FREITAS, 2010).

Embora recuse-se a hierarquizar situações de constrangimento e violência simbólica, Freitas (2010, p.116), elenca seis principais "ações-humilhação" no contexto do trabalho doméstico, a saber:

> 1) restrições ríspidas quanto ao contato com os patrões (por exemplo, obrigatoriedade de utilizar utensílios alimentares diferentes, a exigência

> do uso de máscaras, a negação e/ou restrição de alimentos etc; 2) mania de limpeza e supervisão extrema das tarefas executadas pelas trabalhadoras; 3) o não reconhecimento de tais tarefas; 4) a escassez de direitos da ocupação e o seu pouco retorno financeiro (fatores estruturais da ocupação, mas que são, com frequência, definidos por meio de acordos pessoais e informais; 5) descontrole emocional dos patrões (expresso na forma de gritos, por exemplo) e; 6) acusações de roubo.

Alguns dos relatos coletados da página *Eu, Empregada Doméstica* e das publicações com a hashtag homônima no Facebook, ilustram e legitimam essa proposição de categorias, conforme exemplificamos no quadro abaixo[56], elaborado em pesquisa anterior (ARAÚJO, 2018).

Ação-humilhação	**Relatos na página *Eu, Empregada Doméstica***
Restrições ríspidas quanto ao contato com os patrões	Minha mãe trabalhou de empregada doméstica por meia vida dela. Em uma das casas que ela trabalhava, ela não podia comer na mesa, nem a mesma comida e nem sequer dentro de casa. Ela comia a comida com ovo e comia sentada no degrau da porta, pois não podia ser dentro da casa. "Joyce, você foi contratada para cozinhar para a minha família, e não para você. Por favor, traga marmita e um par de talheres e, se possível, coma antes de nós na mesa da cozinha; não é por nada; só para a gente manter a ordem da casa." ***(Relato enviado por M.A - Araraquara/Sp)*** "A patroa sabia que eu trabalhava pra ela, nunca entendi pq ela me obrigava a usar branco quando eu tinha que tomar conta do filho dela na rua, nas festas, no supermercado e em outros lugares públicos. Será que era pra deixar bem claro para as outras pessoas qual era o meu papel na vida daquela família?" ***(Relato: Joyce Fernandes/ Preta-Rara)*** Um dos dias mais constrangedores da minha vida foi ter que ir uniformizada de babá para uma festa de casamento. Além da noiva,

[56] Foram coletados depoimentos divulgados através de posts publicados entre 21 de julho de 2016, dia de lançamento da página, até 03 de agosto de 2016, quando se encerrou a etapa empírica da presente pesquisa.

	somente eu vestia branco, para deixar bem claro para os presentes que eu não era convidada. ***(Relato R.Q)*** -Carolina eu preciso que vc seja mais profissional com o Davizinho. -Como Assim? -Mais profissional! Vc está aqui pra cuidar dele e das coisas dele, contratei uma babá e não um bobo da corte. Não quero que fique fazendo gracinhas pra ele rir, evite ao máximo contatos físicos, colo só se ele chorar muito, e não deixe ele te cheirar, abraçar, beijar nem pensar e nem vc deve dirigir a ele qualquer uma dessas manifestações de carinho estamos entendida? - Sim senhora. ***(RelatoF.H)***
Mania de limpeza e supervisão extrema das tarefas executadas pelas trabalhadoras	Em um dia que fiz faxina no banheiro dela, e ela me disse que estava sujo, e mandou eu limpar cm escova de dente. **(*Relato P.G)*** Entre os serviços domésticos, tinha dificuldade em passar bem as roupas, engomar como ela dizia, e repetia uma mesma roupa muitas vezes. ***(Relato M.S.N)*** Houve uma casa, no interior de São Paulo, onde o senhor era um típico burguês, com duas filhas da idade da minha mãe. As princesas da casa. Minha mãe, necessitada, fazia tudo que lhe era pedido. O homem a mandava limpar uma determinada sala cheia de freezers e fios desencapados. Não havia necessidade de fazê-lo todos os dias, mas ele mandava. Sabe por quê? Porque as filhas dele achavam engraçado minha mãe ficar tomando choques. Elas riam, enquanto minha mãe limpava, receosa, com medo de morrer, sem sapato ou roupas apropriadas ***(Relato da minha mãe M.A.M.B.)***

O não reconhecimento de tais tarefas	Eu sou uma empregada doméstica. Acabo de descobrir que tenho direito a férias e 1/3, fui cobrar da minha patroa e ainda fui chamada de louca. Pois e , nós dias de hoje com a lei mudada, continuamos na senzala, e pior sendo explorada. ***(Relato P.A)***
A escassez de direitos da ocupação e o seu pouco retorno financeiro	[...] minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço, um dia essa mesma senhora pediu pra minha mãe ir limpar uma outra casa , que ela iria se mudar, a casa tava virada de cabeça pra baixo, minha mãe precisou de 3 dias (trabalhando o dobro do tempo) pra deixar em ordem, e recebeu os mesmos 5 reais pelo serviço, pq de acordo com a patroa, foi uma faxina só. ***(Relato J.L.F)*** Gostaria de deixar registrado a experiência da minha mãe, que foi escrava doméstica. [...] Quando ela começou, a madame tinha passadeira, faxineira e cozinheira. Aos poucos, minha mãe foi assumindo todas as funções sem nenhuma acréscimo no salário - que era apenas de um salário mínimo. Nunca recebeu horas extras pelos fins de semana nem feriados que trabalhava, nem pelas horas em que ficava depois do horário. Folga apenas de quinze em quinze dias aos domingos. Não tinha Natal, Ano Novo, Dia das Mães, Páscoa, nem nada. Praticamente todos os dias do ano dedicados à madame e sua família. Sem falar nas diversas humilhações e na forma arrogante e desrespeitosa com que minha mãe era sempre tratada. O pior de tudo é que durante todos esses anos ela NUNCA teve sua carteira de trabalho assinada! E ainda pior: o marido da madame já foi, num governo aí, Ministro da Assistência e Previdência Social! Inclusive durante o período em que minha mãe atuou como sua escrava doméstica. Durante os últimos 12 anos em que trabalhou nesta casa, a madame não lhe deu concedeu nem lhe pagou as férias devidas. Doze anos de trabalho sem férias! Assim, sem mais nem menos, parou de pagar e conceder férias. ***(Relato P.C) RJ***

	[...] Tudo começou quando minha mãe que tbm era doméstica me deu para a filha do patrão para morar em outra cidade, ela disse para minha mãe que era p estudar. Só que quando cheguei a realidade era outra. Fui escravizada. Isso mesmo, Escravizada. Acorda às cinco da manhã e dormia às 11 da noite, parecia que o serviço nunca acabava, e quando acabava ela dava um jeito de arrumar alguma coisa para eu fazer. Isso eu deveria ter uns 9 anos. Daí fugi de lá. ***(Relato R.M)***
Descontrole emocional dos patrões	Vou deixar o relato da minha tia. Ela era doméstica em uma casa onde a patroa tinha uma filha que regulava de idade com minha tia. Quando o pessoal da vizinhança começou a achar minha tia, a empregadinha, mais bonita que a filha da patroa, ela cortou o cabelo da minha tia a força, a proibiu de usar qualquer acessórios e começou a tratá-la com pronomes masculinos. Tiveram meses que o pagamento foi feito com chinelas havaianas, porque sandalinhas também foram proibidas. ***(Relato S.R)*** Em 1997, quando eu tinha 8 anos, minha mãe estava de resguardo do meu irmão mais novo (que tinha menos de quinze dias que tinha nascido) e me pediu pra ir avisar minha tia, pra passar lá em casa quando ela saísse do serviço. Chegando na casa que minha tia trabalhava eu toquei a campainha, saiu uma senhora de cara fechada que sequer saiu da varanda e já gritou que não tinha esmola pra dar, foi quando eu sem jeito e com vergonha perguntei se podia falar com a Cleide, sua empregada. Ela já furiosa, grita ainda mais alto, que não era pra eu tocar a campainha da casa dela pra falar com serviçal, que esperasse ela sair do trabalho, bem longe do portão dela e voltou pra dentro batendo com força a porta. ***(Relato N.D)*** Trabalhei durante um mês e resolvi não voltar era muito humilhante ela me procurou por um Chat de uma rede social e perguntou o porque eu sai respondi,e logo ela me falou a fulana me

	disse que você reclama da comida eu disse que sim nos almoçávamos depois deles é nunca sobrava carne nada direito às vezes tinha que esquentar comidas de outros dias ela me disse que eu não deveria reclamar por estar comendo pouco afinal eu estava Gorda ... Eu não respondi mas logo ela me excluiu e bloqueou. ***(Relato D.U)***
Acusações de roubo	Em várias casas que eu já trabalhei, na primeira semana de serviço. Toda vez que eu afastava o sofá da sala eu " achava" R$ 100, chegava pra limpar em cima do guarda roupa R$ 50 e em vários lugares moedas e dinheiro "escondidos" pela casa. Tipo caça ao tesouro, é o jogo que várias patroas gostam de jogar pra saber se a empregada é de confiança! ***(Relato: Joyce Fernandes/ Preta-Rara)*** Minha mãe trabalhou por muito tempo como empregada doméstica, em um de seus últimos empregos ela trabalhou para uma delegada. Há mulher era muito inteligente, mas era meio ruim. Um dia a delegada comprou um pacote de absorvente, chegou no apartamento e colocou a sacola com o absorvente atrás de uma porta, pendurada no trinco. Acontece que a delegada esqueceu onde tinha colocado a tal da sacola com o absorvente, começou a procurar e não estava achando. Aí ela falou pra minha mãe: - Só tem eu e você aqui, alguém pegou esse pacote de absorvente? Minha mãe falou: - Mas eu nem vi essa sacola com esse absorvente que você tá falando. E a delegada continuou jogando acusações pra cima da minha mãe. Aí uma bela hora ela entrou no quarto dela e achou a tal sacola com o absorvente pendurada no trinco. Aí veio meio sem graça e falou pra minha mãe que tinha achado a sacola ***(Relato C.B)***

	Minha irmã (negra) trabalhava na casa de uma Bancária nos anos 80 na cidade de Ribeirão do Pinhal PR, e cansada de tantas exigências para limpar a casa pediu a conta. Poucos dias depois ela (a patroa) e sua irmã chegaram na minha acusando minha irmã de roubar um estojo de maquiagem e uma bermuda de lycra, minha irmã disse que não tinha pego e que também não lembrava onde estava guardado. Foram dias de terror em casa porque a funcionária do banco era influente na cidade de 13.000 habitantes e meu pai não sabia se acreditava na filha ou na ex-patroa dela até que no meio da noite minha irmã lembrou onde estava guardado o estojo de maquiagem e falou para meu pai, os dois foram na mesma hora na casa da ex patroa para mostrar onde estava (dentro do guarda roupa). Por fim, no outro dia chega a ex patroa foi em casa pedindo desculpas pelo ocorrido e que a bermuda estava na casa da mãe dela e com um saco enorme de roupas usadas para dar de "presente" (não aceitamos os "presentes") ***(Relato S.O)***

O caso das empregadas domésticas brasileiras é exemplar para perceber como a luta de classes no Brasil é atravessada pelos vieses de gênero e etnia. Uma pesquisa sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho divulgada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em março de 2016 revela dados alarmantes (IPEA, 2016). Entre 2004 e 2014, embora tenha havido um crescimento de quase 50% no rendimento médio do(a)s brasileiro(a)s, as mulheres continuaram ganhando menos: R$ 1.288 contra R$ 1.831, em 2014. Se analisarmos o recorte racial, essa disparidade é ainda maior: homens brancos receberam em média R$ 2.393 em 2014, enquanto as mulheres negras seguiram na base da pirâmide econômica, com renda de R$ 946 no mesmo ano.

A campanha ganhou destaque para além das redes sociais, sendo abordada em reportagens e matérias de veículos diversos como BBC Brasil (2016)[57], Estadão (2016)[58] ,

[57] Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/salasocial-36857963. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h28.

[58] Disponível em http://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento,euempregadadomestica-campanha-revela-abusos-sofridos-por-domesticas-em-servico,10000064191. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h58.

Revista Isto É (2016)[59], jornal O Dia (2016)[60], G1 (2016)[61] além de emissoras de TV como Rede TV, Rede Record e TV Cultura e dos internacionais Humanité (2017)[62], da França, BBC Londres(2016)[63] e América Latina (2016)[64]. Preta Rara também foi convidada para ministrar uma palestra através do TedTalks São Paulo e seu vídeo no canal oficial no YouTube já conta com 173.829 visualizações[65]. Tais números são aqui evocados para demonstrar o alcance relativamente amplo desta campanha, que contemplou mais do que os usuários mais assíduos do Facebook e de outras redes sociais, já familiarizados com essa estratégia ativista. Além disso, destacamos esta iniciativa por seu caráter pioneiro e seu diferencial em relação a outras campanhas ciberfeminista representadas por hashtag, como as analisadas anteriormente neste trabalho. Trata-se de uma ação representativa de um segmento social que comumente não utiliza os sites de redes sociais para mobilizações políticas (SPYER, 2017) e evidencia vieses de raça e classe que não ganham destaque em outras iniciativas de relativa repercussão.

Se pesquisar as iniciativas feministas em sites de redes sociais no Brasil é admitir um recorte social e étnico, evidentemente limitador do universo analisado, por outro, campanhas pontuais como #EuEmpregadaDoméstica tornam-se relevantes objetos de estudo a medida que lançam luz sobre as especificidades do feminismo negro e complexificam uma suposta universalidade da categoria mulher ao expor de forma contundente as violências, disputas, negociações e resistências que permeiam as relações

---

[59] Disponível em https://istoe.com.br/ex-domestica-cria-pagina-no-facebook-que-reune-relatos-de-abusos/. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h34.

[60] Disponível em http://odia.ig.com.br/brasil/2016-07-24/por-meio-da-internet-empregadas-domesticas-relatam-abusos-de-patroes.html. Aceso em 09 de janeiro de 2018, às 20h39.

[61] Disponível em http://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2016/07/ex-empregada-domestica-lanca-campanha-nas-redes-sociais-para-denunciar-abusos-de-patroes.html Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h34.

[62] Disponível em https://www.facebook.com/euempregadadomestica/photos/a.1099847636728644.1073741828.1099839983396076/1308273639219375/?type=3. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 20h37.

[63] Disponível em http://www.bbc.com/news/blogs-trending-36927502. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h47.

[64] Disponível em http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-36884950. Aceso em 09 de janeiro de 2018, às 20h39.

[65] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_d_n-z3s8Lo. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 20h57.

entre patroas, majoritariamente brancas e abastadas, e empregadas domésticas, negras e pobres em sua maioria.

A página *Eu, Empregada Doméstica* não apresenta necessariamente em suas narrativas discussões teóricas e acadêmicas sobre os feminismos. Termos e jargões academicistas não fazem parte do repertório discursivo e muitos textos são construídos a despeito da norma culta e formal da língua portuguesa, por vezes apresentando erros de digitação e/ou gramática. A organizadora da página explica que a decisão de publicar as mensagens na íntegra é deliberada e chega a propor um post sobre preconceito linguístico, respondendo aos críticos do projeto e afirmando o local social e cultural de onde partem as protagonistas das histórias. Nesse sentido, revela-se uma tentativa popular de ocupar o ciberespaço com uma vertente negra e periférica, de mulheres que aprendem umas com as outras a atuar como ciberativistas.

Os relatos ganham visibilidade, são comentados e compartilhados, evocam outras narrativas semelhantes, levantam questões polêmicas, expõem a fragilidade da relação profissional e social entre mulheres de classes sociais e etnias diferentes. Por isso, sustentamos a hipótese de que a página pode ser pensada como um lócus ciberfeminista. Para Braga (2007, p.14), movimentos ativistas virtuais de mulheres abarcam justamente processos de teorizações informais, ou seja, discursos, práticas e métodos cotidianos que "implicam um repensar da situação feminina e da tensão entre permanência e mudança nos atributos de gênero". Através dessa campanha, as trabalhadoras não só dão visibilidade a situações de injustiça, como formulam coletivamente uma visão crítica acerca das suas condições de trabalho e processos de solidariedade com outras mulheres. Embora não seja um projeto autodeclarado feminista e militante, as articulações entre denúncias, conscientização de direitos e apoio mútuo conferem um caráter ativista às internautas.

O caso é, portanto, relevante para se pensar a complexidade das associações virtuais não institucionalizadas, os processos informais de teorização de feminilidade e gênero e o conceito e prática do que se convenciona chamar de ciberfeminismo. É também importante enquanto objeto de pesquisa, tendo em vista o preconceito e o desconhecimento acerca dos hábitos digitais de mulheres em países subdesenvolvidos, ainda presentes nos discursos científicos hegemônicos (GAJJALA, 2014). Se, por um lado, não é possível verificar, a partir desta pesquisa, quais foram os impactos que os diálogos travados nesta página geraram na relação entre as empregadas e seus patrões, por outro é possível identificar que a página se constitui um espaço de solidariedade, trocas de informações e orientações

trabalhistas e afirmação de direitos. Não cabe especular o alcance desses processos no âmbito offline, mas a formulação, publicização e repercussão desses relatos íntimos, tão flagrantes do enfraquecimento das fronteiras entre público x privado, pessoal x profissional, constituem em si um objeto relevante de pesquisa. Aqui interessa-nos não apenas o conteúdo confessional, as denúncias publicadas e as reflexões provocadas – tanto entre as trabalhadoras quanto em relação às patroas que acessam e comentam na página –, mas também o fato de que #EuEmpregadaDoméstica é uma das únicas iniciativas de destaque em sites de redes sociais que tem como protagonistas mulheres trabalhadoras de baixa renda. Não nos parece coincidência, portanto, que esta campanha não tenha sido citada entre as ativistas que responderam ao questionário por nós elaborado e que são majoritariamente brancas e com alto nível de educação formal.

Dessa forma, a iniciativa se coloca de forma destacada entre as contemporâneas ações de mulheres na internet por ressaltar seu recorte de raça e classe como eixos prioritários de denúncia, crítica e elo para organização de uma espécie de resistência e de um esforço para dar visibilidade às injustiças sociais e ao racismo estrutural. Exemplifica, portanto, pelo menos dois aspectos flagrantes da desigualdade brasileira: a divisão sexual do trabalho e as disparidades sociais existentes entre as mulheres.

Conforme ressalta Biroli (2018, p.22), a distribuição social das atividades profissionais pautada pelo gênero incide sobre os indivíduos em conjunto com suas posições de classe e raça. Nesse sentido "não é possível, assim, pressupor que os privilégios estão sempre entre os homens, e as desvantagens e as formas mais acentuadas de exploração, entre as mulheres". Isso porque, como afirma Saffioti (apud Biroli, 2018, p.22), "se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, pudera, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada".

Em suma, a campanha #EuEmpregadaDoméstica lança luz sobre um aspecto até então invisível entre as campanhas feministas indexadas por hahstags que circularam nas redes nos últimos anos: as relações de dominação femininas. Está, assim, em consonância com as leituras aqui já mencionadas que identificam novas configurações dos feminismos atuais nas quais os debates de raça já não se permitem ser secundários. Associado ao viés de classe e fortemente calcado na denúncia das relações de opressão no âmbito do trabalho, a questão da negritude se revela o elo unificador dessas ativistas, que, por vezes, sequer se percebem ou se reivindicam feministas. Propõem uma reflexão a partir de suas práticas e

vivências, produzem conhecimento coletivamente e estabelecem relações de apoio e reforço identitário no âmbito do ciberespaço. E, por outro lado, promovem tensões e discussões pedagógicas com outroas mulheres de classes e raças distintas que se propõem a acompanhar os debates na página, seja para apoiar a causa, ouvir e reavaliar privilégios, para minimizar as questões levantadas ou para se identificar como uma exceção à regra em uma evidente personificação dos problemas estruturais ali levantados.

3.7 Hashtags, políticas de coalização e narrativas autoreferrentes

Os estudos de caso e a revisão bibliográfica aqui realizados revelam algumas premissas importantes sobre os debates travados no ciberespaço, tanto no sentido de propor uma pedagogia militante (através de compartilhamento de textos, discussões online, grupos fechados, vídeos didáticos, etc) quanto de disputar narrativas e concepções teóricas, critérios para inclusão e exclusão de pessoas nos grupos virtuais e ações e estratégias políticas e comunicacionais. Dessa forma, as disputas e as negociações que ocorrem nas redes ilustram que o ativismo contemporâneo de mulheres se caracteriza pela descentralização do sujeito feminista, pela pluralidade das pautas e correntes deste campo e por uma renovação geracional. Há, portanto, uma diversificação das ativistas, que transitam e/ou aderem determinadas vertentes ideológicas e políticas, que se filiam a partidos políticos e ONGs ou atuam de forma independentes.

Esses processos plurais de articulação podem ser pensados a partir da discussão de Hall (2000) sobre os processos de identificação na modernidade tardia. Ciente das divergências teóricas acerca do tema, o autor propõe não negar o conceito, mas pensá-lo como "pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós" (HALL, 2000, p.112). Esse pressuposto vale também para analisar a temática das mulheres e do feminismo na contemporaneidade, conforme afirma o próprio teórico, em diálogo com Judith Butler. Em suma, o que Hall (2000, p.126) propõe é a produção de

> uma teoria que descreva quais são os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as "posições" para as quais são convocados; que descreva de que forma eles moldam, estilizam, produzem e "exercem" essas posições; que explique por que eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo o tempo, e porque alguns nunca o fazem, ou estão em um processo constante, agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se confrontam e pelas quais regulam a si mesmos – fazendo-lhes resistência, negociando-as ou acomodando-as. Em suma, o que fica é a

> exigência de se pensar essa relação do sujeito com as formações discursivas como uma articulação.

Assim, se por um lado identificamos a fragmentação e diversificação do sujeito feminista e de seus processos comunicacionais, políticos e de sociabilidade, por outro, determinadas campanhas e ações nas redes sociais são exemplos de estratégias de unificação, diálogo e negociações em nome da visibilidade das pautas mais centrais dos movimentos. É o caso, por exemplo, de iniciativas como #MeuPrimeiroAssedio #MeuAmigoSecreto e #BelaRecatadaEDoLar, voltadas para denúncia do sexismo cotidiano. Ou da iniciativa #MulheresContraCunha, que unifica setores sociais diversos em oposição às iniciativas legislativas que visam subtrair ou impedir a conquista de novos direitos femininos. Ou da campanha #AgoraÉQueSãoElas, uma polêmica ação na qual homens com notoriedade na mídia cederam seus espaços pontualmente para que alguma convidada pudesse discutir temáticas de interesse das mulheres. Ou ainda da despretensiosa hashtag #EuEmpregadaDoméstica, que ganhou repentina e significativa visibilidade nas redes e na imprensa nacional e internacional, tornando-se uma página no Facebook destinada a receber e compartilhar relatos de mulheres que atuam como domésticas.

Essas estratégias podem, portanto, ser pensadas como políticas de coalização, ou seja, como "unidades provisórias" que se estabelecem no "contexto de ações concretas" e que não pressupõem unidade ou identidade fixas (BUTLER, 2003), mas, sim, a soma de forças para dar visibilidade a pautas de interesse comum. Convém ressaltar que a fluidez e a fragmentação desta perspectiva ainda permite "com as ressalvas e limites, reter noções como classe trabalhadora, homens, mulheres, negros, ou outros significantes que se referem a sujeitos coletivos" (MARIANO, 2012, p.147). Portanto, adotar essa leitura e entender as campanhas cibeferminsitas como exemplos de unidades de identificação temporárias, não significa abrir mão da noção de sujeito, da relevância de determinadas categorias políticas na luta por equidade e da própria ideia de identidade, que não precisa ser suprimida, desde que seja compreendida de forma mais ampla, crítica e fluída. É justamente o caráter multifacetado do novo sujeito feminista e a diversidade de pautas e articulações que torna o movimento das mulheres mais aberto, acolhedor e atraente para diversos segmentos sociais.

No caso das ações feministas supracitadas, a hashtag é o elemento que garante as possibilidades sociotécnicas das campanhas. Em outras palavras, é o recurso digital que centraliza em um só lugar as postagens em site de redes sociais que fazem a tal referência,

independentemente de seus diversos locais originais de publicação. Tais palavras de ordem tem sido, dessa forma, um recurso eficaz para viabilizar, centralizar e dar visibilidade a campanhas e eventos feministas online e offline. São elementos unificadores em torno de determinadas temáticas que potencializam inciativas de interesse comum. Assim, diante da diversidade de correntes e grupos que se reivindicam feministas, é possível centralizar ações e produzir uma memória virtual das pautas e conteúdos em uma estratégia pontual.

Esse caráter unificador viabiliza não só a aproximação das mulheres em torno de uma pauta comum, como também promove a criação de uma recordação digital das ações ativistas nas redes sociais. Em um campo fluído e fragmentado, pautado pelo excesso de conteúdos e informações e pela diversidade de vertentes e grupos políticos, essa estratégia permite reunir em uma única relação todas as referências feitas àquela palavra de ordem em um determinado site. Dessa forma, apresenta um panorama da produção espalhada no ciberespaço, fazendo das redes espaços de registro e "preservação", um "lugar de memórias" na internet (HENRIQUES, 2014, p.24-25).

De forma análoga à noção de Pomian apud Bruno (2012) – para quem memória é a conservação de vestígios – é possível compreender as lembranças como rastros e, no caso específico dos estudos no ciberespaço, rastros digitais. Em outras palavras, vestígios "de uma ação efetuada por um indivíduo qualquer no ciberespaço" (BRUNO, 2012, p.687)[66].

> Além ou aquém das informações pessoais que divulgamos voluntariamente na rede (posts, dados de perfil, conversações no Twitter ou no Facebook) toda ação – navegação, busca, simples cliques em links, downloads, produção ou reprodução de um conteúdo – deixa um rastro, um vestígio mais ou menos explícito, suscetível de ser capturado e recuperado (BRUNO, 2012, p.687).

Assim, os vestígios deixados nesses sites através de cada postagem podem ser conservados ao invés de se dissiparem no ciberespaço. Tornam-se lembranças acessíveis, expostas ao lado de outros rastros com o mesmo tema e propósito, disponíveis através de um processo simples de busca.

Evidentemente o volume de informações centralizado através da hashtag dificulta a visibilidade de posts específicos e representa um entrave à sua localização. No entanto, é

[66] Bruno (2012) apresenta as ressalvas de que rastros digitais também podem ser fruto não só de ações de indivíduos, mas de processos automatizados. No presente artigo, no entanto, nos debruçaremos exclusivamente sobre os rastros produzidos a partir da iniciativa humana.

uma possibilidade efetiva de unificação das ações e registro centralizado das campanhas. Além disso, segundo Dodebei (2014), é justamente o grande volume e circulação de conteúdos específicos nas redes que viabiliza sua memória. Ou seja,

> a produção e a reprodução de registros memoriais na internet, principalmente nas redes sociais, provocam um excesso de informações que disseminadas poderão servir à preservação da memória digital. Nesse aspecto, estamos trabalhando com o conceito de preservação através da ampla divulgação: quanto mais viral um conteúdo for, mais chances ele tem de ser preservado, pois será replicado em diferentes sites, ampliando suas possibilidades de preservação (DODEBEI apud HENRIQUES, 2014, p.30).

Dessa forma, o compartilhamento dos relatos pessoais de cada mulher que se engaja nas hashtags ciberativistas gera uma memória individual, que, por sua vez, é "um ponto de vista sobre a memória coletiva" (HALBWACHS, 1990, p.34). Em outras palavras, "o pessoal é político" e as narrativas individuais que se aglomeram através das campanhas permitem verificar um panorama de denúncias que se revelam recorrentes. Episódios particulares são vistos como parte de um mosaico que aponta para a desigualdade de gênero como problema estrutural.

Braga (2008) propõe alguns conceitos que nos interessam para pensar as articulações femininas no ciberespaço e suas estratégias e impactos mais amplos. Ao analisar as relações estabelecidas no Livro de Visitar do weblog *Mothern*, por exemplo, a autora identificou processos de teorizações informais (BRAGA, 2008, p.14), ou seja, discursos, práticas e métodos cotidianos que "implicam um repensar da situação feminina e da tensão entre permanência e mudança nos atributos de gênero".

Esse conceito parece relevante para analisar o compartilhamento das experiências de injustiça e/ou de empoderamento cotidianos em campanhas como #MeuPrimeiroAssedio, #MeuAmigoSecreto, #BelaRecatadaEDoLar e #EuEmpregadaDoméstica. Através das ações simbolizadas por hashtags, as ativistas do ciberespaço não só dão visibilidade a situações de opressão, violência e assédio como formulam coletivamente uma visão crítica acerca das suas condições de vida, trabalho, família e relacionamentos, estabelecendo laços de solidariedade entre si.

No entanto, ao contrário do caso das "mães modernas" analisadas por Braga (2008, p.14), entre as quais a reflexão não "organizada" constituía "métodos práticos de enfrentamento de situações concretas vividas no cotidiano" e não "uma ação transformadora

para a situação social feminina", os enunciados individuais e cotidianos aqui analisados atrelam-se a uma discussão mais ampla, evocam um mosaico de narrativas pessoais que compõe um quadro estrutural socialmente construído. Assim, se em diversas comunidades de mulheres no ciberespaço a troca de experiências, dúvidas, angústias e informações se dão "apenas em um âmbito pessoal e individual, como etnométodos" – conforme o caso do blog *Mothern,* por exemplo – as campanhas ativistas aqui analisadas se diferenciam desse modo de funcionamento por evocar a coletivização do debate e da luta a partir de experiências pessoais. Esses casos são, portanto, relevantes para se pensar a complexidade e a multiplicidade das associações virtuais não institucionalizadas, os processos informais de teorização de feminilidade e o conceito e prática do que se convenciona chamar de ciberfeminismo.

A máxima feminista de que "o pessoal é político" – que se consolida como lema ativista nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil – ganha, assim, novos contornos no caso das ações virtuais aqui analisadas. Dessa forma, se o estudo dos relatos pessoais e do compartilhamento de interesses em comunidades virtuais é, por muitas vezes, associado às dinâmicas individuais, voluntariamente desvinculadas de posições políticas que visam encaminhamentos coletivos – para usar as palavras de Braga (2007) –, as hashtags ciberfeministas revelam outras dinâmicas para o uso das redes, das memórias publicadas, das experiências narradas e comentadas.

Há um processo de identificação pontual, uma política de coalização, que une temporariamente as mulheres através do compartilhamento das vivências individuais que se relacionam, do sofrimento e das restrições sociais que são compartilhadas, dos assédios e humilhações que se assemelham, do desejo de viralizar e potencializar as ações ciberfeminsitas de cunho mais generalista e de vínculos mais amplos e efêmeros.

Assim, a partir dos dados coletados e sistematizados e dos relatos obtidos através da aplicação de um questionário online, respondido por 152 mulheres entre 15 e 72 anos, foi possível mapear algumas das principais características das campanhas feministas indexadas por hashtags que aqui analisamos. Identificamos pontos comuns entre essas iniciativas que ajudam a compreender este fenômeno e suas estratégias políticas e comunicacionais. Listamo-nos a seguir:

1. *Envolvem a publicação de narrativas íntimas.*

Como já foi discutido anteriormente, grande parte das campanhas feministas indexadas por hashtags baseia-se no compartilhamento de histórias e experiências pessoais no âmbito das temáticas específicas de cada iniciativa. São histórias pontuais de assédios, violências e abusos físicos, simbólicos e sexuais que se somam em um mosaico de relatos. Dessa maneira, o conjunto de vivências individuais evidencia um caráter estrutural das desigualdades de gênero. Enquadram-se no que Sibilia (2016, p.57) denomina usos confessionais da internet, ou seja, "aqueles nos quais cada um dá testemunho da própria vida". Por vezes, apresentam também um aspecto de confissão, que pode funcionar como "uma espécie de libertação", já que "falar de si implica se esvaziar de um peso morto, gerando alívio aparentado com a emancipação" (SIBILIA, 2016, p.107).

Ter-se-ia, assim, uma "legião de confessandos e confidentes", com um "desejo de evasão da própria intimidade, uma vontade de se exibir e falar de si" (SIBILIA, 2016, p.115). Soma-se a isso o fato de que a exposição de si se revela como uma importante estratégia de engajamento, fomento de campanhas online e promoção de laços de empatia e identificação entre mulheres. Tais atitudes são vistas como sinal de coragem e comprometimento com a luta por igualdade de gênero no âmbito do ciberespaço.

2. Constituem uma memória digital que pode ser buscada e acessada.

Através do recurso da tag as mensagens referenciadas podem ser mapeadas posteriormente. Em meio a um fluxo grande e descentralizado de mensagens que circulam na internet, a estratégia permite criar uma espécie de rede de memória ativa (MAIA, 2007). Em um contexto de multiplicação de conexões e de grupos de interesses distintos no âmbito das redes sociais, bem como de fragmentação dos sujeitos feministas – e multiplicação de suas pautas –, estratégias sociotécnicas como essa possibilitam a "congregação para problemas comuns e chances de pensar o feminismo nos interstícios de suas igualdades e diferenças" (REIS, 2017, p.3). Ainda

conforme ressalta Reis (2017), o recurso permite o agrupamento de conteúdos específicos, facilitando a realização de pesquisas correlatas.

3. São virais

> Castells (2013, p.166) qualifica os movimentos sociais em rede a partir da linguagem da internet, apontando o caráter irradiador dessas ações e sua ampla circulação de mensagens e imagens que "brotam" por toda parte. Além da potencialidade da ampla visibilidade, que fortalece cada uma dessas iniciativas em si, o autor também aponta a influência que as manifestações podem exercer para outros grupos insatisfeitos e indignados. "Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança".
>
> É o caso, por exemplo, da campanha #MeuAmigoSecreto, criada pelo coletivo Não Me Kahlo a partir da inspiração de uma iniciativa anterior, a hashtag #PrimeiroAssédio, proposta pela ONG Think Olga. As organizadoras daquela mobilização digital já afirmaram publicamente que a ideia para a ação surgiu a partir da observação e da participação na experiência prévia. Aspectos como a possibilidade de denunciar práticas machistas e falar sobre as próprias experiência enquanto vítima do sexismo cotidiano foram retomadas pelo coletivo Não Me Kahlo na proposição de uma nova palavra de ordem. Essa influência direta é sintomática da lógica dos novos movimentos em rede analisados por Castells (2013), já que revela a circulação de estratégias ativistas entre grupos distintos e o impacto que experiências prévias podem gerar para que setores indignados se organizem.

4. São movimentos datados, de curta duração.

As campanhas indexadas por hashtags circulam intensamente, mas durante períodos curtos. Como diversos outros fenômenos na internet, não se prolongam nem se mantêm atualizadas por muito tempo. Viralizam, registram seus picos de compartilhamento, mas, em seguida, tornam-se cada vez menos referenciadas.

Poucas dessas iniciativas originam produtos mais duradouros – como são os casos excepcionais de campanhas como #EuEmpregadaDoméstica, #ChegaDeFiuFiu e #VamosJuntas. Arrefecem-se e veem surgir outras iniciativas de moldes semelhantes, ou, nas palavras de Sibilia (2016, p.185), "outra novidade que logo irá aparecer e será ainda mais cintilante e, portanto, sedutoramente 'obrigatória'". Acompanhar e aderir às novas iniciativas faz parte, inclusive, da autoconstrução uma identidade ativista, da apresentação de um perfil atualizado em relação aos movimentos de mulheres.

5. São campanhas espontâneas, desinstitucionalizadas, criadas ou impulsionadas por coletivos.

Como é comum aos chamados movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013), essas iniciativas não apresentam lideranças formais e específicas. Embora possam contar com quadros de mais destaque e proeminência, geralmente não há representantes autorizados a falar em nome de todos que se engajam na ação coletiva. Essas formas de organização interna estariam mais sintonizadas com as demandas por outras formas de construção democrática, mais espontânea, horizontal e apartidária. De acordo com a análise de Castells (2013), a própria estrutura em rede do ciberespaço favorece uma organização que seria calcada em cooperação e solidariedade. Essa arquitetura explicaria em parte a ausência de uma liderança formal, conforme analisado anteriormente.

> As redes horizontais, multimodais, tanto na internet quanto no espaço urbano, criam companheirismo. Essa é uma questão fundamental para o movimento, porque é pelo companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança (CASTELLS, 2013, p.167)

Trata-se, portanto, de agrupamentos online e offline, gerados tanto a partir de organizações preexistentes quanto de aproximações estabelecidas no próprio processo de mobilização em torno de uma causa específica. Formam o que o Castells (2013, p.165) define como "redes de redes, sem um centro identificável ou liderança formal. Assim, a própria estrutura dessas aglutinações remete à lógica da comunicação muitos para muitos, característica a web 2.0 e dos sites de redes sociais,

mais especificamente. São nós que se conectam de formas múltiplas, com diferentes impactos e interações entre si.

Tais movimentos são “amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação, seja relacionada a um evento específico, seja a um acesso de aversão pelas ações dos governantes” (CASTELLS, 2013, p.166). Nesta perspectiva, as mobilizações despontam repentinamente, criando “comunidades instantâneas de práticas insurgentes”. É ao analisar este aspecto que Castells (2013) elucida um dos pontos centrais dessas formas de mobilização: a fonte do apelo importa menos do que o impacto da mensagem entre seus receptores “múltiplos e inespecíficos, cujas emoções se conectam à sua forma e a seu conteúdo”. Neste caso, o autor ressalta a importância do YouTube enquanto uma das ferramentas mais poderosas de mobilização em estágios iniciais das mobilizações, sobretudo pelo poder da circulação de imagens.

De forma análoga, as campanhas indexadas por hashtags podem até partir de uma fonte específica como ação organizada. Porém”, a partir do momento em que atingem ampla circulação e passam a ser reutilizadas na produção e postagem de múltiplos relatos, tornam-se significativas e relevantes, independentemente de sua publicação original. Esse processo ocorre tanto pelo caráter viral dessas iniciativas, que se expande para diversos sites de redes sociais, quanto por sua estratégia política e comunicacional, que consiste justamente na apropriação da tag para a produção e divulgação de um relato próprio, pessoal.

Castells (2013) destaca ainda que essas as atuais mobilizações sociais não costumam apresentar uma liderança única, formal e estanque, de maneira que as decisões e deliberações são tomadas em espaços ampliados. Isso ocorreria não por falta de quadros ou figuras de destaque com potencial para dirigir os movimentos, mas justamente pelo caráter espontâneo e pela desconfiança nas autoridades e na delegação de poder característica das organizações ativistas contemporâneas. O sistema democrático representativo formal, político-partidário, já não daria mais conta das demandas que se articulam entre a sociedade civil organizada e do anseio por vivenciar novas formas de intervenção na realidade mais horizontalizadas.

Assim, ainda que algumas organizações ou integrantes desses novos movimentos sociais tenham alguma proeminência ou visibilidade destacada no espaço público, "só são aceitos em seu papel enquanto não tomam individualmente decisões importantes" (CASTELLS, 2013, p.167). Atores e atrizes podem, dessa forma, se destacar e até representar uma determinada pauta ou demanda, mas seu poder de deliberação estará tacitamente submetido à discussão e aprovação do coletivo. No caso das hashtags, há perfis, páginas, grupos e até personalidades mais populares que podem se vincular às campanhas e contribuir com sua promoção, porém as ações só se consolidarão se outras mulheres engajarem-se no processo, replicarem as palavras chaves indexadas e contribuírem com seus próprios depoimentos. Os rumos que essas iniciativas tomam também vão sendo pautados pela ação coletiva de adesão.

Basta pensar, por exemplo, no caso da campanha #MeuAmigoSecreto, já citada anteriormente. A proposta inicial, que partiu de um coletivo organizado, consistia em postar relatos e denúncias de práticas machistas estruturais, apontando situações comuns em que o sexismo se manifestava e era naturalizado. No entanto, a partir do momento em que o uso do recurso se amplia, muitas das internautas que participam da ação passam a escrever sobre experiências pontuais, específicas. O que figurava como reflexão sobre desigualdades estruturais de gênero foi dando lugar à personalização da denúncia e a especulação sobre o suposto agressor – que poderia, inclusive, se tornar confusa, ambígua e equivocada, a depender das informações fornecidas em cada relato. Esse aspecto, que gerou diversas críticas à campanha, revela que tais ações são autogovernadas por seus participantes, ainda que possuam uma origem determinada e participantes de maior destaque e proeminência. Assim, no caso das mobilizações online, essa fluidez é permeada pela lógica comunicacional das redes e pela já mencionada viralização das ações nos sites em que a hashtags circulam.

Mesmo quando as campanhas são propostas e criadas por grupos organizados, como ONGs e coletivos, sua origem não delimita a circulação do debate aos pares ou agentes próximos. Os usos e apropriações dessas palavras-chave são diversos e muitas vezes não remetem ou fazem qualquer referência à origem das campanhas.

Isso porque a estratégia de adesão à essas ações consiste justamente em convocar mulheres a expor relatos pessoais, compartilhar experiências, acoplar suas vivências ao emaranhado de micro-relatos etiquetados e indexados a cada campanha.

Esse formato ou lógica de funcionamento está em sintonia com a premissa de Castells (2013) para quem os novos movimentos de rede caracterizam-se por sua espontaneidade, viralização, autogestão, descentralização e desconfiança da representatividade verticalizada e estanque. Para além do uso da comunicação mediada por computadores e/ou celulares, a própria lógica de interatividade e conexão entre aqueles e aquelas que se engajam nestas iniciativas é a das redes multimodais. Apontam para novas formas de mobilização social que articulam experiência e demandas pessoais a causas coletivas e pautas estruturais. A maioria das pessoas, portanto, ingressaria nesse movimento "por seus próprios objetivos e motivações, vindo a descobrir denominadores comuns na prática do próprio movimento" (CASTELLS, 2013, p.167). Trata-se da premissa "juntos conseguiremos", que é cara para justificar a relevância das ações propostas e garantir a motivação e o engajamento necessários.

6. Podem ou não culminar em ações no espaço offline, não sendo este um pré-requisito para sua valorização entre as ativistas.

Embora algumas das mulheres por nós entrevistadas acreditem que mobilizações sociais de maior relevância devam transcender as discussões e ações online, a maioria das informantes afirma que as campanhas simbolizadas por hashtags têm consideráveis impactos offline (82,8%) e pessoais (93,7%). Dessa forma, essas iniciartivas podem ser percebidas como um processo de mobilização social em si, cujos objetivos são atingidos dentro do próprio ciberespaço. Trata-se de uma perspectiva ativista voltada para a disputa de narrativas e combate às violências simbólicas, que percebem na transformação cultural, ainda que lenta e gradativa, importantes processos no contexto da luta por igualdade de gênero. Portanto, podem ou não acarretar protestos e manifestações "fora" da internet, percebendo o espaço público urbano como complementar as articulações iniciadas no ciberespaço.

7. As pautas prioritárias são as denúncias de diversas formas de violência contra a mulher, a crítica a valores conservadores e a afirmação de uma diversidade estética e comportamental.

Os debates articulados através dessas campanhas temáticas circulam principalmente em torno da denúncia de violências sofridas e/ou perpetradas a terceiros ou discutem formas de valorização da diversidade feminina, exaltando padrões não-hegemônicos de beleza e comportamento. Há ainda iniciativas como #BelaRecatadaEDoLar, que criticam perspectivas conservadoras calcadas na divisão sexual do trabalho e da limitação do trânsito feminino no espaço público.

4. ELAS POR ELAS: UMA (AUTO)ANÁLISE DOS ENGAJAMENTOS CIBERFEMINISTAS

Neste capítulo discutiremos empirica e teoricamente como as noções acerca dos limites entre as esferas pública e privada são tencionados a partir da publicação de narrativas de si em campanhas ciberfeministas nos sites de redes sociais. Para tal, nos basearemos nos dados obtidos através de observação participante, levantamento de hahstags temáticas e análise dos questionários aplicados. Retomaremos ainda às discussões feitas nos capítulos anteriores, nos remetendo aos autores e autoras previamente citados, mas abordando também outras contribuições.

Conforme explicado anteriormente, parte do percurso metodológico adotado durante a presente pesquisa consistiu na aplicação de um questionário online, estruturado a partir do aplicativo Google Forms[67]. Este material contou com três questões de múltipla escolha e outras 14 abertas (ver Anexo 4). As perguntas formuladas (ARAÚJO; EVANGELISTA, 2017) foram divulgadas em nossos perfis pessoais e em grupos feministas e de mulheres no Facebook[68]. Os questionamentos referiam-se a dados pessoais das entrevistadas e a campanhas de mulheres que circularam em sites de redes sociais entre 2015 e 2017. O objetivo era analisar como essas internautas engajaram-se nessas iniciativas e quais impactos pessoais e políticos eram percebidos a partir dessas experiências. Ao todo, 152 mulheres, entre 15 e 72 anos, de diversas regiões do Brasil, responderam às nossas perguntas.

Para além das desproporcionalidades já mencionadas no capítulo 1, no qual abordamos brevemente dados sobre exclusão digital e discrepâncias nos usos de internet no

---

[67] Disponível em https://goo.gl/Wvu8ah. Acesso em 30 de janeiro de 2018, às 17h52.

[68] O texto utilizado para divulgar o questionário nos grupos mencionados foi o seguinte:

Olá!

Sou professora de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, junto com a professora Simone Evangelista, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre mulheres, feminismo e redes sociais. Caso tenham interesse e disponibilidade, poderiam, por favor, responder a este breve questionário?

https://goo.gl/forms/kkI6ilhbQvdOQo4u2

Se tiverem dúvidas, críticas ou sugestões, nossos e-mails são juliasilveira.araujo@gmail.com e simone.evangelistacunha@gmail.com.

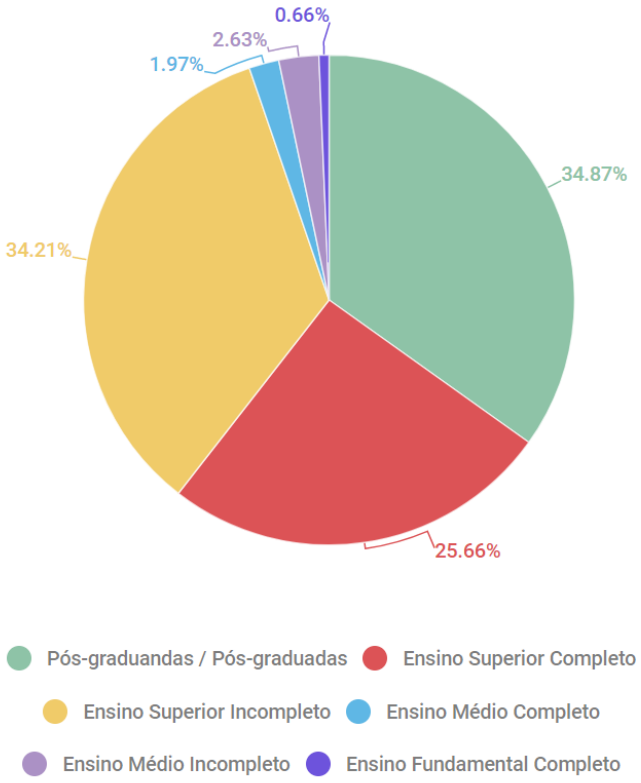
Agradecemos desde já!

Brasil, o panorama relatado acima revela que as mulheres que entrevistamos estão localizadas em um recorte de classe e étnico, evidenciado pelo alto nível de educação formal e pela branquitude da grande maioria das informantes (75,84%). Também cabe destacar que a maior parte das respostas foi enviada por jovens entre 21 e 29 anos.

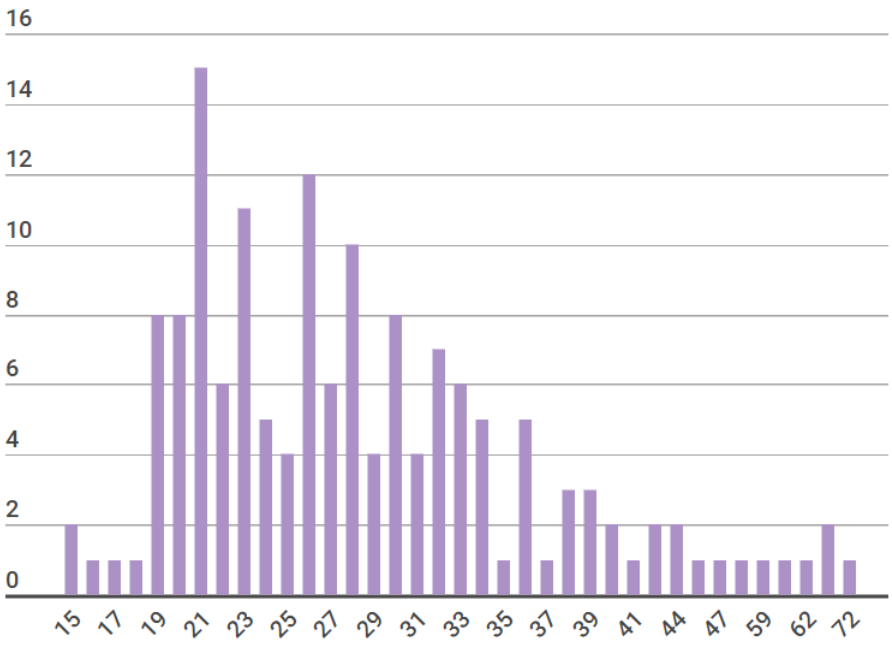
Evidentemente, esta configuração acarreta em uma limitação da diversidade dos segmentos sociais representados no presente estudo e reflete o perfil característico da rede de contatos das pesquisadoras e das mulheres que integram grupos com temáticas feministas no Facebook. Essa microrealidade parece não estar distante das dinâmicas ativistas online no Brasil. Conforme aponta Reis (2017, p.7), em sua coleta de dados de 25 hashtags lançadas entre 2015 e 2016 foi possível identificar a "ausência de discussões que versem, de forma mais explícita, sobre temáticas onde mulheres transexuais, indígenas, lésbicas, dentre outras minorias subalternizadas assumam centralidade".

Ainda assim, apesar desta limitação em termos de diversidade, acreditamos que os dados e depoimentos colhidos podem ser esclarecedores e ajudar a compreender o fenômeno que aqui analisamos. Nesse sentido, após um mês de divulgação do questionário e coleta de respostas (outubro de 2017), passamos a analisar o material recebido, tratando os dados quantitativos e categorizando os qualitativos a partir dos pressupostos que se destacaram nas falas das entrevistadas e de conceitos chave já expostos e comentados em nossa revisão bibliográfica. O panorama acerca do perfil das entrevistadas está resumido nos gráficos abaixo:

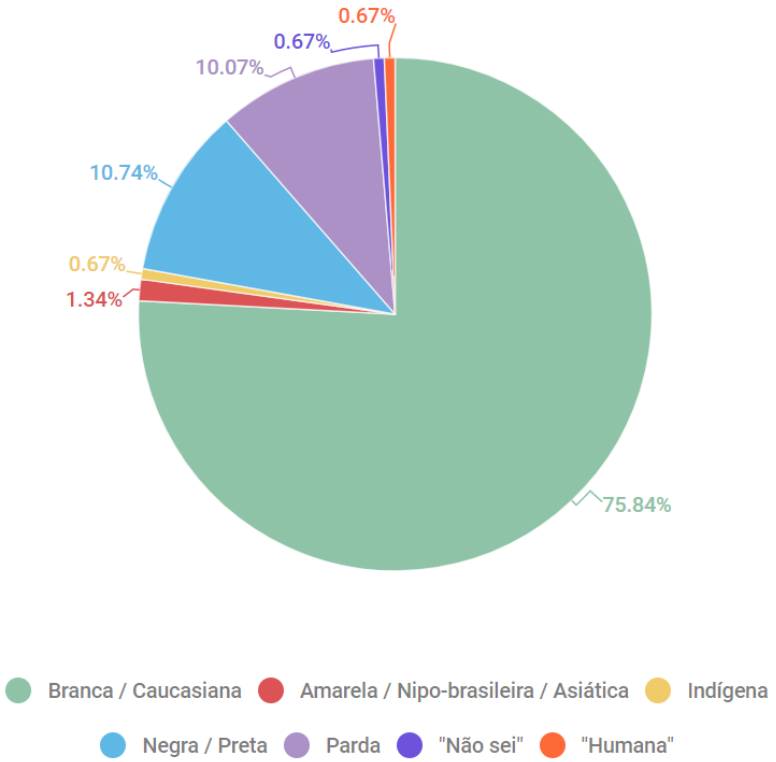
1. Nível de instrução formal



2. Idade



3. Cor autodeclarada

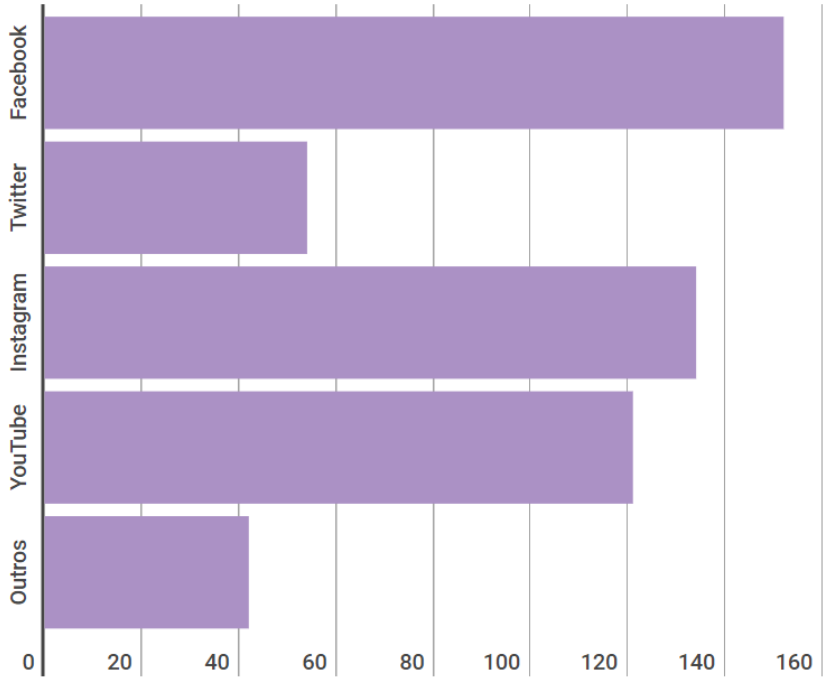


O questionário também incluía perguntas sobre os usos que as entrevistadas faziam dos sites de redes sociais. Todas as respondentes alegaram usar o Facebook, o que se justifica também pelo fato deste ter sido o lugar de divulgação do nosso questionário e principal meio de contato com as potenciais participantes do estudo. O Instagram foi o segundo site mais citado (com 87,6% de adesão), seguido por YouTube (79,1%) e Twitter (35,5%). Convém ressaltar que esses números, embora relevantes do ponto de vista desta investigação, não se referem necessariamente aos engajamentos políticos dessas mulheres, já que, nesta questão, perguntávamos sobre hábitos online mais amplos, não necessariamente restritos às iniciativas feministas pesquisadas.

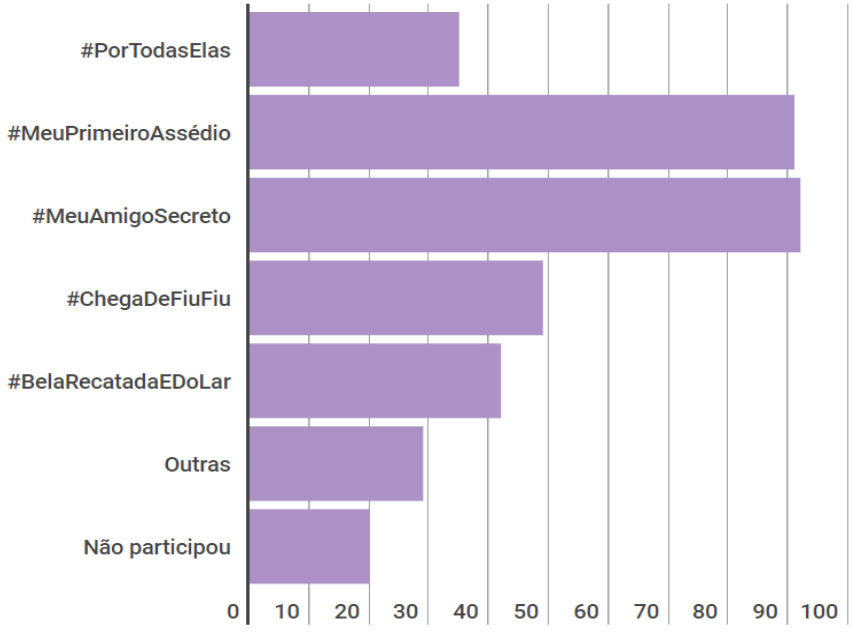
Também questionamos as entrevistadas acerca da participação (ativa ou não) que tiveram durante as mobilizações femininas online. Entre as campanhas que sugerimos previamente na estrutura do questionário, as que tiveram maior índice de participação ou acompanhamento foram #BelaRecatadaEDoLar (64,7%), #MeuAmigoSecreto (60,1%) e #PrimeiroAssédio (59%). A maioria das informantes acredita que essas mobilizações têm

consideráveis impactos offline (82,8%) e pessoais (93,7%). Os resultados podem ser visualizados nos gráficos abaixo:

***4. Sites de Redes Sociais utilizados*[69]**



5. Engajamento em campanhas virtuais em sites de redes sociais



[69] Esta questão permitia que mais de uma resposta fosse marcada.

Por fim, uma posterior análise qualitativa, feita a partir do estudo de todas as respostas concedidas, nos permitiu identificar três eixos recorrentes nos discursos das entrevistadas que contribuem para a compreensão do fenômeno analisado. São estes: 1. exibição da intimidade como ato político e de promoção de sociabilidade; 2: autoestima e feminismos como vivência individual e 3. limites e potencialidades dessas estratégias a partir das auto-avaliações. É a partir destas temáticas e do arcabouço teórico levantado anteriormente que procuraremos destacar alguns apontamentos sobre as campanhas femininas que aqui descrevemos.

4.1. Exibição da intimidade como ato político e de promoção de sociabilidade

Ao serem questionadas sobre as campanhas femininas online, muitas das informantes espontaneamente destacaram a ideia da exposição das memórias, corpos, textos e imagens como características dessas iniciativas, ressaltando a importância tanto do consumo quanto da produção das narrativas íntimas. Ao engajarem-se nessas ações, sentiram-se, para utilizar a expressão de Sibilia (2008, p.12), "convocadas a se mostrarem". É o que se verifica no compartilhamento de imagens de arquivo pessoal no qual as mulheres aparecem nas ruas, bares e outros espaços públicos, semi-nuas e/ou em poses descontraídas, para ironizar o ideal de feminilidade criticado pela campanha #BelaRecatadaEDoLar. É o que ocorre também nas denúncias de assédios, cantadas e violências sexuais sofridas na infância, que são abertamente compartilhadas ao longo do debate sobre pedofilia e sexualização precoce gerado nas redes e na imprensa a partir da iniciativa #PrimeiroAssédio, promovida pela ONG Think Olga. É o que se evidencia no uso da hashtag #MeuAmigoSecreto, que, ancorada no anonimato dos alvos das denúncias, permite que mulheres compartilhem críticas e problemas enfrentados em seus relacionamentos pessoais ou profissionais. Ou ainda os relatos de assédio moral, racismo e exploração nas relações trabalhistas, que passam a circular a partir da campanha e da página #EuEmpregadaDoméstica, uma iniciativa que, a despeito do necessário anonimato das depoentes, ainda pode ser pensada a partir da lógica de uma sociologia das histórias (PLUMMER, 2003).

Nesse sentido, destacamos alguns trechos de relatos que exemplificam esse pressuposto:

> Sempre exponho minhas experiências para alertar ou para apoiar casos que tratem de relacionamentos abusivos. Utilizo #NenhumaAMenos #JuntasSomosFortes #MachistasNãoPassarão
> **L.S., 20 anos, estudante universitária, autodeclarada branca**
>
> Expus para o mundo que fui estuprada
> **Não identificada, 23 anos, estudante, autodeclarada branca**
>
> Abri um debate na minha rede expondo situações pelas quais passei e obtive retorno de outras mulheres, que se identificaram, e de homens que se reconheceram na posição de abusadores
> **L.G, 26, social media, autodeclarada branca**
>
> Sim. Em algumas delas participei relatando e isso me fez sentir mais forte pra falar de questões delicadas.
> **Não identificada, 24 anos, publicitária, autodeclarada branca**
>
> Abri um debate na minha rede expondo situações pelas quais passei e obtive retorno de outras mulheres, que se identificaram, e de homens que se reconheceram na posição de abusadores (ou abusadores em potencial) e repensaram e até se desculparam pelos seus atos
> **L.G, 26 anos, social media, autodeclarada branca**
>
> A hashtag "belarecatadaedolar"também me impactou muito porque cresci em um ambiente cristão muito castrador e, conforme fui crescendo, percebi como isso contribuiu de diversas formas negativas para mim, acabei participando postando umas fotos safadas.
> **Não identificada, 27 anos, professora, autodeclarada branca**
>
> Quando eu era adolescente praticamente nenhuma mulher que eu conhecia se declarava feminista. Tenho a impressão que assistimos o feminismo crescer nos últimos anos principalmente devido à mobilizações e trocas de informações sobre o tema via internet.
> **Não identificada, 27 anos, professora, autodeclarada branca**
>
> Acredito que trazem o assunto do assédio à tona, o que pode ajudar a mudar o cenário a médio/longo prazo. A exposição (direta ou indireta) de assediadores e agressores ajuda a mostrar que o agressor "não tem cara": todos são expostos a essa cultura e, em determinadas situações, acabam demonstrando isso.
> **Não identificada, 28 anos, nutricionista, autodeclarada "branca"**
>
> Acredito que assédio e preconceito se fortalecem no silêncio de quem os sofrem. Quanto mais falarmos e expusermos, mais as serão educadas quanto ao que é assédio e influenciadas a denunciar agressores, por exemplo.
> **Não identificada, 26 anos, desempregada, autodeclarada parda**

Esses depoimentos revelam a relevância do compartilhamento da intimidade em espaços públicos ou semi-públicos online para o fortalecimento das mobilizações feministas na internet e para a legitimação da atuação de cada uma das ativistas. A partir da publicação

destes relatos íntimos que se somam ao conjunto de postagens referenciados pelas hashtags de cada campanha, as ações coletivas são valorizadas quantitativa e qualitativamente, tanto pela ampliação do seu alcance quanto pela exposição, por vezes impactante e até mesmo incômoda, das violências sofridas. Assim, a repercussão destas iniciativas pode ser avaliado não só pelo grande volume de citações e destaque das palavras-chave nas redes, mas também pela circulação de assédios e agressões que ganham corpo e nome, personificando dados que costumam ser veiculados apenas como meras estatísticas.

Outras declarações também revelam que a publicização dessas narrativas íntimas motivam outras mulheres a participar das iniciativas e promovem um sentimento de identificação. Alguns exemplos são:

> Achei incrível a coragem das mulheres em compartilhar suas experiências. Acho que isso traz força a todas nós.
> **T.L., 19 anos, estudante, autodeclarada branca**
>
> Expor é muito importante. E o sentimento de compartilhar disso com outras pessoas é importante para não nos sentirmos solitárias
> **C.F.C., 19 anos, estudante, autodeclarada branca**
>
> Acabei criando mais vínculo com pessoas não tão próximas, que expuserem suas histórias.
> **C.T, 38 anos, profissional de marketing, autodeclarada branca**
>
> A partir da experiência de outras mulheres, soube que não estou sozinha
> **Não identificada, 23 anos, estudante, autodeclarada caucasiana**
>
> Relatos são importantes para gerar identificação e empatia, daí a partir disso que a sororidade floresce.
> **Não identificada, 26 anos, secretária, autodeclarada parda**
>
> Ao se identificar com o relato, uma mulher pode se sentir menos sozinha e procurar mulheres que compreendam sua situação.
> **B.C., 26 anos, professora de inglês e assistente administrativa, autodeclarada branca**
>
> [As mobilizações] estimularam a produção de relatos pessoais nas redes sociais, levantou o debate sobre a questão do feminismo, privilégios.
> **I.P, 23 anos, secretária, autodeclarada branca**
>
> Já sofri alguns assédios e pensava que era culpada pelo ocorrido. Ao saber das histórias de tantas mulheres e isso ser parte da história da maioria de nós, me deu uma sensação de pertencimento. E um perdão a mim mesma.
> **R.A, 30 anos, profissional de comunicação, autodeclarada branca**
>
> Ao ver a grande quantidade de mulheres com quem convivo denunciando situações machistas por que passaram, tive uma tomada de consciência do quão absurda e cotidiana é isso - e, pessoalmente, desejo muito que outros

> homens notem, pelo grande número de relatos, que devem consertar seu comportamento.
> **B.C.E., 19 anos, estudante, autodeclarada caucasiana**
>
> Em algumas das campanhas participei relatando e isso me fez sentir mais forte pra falar de questões delicadas [...] Elas podem encorajar pessoas a falar sobre suas situações, mostrar que nao estao sozinhas
> **Não identificada, 24 anos, publicitária, autodeclarada branca**
>
> Faz pensarmos que não somos únicas, que muitas outras passam ou passaram pela mesma situação. A empatia com diversos assuntos se cria e se reforça.
> **Não identificada, 26 anos, publicitária, autodeclarada branca**
>
> Estas mobilizações fizeram com que amigas próximas, que conheço há anos, compartilhassem experiências que antes não haviam compartilhado. Isso nos aproximou ainda mais, aumentando nossa solidariedade a amizade.
> **Não identificada, 28 anos, Analista de Mídias Sociais, autodeclarada asiática**
>
> Vi que muitas mulheres têm os mesmos problemas que eu.
> **F.V., 39, Analista administrativa, branca**
>
> A partir da experiencia de outras mulheres, soube que não estou sozinha
> **23, estudante, caucasiana**
>
> Perceber o poder da sororidade, como nós sofremos de simillares e fez com que eu me aproximasse ainda mais do movimento.
> **SL, 23, Produtora Cultural, caucasiana**

Partimos do pressuposto de que essas narrativas íntimas não podem ser compreendidas através de leituras simplistas que explicam fenômenos como estes apenas pelo viés de um imperativo da visibilidade. Essa "escrita íntima virtual" (SCHITTINE, 2003, p.13) não tem como objetivo, portanto, apenas a construção de uma identidade pessoal nos sites de redes sociais, mas visa também produzir uma ação coletiva e obter uma visibilidade de si que é necessariamente atrelada à da iniciativa ativista.

Mesmo Sibilia (2016, p.273), em seu ensaio crítico sobre a superexposição narcísica na internet, aponta pelo menos dois casos que "escapam" a essa avaliação. Trata-se da exposição pública das violências no âmbito da intimidade (agressões físicas entre cônjuges ou estupro de adolescentes, por exemplo) e a exibição da própria nudez, sobretudo feminina, como ato político e de apresentação subversiva diante das representações padronizadas pela mídia e colonizadas pelo olhar masculino heterossexual. Ambas as situações são justificadas, legitimadas e diferenciadas de outras tantas performances consideradas fúteis, aleatórias ou ególatras pela autora. Nesse sentido, para além de uma sólida literatura crítica

que nos permite contrapor as leituras celebratórias dos ativismos ciberfeminsitas e complexificar nossa análise, a obra de Sibilia apresenta pontuais exceções que indicam a relevância dos relatos de violência de gênero e autoafirmação feminina mesmo para uma perspectiva teórica que enxerga com certa desconfiança as escritas íntimas na internet.

Esse panorama não pode, no entanto, nos levar à conclusão de que tais engajamentos virtuais converteram-se exclusivamente em estratégias coletivas solidarísticas, desvinculando-se de demandas individuais e individualistas. Hashtags de campanhas que viralizam nas redes e até mesmo alcançam veículos das mídias tradicionais podem garantir maior alcance e engajamento para seus participantes (sejam estes indivíduos, coletivos, movimentos, partidos políticos), bem como agregar valores a marcas, organizações, artistas e celebridades que se envolvem ou se apropriam dessas iniciativas.

4.2 Autoestima e feminismos como vivência individual

De forma análoga aos chamados processos de curadoria de si (SIBILIA, 2016) no ambiente online e das autoconstruções performáticas e (re)apresentações de si das quais nos falam Amaral, Barbosa e Polivanov (2015), os usos das hashtags feministas e a consequente adesão das internautas às campanhas lançadas nos sites de redes sociais revelam-se não só um processo de vinculação empática e formação de laços de sororidade, mas também estratégias de autoconstrução e apresentação de si nesses espaços.

Dentre as diversas iniciativas que circulam nas redes e das múltiplas convocações que campanhas virais constantemente sinalizam, optar por publicar um post com as palavras-chave tagueadas pode constituir-se um importante marcador social. Participar dessas ações, sobretudo compartilhando experiências íntimas e por vezes violentas é um ato de posicionamento político, uma sinalização de simpatia ou empatia pela luta por igualdade de gênero. Trata-se, portanto, de um ato que agrega ao perfil das participantes valores que serão identificados – e aprovados ou não – por seus contatos e amigos. Essa mulher poderá ser vista como “ativista”, “feminista”, “engajada”, “antenada”, bem como ser alvo de críticas por parte de setores conservadores. De qualquer forma, tem-se um recurso que ajuda a constituir essa auto-apresentação através da publicação de uma narrativa que é ao mesmo tempo autorreferente e vinculada a uma causa coletiva. Há, inclusive, relevantes estudos de caso que reforçam essa constatação. Ao investigar os usos das tag #SimoneDeBeauvoir no Instagram, Oliveira e Toth (2016, p.9), por exemplo, identificam que a utilização desse recurso “com uma identidade consolidada a partir de alguma campanha previamente

difundida, servem como uma legitimação do discurso apresentado pelo agente, estabelecendo uma negociação conversacional a partir de compartilhamento de sentidos através de dinâmicas sociais em redes".

Nesse sentido, aspectos como a vaidade – que, como pontua Sibilia (2016), pode ser traduzida de forma politicamente correta como "autoestima" –, são constantemente convocados em campanhas ciberfeministas e justificariam politicamente as ações de exibição de si, qualificando-as como atos de solidariedade e ativismo.

Ao ser perguntada sobre os impactos pessoais causados pelas campanhas ciberfeministas, uma de nossas informantes (C., 22 anos, estudante universitária, negra) afirmou que, por causa dessas iniciativas, se sentiu à vontade para expor-se seminua pela primeira vez em sites de redes sociais. Dentre as possíveis reações que essas hashtag provocam, chama-nos atenção essa declaração específica, que revela uma associação entre os discursos de denúncia à violência de gênero, a valorização da mulher e o desejo de publicizar imagens do próprio corpo despido.

Esse exemplo é ilustrativo dos imbricamentos entre o desejo de ser vista, apreciada e até mesmo desejada pelos olhares que supostamente circulam por essas redes e de participar de ações políticas de caráter coletivo, que trazem em seu bojo uma forte crítica à padronização e hiperssexualização dos corpos femininos. O repúdio aos abusos sexuais e a constante objetificação das mulheres, que comumente são pautadas por essas iniciativas, estimularam esta informante a ressignificar sua nudez, assumindo o controle da exibição do próprio corpo.

Revela-se aqui ainda, um fenômeno já comentado por Sibilia (2016, p.271, 273) de "politização da própria nudez", ou seja,

> reivindicações democratizantes do direito de se exibir sem roupas, algo que deveria se estender a qualquer um – ou, na maioria dos casos, qualquer uma -, para além dos limites do espaço privado ao qual os processos civilizatórios relegaram tais práticas nos primórdios da era moderna [...] Nem que seja porque são as próprias mulheres representadas que decidem assim se apresentar de um novo ativo, como parte de seu cotidiano erotizado e não como uma performance já codificada pela mídia e destinada apenas ao olhar alheio.

Outra entrevistada também destacou como as mobilizações através das hashtags e as narrativas que circularam durante essas campanhas a impactaram na vida pessoal e sexual.

> O impacto que [as campanhas] me causam é ser mais atenta ao que penso e ao que aplico no meu dia a dia: [...] sou bem mais exigente com parceiros: uso da camisinha obrigatório, presto muita atenção às ações do parceiro: uma palavra, um gesto errado, crítica ao meu corpo, às minhas roupas e até ao meu jeito de ser são inaceitáveis pra mim, parei de fingir na cama, eles tem que saber que mandaram mal e que mulher broxa também, desfiz amizades com pessoas coniventes com agressores e na minha timeline procuro sempre opinar se o assunto me interessa. Enquanto houver injustiça minha voz não calará
> **S., 37 anos, autodeclarada branca**

Esta narrativa também indica que a síntese produzida a partir do engajamento coletivo é muitas vezes experimentada de forma individual, em vivências próprias, particulares: suas práticas sexuais e sua relação com os homens, o(a)s amigo(a) e o próprio corpo, por exemplo. Ao ser questionada sobre os impactos das campanhas de hashtags no âmbito offline, S. destaca a promoção de "momentos de autoreflexão, autocrítica, mudanças de pensamento e atitude se for necessário", evidenciando mais uma vez que a sua percepção sobre a vivência ativista se desenvolve e se constrói pessoalmente no âmbito das relações pessoais e vivências cotidianas.

Esses aspectos são evidenciados em trechos de diversos outros depoimentos, tais como:

> [O impacto que essas mobilizações têm para além da internet é] a reflexão pessoal, é uma posterior mudança de pensamento/postura individual
> **Não identificada, 19 anos, estudante, autodeclarada branca**

> Podem ajudar no crescimento pessoal, na autoconfiança, na elevação da autoestima, no fortalecimento da mulher como ser humano completo, capaz e com uma contribuição especial para oferecer ao mundo.
> **S.C, 72 anos, professora aposentada, autodeclarada branca**

> [Essas mobilizações] mudaram principalmente a forma como me relaciono com os homens. Aprendi a reconhecer abusos.
> **A.B., 25 anos, pesquisadora, autodeclarada branca**

> Na minha experiência tem tido um impacto enorme no meu cotidiano, na minha maneira de me relacionar com outras mulheres, na minha forma de perceber e reagir a piadas e comentários extremamente machistas e misóginas que antes passavam desapercebidas pela minha frente.
> **D.R.S, 27 anos, doutoranda em Comunicação, autodeclarada branca**

> Quando você descobre alguma coisa sobre o feminismo e se identifica, você quer saber muito mais sobre esse movimento. Saber dos seus direitos, descobrir o que é o assédio e a agressão - que vão muito além do físico -, e conhecer o que é o empoderamento, é um ciclo viciante e maravilhoso. É o autoconhecimento de toda mulher.
> **L.D, 25 anos, jornalista, autodeclarada branca**

Ao discutir as contribuições de Furedi (2004), Castellano (2015, p.366) reafirma a existência de uma cultura terapêutica[70], consolidada a partir dos anos de 1980, marcada pelo uso de expressões características deste campo, tais como "ansiedade" e "autoestima", que revelariam não apenas uma "mudança idiomática, mas o surgimento de novas atitudes e expectativas culturais". Esta última expressão em particular – "autoestima" – é o elo entre a teoria de Furedi (2004) e a análise que a autora faz do consumo de literatura de auto-ajuda no Brasil, evidenciando uma certa inflação dos egos e regozijo diante dos feitos do leitor em potencial como estratégia de autovalorização. Assim, fazemos esta breve observação para pontuar este traço característico das vivências das campanhas ciberfeministas a partir não só do que observamos online, mas dos testemunhos de mulheres sobre seu próprio fazer, coletados através do nosso questionário.

Tais processos de construção de autoestima relacionam-se discursivamente com a noção de empoderamento, categoria amplamente utilizada pelas ativistas, apesar de ser considerada controversa entre alguns estudioso(a)s de gênero. Conforme apontam Oliveira e Toth (2016), a origem desse conceito é difusa e parece estar relacionada às lutas de movimentos identitários, de grupos minoritários, como mulheres e negros nos anos 60 (HOROCHOVSK; MEIRELLES, 2007). Trata-se, no entanto, de

> um processo, um mecanismo, através do qual pessoas, organizações e comunidades ganham domínios sobre seus próprios assuntos. Consequentemente [...] terá um aspecto diferente no seu conteúdo manifesto para diferentes pessoas e organizações (RAPPAPORT apud OLIVEIRA; TOTH, 2016, p. 5).

A lógica de um empoderamento individual, construído não só a partir do enfrentamento das discriminações no cotidiano, mas na (hiper)valorização de si, do próprio corpo / estética e desejos converte-se em uma reconhecida estratégia entre as mulheres. E

[70] A autora também referencia a discussão deste conceito a partir das obras de Freire Filho (2010, 2012); Illouz (2008); Imber (2004) e Rose (1990, 2008,2011).

essa tendência não é observável apenas entre as ativistas online, tal como pontuam algumas de nossas informantes e outras mulheres que constroem seus ativismos feministas a partir de vivências e discursos no âmbito da individualidade.

A experimentação de uma vivência feminista exclusivamente pelo víeis individual e das relações pessoais pode tornar-se limitadora, à medida que, conforme nos lembra Saffioti (2016), personificar e individualizar um inimigo político não permitiria compreender as disparidades de gênero à luz das relações entre sujeitos necessariamente situados historicamente. Em outras palavras, a luta feminina por igualdade e em combate à violência contra à mulher, não deveria compreender o homem, seja individualmente ou enquanto categoria social, como o inimigo, o adversário político. "O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero" (SAFFIOTI, 2016, p.389). Para a teórica, essa perspectiva revela-se estratégica uma vez que a singularização do oponente faria perder de vista as contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia e classe social (SAFFIOTI; CANÇADO, ALMEIDA, 1992).

Tal lógica iria na contramão dos discursos que propagam vivências individuais como processos de empoderamento e, principalmente, em uma exposição ou ataque a um rival específico. Campanhas como #MeuAmigoSecreto, por exemplo, embora detenham-se a expor que as práticas sexistas, das mais brandas às mais violentas, ocorrem com frequência no cotidiano das mulheres, geraram tensões e contra-respostas nos sites de redes sociais justamente por elencar determinados indivíduos como símbolos dessas injustiças. Embora os nomes dos "amigos" denunciados não fossem revelados, as histórias apresentadas podiam ser bastante reveladoras – a ponto de permitir que o mesmo fosse identificado por seu círculo social – e, ao mesmo tempo, ambíguas, já que algumas postagens podiam sugerir mais de uma identidade a ser revelada. Assim, não promoveriam uma discussão mais ampla sobre a temática dos sexismos, mas sim denúncias direcionadas e personificadas.

A ideia do reforço da autoestima aparece de maneira flagrante nos discursos de nossas informantes sobretudo como forma de legitimar e politizar os processos de exposição de si. Da publicação das fotos seminuas a poses pouco recatadas, passando por postagem de relatos de violências sexuais sofridas na infância e depoimentos sobre vivências em relacionamentos abusivos, mostrar-se e fortalecer-se individualmente são mecanismos usuais. É possível perceber, portanto, um imbricamento entre a ideia de autoafirmação e produção de autoestima através de um empoderamento individual e um empréstimo das imagens e histórias pessoais a causas coletivas mais amplas. Se, por um lado, tais ativismos

online podem ser pensados como meras estratégias discursivas exclusivamente para construção de um perfil "engajado", "empoderado" e "antenado" com as discussões do momento (que mudam com expressiva rapidez) ou mesmo justificativas para exposição de imagens e narrativas próprias que atrairão *likes* e compartilhamentos, por outro, também podem ser compreendidos como recursos característicos do que Castells (2016) convencionou chamar de movimentos sociais de rede, sobretudo por sua espontaneidade e capacidade de "viralização".

Mas, assim como Cunha e Polivanov (2017, p.179) nos alertaram sobre a necessidade de extrapolar a leitura da exposição de si na internet, compreendendo-a também como mecanismo de "autoafirmação e sociabilidade", a adesão das mulheres às campanhas ciberfeministas aqui analisadas revelam um processo de ressignificação das práticas exibicionistas, definidas como um processo meramente narcisista por muitos estudiosos da cibercultura. Se a construção e valorização de si desenvolvem-se no âmbito da individualidade, a partir de léxicos terapêuticos que pouco dialogam com uma dimensão mais ampla das lutas coletivas e de classe, por outro lado, podem refletir uma resistência diante da tirania dos rígidos padrões de beleza feminina historicamente propagados pela mídia e das diversas imposições masculinas ao comportamento e à sexualidade das mulheres.

Soma-se a isso o fato de que narrar e compartilhar episódios de abuso ou violências sofridas como forma de coletivizar a experiência e lhe atribuir um sentido político e uma contribuição coletiva, pode ressignificar essas experiências traumáticas. Ao escrever e publicar sobre o trauma vivido, a internauta tem a possibilidade de deslocar-se do lugar original de vítima – no âmbito da vergonha, do constrangimento e da culpabilização – e assumir um caráter ativo e ativista, cuja contribuição confere legitimidade para si, enquanto participante de um movimento contestatório.

4.3 Potencialidades das ações online

Conforme apontam Scott e Street (2001), a internet revela-se um lócus político atraente para cidadãos, ativistas e movimentos sociais a medida em que viabiliza a ligação e coordenação das ações em rede; apresenta elevados impactos sem grandes recursos; possibilita um relativo controle editorial sobre o conteúdo produzido e sobre a comunicação externa e, por fim, permite ladear a autoridade do Estado e interagir de forma relativamente

segura. A web 2.0, portanto, poderia ser qualificada como um lugar onde "a vida social pode ser construída, criticada, transformada, reinventada ou, em última análise, transgredida" (LOPES, 2010, p.400). Através da internet os indivíduos teriam "a oportunidade de apresentar suas inquietudes, negociar seus entendimentos e trocar argumentos, promovendo uma 'batalha de ideias' online" (MAIA, 2007, p.51). O acúmulo de muitas vozes individuais que faz com que grupos marginalizados possam obter poder discursivo (MITRA, 2014).

Nossas entrevistadas parecem estar em consonância com essas avaliações otimistas – e por vezes demasiadamente celebratórias – e identificam pelo menos cinco aspectos de potencialidades nas campanhas feministas indexadas por hashtags, a partir de suas variadas experiências de engajamento. São elas

a) criação de canais expressão individual e coletiva;

b) reverberação de denúncias de diversas formas de violência de gênero;

c) possibilidade de mudanças simbólicas e culturais a partir das disputas pedagógicas de narrativa;

d) articulação de redes de apoio e solidariedade entre mulheres;

e) ampliação da visibilidade e do alcance dos debates, pautas e agendas feministas.

As declarações abaixo, destacadas dos depoimentos cedidos, ilustram a categorização que propusemos:

> Ajudam a dar voz a mulheres que sentem receio em debater, discutir, dialogar, pensar e expor seus pensamentos quando tratamos de assédio, além de darem força para denúncias.
> **Não identificada, 20 anos, estagiária de administração, autodeclarada branca**
>
> Acompanhei todas as campanhas citadas, seja participando com relatos pessoais ou acompanhando o relato de pessoas próximas. O impacto foi gigantesco, sobretudo no entendimento de que não era um problema pessoal, mas uma questão estrutural na nossa sociedade. [...] Acredito que elas [as mobilizações são capazes de contribuir para a transformação de mentalidades, reverberando, em alguma medida, na atuação de mobilizações para além da internet.

M.H, 23 anos, estudante, autodeclarada branca

Vejo que os homens começam a se questionar sobre seus atos,passam a refletir mais antes de agir. As mulheres se sentem acolhidas e empáticas com as histórias de outras mulheres. Desnaturaliza violências.
R.R., 26 anos, socióloga, autodeclarada negra

[As mobilizações criam uma] rede de apoio a mulheres que passaram por algum tipo de abuso e o sentimento de empatia e empoderamento. A propagação da informação de que a culpa não é da vítima e o fortalecimento dos laços entre as mulheres a partir do reconhecimento do medo de um ser o de todas [...] Essas ações são um pontapé para outras questões relacionadas ao direito ao corpo, ao prazer, e outras situações de cerceamento de direitos
R.A, 30 anos, profissional de comunicação, autodeclarada branca

Essas campanhas permitem pautar agendas feministas em meios mais mainstream, pautar agendas feministas na agenda de políticas públicas.
D.A., 27 anos, pesquisadora, autodeclarada branca

Podem ajudar que mulheres se identifiquem e se sintam mais corajosas para compartilhar suas questões, ampliar a empatia entre nós e a força de luta coletiva. Útil também para denúncias, boicotes e avisos de alerta sobre situações, locais, homens que protagonizam casos extremos de perigo ou ética relacionada ao machismo. Basicamente, a força das redes e das pessoas conectadas em tempo real globalmente aplicada ao feminismo.
Não identificada, 24 anos, estudante / produtora cultural, autodeclarada "branca"

Geram engajamento presencial, mudança de atitude, reverberação para outros grupos além dos feministas, inclusão de pautas na mídia tradicional e digital, eventual revisão da participação feminina em diferentes segmentos da sociedade (política, arte, comunicação, ciência, etc.)
D.P.G, 46 anos, educadora, autodeclarada branca

Em relação ao potencial de fomento das discussões sobre a temática de gênero, mais especificamente, as informantes destacam que as campanhas online contribuíram para que diversas mulheres fossem apresentadas às pautas feministas e se engajassem pela primeira vez em ações de movimentos sociais. É o que exemplificam as seguintes entrevistadas:

Essas mobilizações têm sido discutidas também fora da internet, ao vivo. As manifestações do #8M neste ano tinham muitas mulheres que nunca participaram de nada, de vida política, e estavam lá com seus cartazes, hashtags, reivindicando direitos. A internet não é o locus principal para os debates, eles rolam por aí!
Não identificada, 36 anos, servidora pública, autodeclarada branca

> [As campanhas permitem] atingir pessoas que não tem acesso a prevenções de violência ou sequer ouviriam sobre feminismo se não por grandes mídias.
> **Não identificada, 23 anos, estudante de engenharia mecânica, negra**

> [As campanhas] me fizeram tomar mais consciência da realidade das mulheres no Brasil. A internet inicia um discurso que pode ser trazido para fora do mundo virtual
> **Não identificada, 20 anos, estudante, autodeclarada parda**

Outras informantes reforçam ainda que a circulação das hashtags nos sites de redes sociais já fomentaram discussões em outros espaços e grupos no âmbito offline, como "escolas", "jantares em família" e "mesas de bar". Essas declarações, que apareceram espontaneamente em diversos depoimentos, revelam potencial das ações online em pautar não só a imprensa tradicional, mas conversas cotidianas e familiares.

> [As campanhas] geram debates nas ruas, escolas, círculos sociais como família etc
> **Não identificada, 41 anos, designer, autodeclarada branca**

> Nos levam a refletir, além da internet, levando o assunto para mesas de bar e jantares de família.
> **C.T., 38 anos, profissional de marketing, autodeclarada branca**

> Muito além da internet, essas campanhas possuem um impacto social. Como o ambiente virtual se tornou nossa segunda casa, muitas mobilizações são capazes de mudar a sociedade hoje em dia. Acredito que conhecendo histórias de outras mulheres, seja de abuso, intolerância, racismo, empoderamento ou sororidade, conseguimos adotar esses exemplos para a nossa vida de alguma forma e mudar - mesmo que seja com passinhos de formiga - toda a sociedade machista e intolerante. Não queremos ser melhores que os outros, apenas ter os mesmos direitos e respeito.
> **L.D, 25 anos, jornalista, autodeclarada branca**

> A popularidade virtual pode gerar debates em escolas e círculos sociais, o que acredito ser o primeiro passo para qualquer mobilização concreta. A possibilidade de reunir pessoas de locais diferentes com ideias parecidas também fortalece os movimentos e facilita a transmissão de ideias.
> **Não identificada, 21 anos, jornalista, autodeclarada branca**

> Alargar a percepção de que nós feministas não estamos sozinhas, que os problemas que vivemos por conta do patriarcado não são problemas individuais, e sim que existe uma estrutura social antiga que precisa ser combatida.
> **Não identificada, 27 anos, professora, autodeclarada branca**

> Uma conscientização “global”. Levar as pessoas a enxergarem fora da caixinha, homens que não passam por isso a ter empatia com as mulheres e levar as mulheres que nunca refletiram sobre o assunto a se identificarem nos relatos e se posicionarem. [...] Hoje em dia a visão do feminismo é muito distorcida e, na minha opinião, quanto mais contato a sociedade tem com o que realmente acontece conosco, mulheres, mais alerta estará para nossas necessidades e a importância da causa que defendemos.
> **21, Técnica em restauração eletrônica, branca**
>
> Basta verificar o aumento de ligações para o 180 durante o período de ápices das hashtags #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto
> **L.G, 26 anos, social media, autodeclarada branca**

4.4 Autocríticas às campanhas

Na busca por compreender e analisar as ações coletivas de mulheres através das hashtags feministas, também levamos em consideração a auto-avaliação que nossas informantes proveram a respeito das iniciativas nas quais se engajaram. Se, por um lado, muitas delas evidenciaram potencialidades e conquistas simbólicas e concretas desses movimentos, conforme expusemos anteriormente, por outro, apontam algumas dúvidas, limitações e tensionamentos que abarcam essas ações ativistas.

Entre os fatores mencionados a partir das respostas conferidas ao nosso questionário, é possível destacar:

a) limitações da repercussão e dos impactos dessas campanhas no âmbito offline;

b) o alcance restrito das hashtags, que se inserem em recortes étnicos e de classe e segmentações produzidas por uma “bolha” social e tecnológica – fruto tanto das associações pouco diversas que os internautas estabelecem quanto dos mecanismos de seleção dos próprios sites de redes sociais;

c) a suposta irrelevância política de alguns debates proporcionados por essas iniciativas; d) os desgastes emocionais e as exposições indevidas, “descontroladas” e não autorizadas, entre outros afetos mobilizados pela publicização de relatos íntimos e conteúdos violentos.

Essas questões podem ser sintetizadas a partir das seguintes declarações:

Algumas [das hashatgs] parecem não ter impacto nenhum fora da internet, infelizmente. Alguns desses discursos ficam circulando com discursos semelhantes nos mesmos círculos, às vezes até parecem não ter interesse real em propor mudanças ou mobilizações concretas.
R.B, 28 anos, mestranda em comunicação, autodeclarada parda

A maioria dessas hashtags são em redes sociais de uso muito restrito. Vejo que as funcionárias de limpeza e a copeira do meu trabalho, por exemplo, não acompanham o Facebook, muito menos o Twitter. Algumas têm até uma conta no Facebook, algumas possuem até mesmo conta compartilhada com o marido, o qual muitas vezes responde por ela (isso ainda é muito comum); mas não costumam acompanhar, utilizam mais o whatsapp. É mais comum, acredito eu, o uso do whatsapp, que não é um bom veículo para esse tipo de campanha. Além disso, as redes mencionadas ficam muito restritas ao grupo de amigos que interage com essas pessoas, então, se uma mulher não tem esse contato com mulheres feministas, dificilmente verão a campanha. Acredito que para funcionar fora da internet deve haver uma divulgação da campanha em transportes públicos, por exemplo.
B.C, 26 anos, professora de inglês e assistente administrativa, autodeclarada branca

Nem sempre os impactos foram positivos, acho que algumas exposições tiveram reações desproporcionais pela dinâmica da internet.
I.P, 23 anos, secretária, autodeclarada branca

Acredito que [as mobilizações] já chegaram em uma saturação. Foram importantes e ainda movimentam muitas discussões, mas atualmente acredito que com a onda conservadora e as formas agressivas de manifestação online elas tem funcionado mais como repetição para seus iguais e impacto negativo naqueles que se pretende levar à reflexão.
M.C.M., 28 anos, servidora pública, autodeclarada branca

O [impacto] negativo é a exposição sobre a qual não temos controle
R.M., 32 anos, diretora de marketing, autodeclarada amarela / nipo-brasileira

Acredito que [essas mobilizações] são uma nova roupa para o ativismo de sofá [...]. Elas se transformam muito rápido em mais uma forma de constranger as pessoas e de serem usadas de uma forma errada [...] Muito delas se perde no caminho.
G.T., redatora, 36 anos, autodeclarada branca

O tom [das mobilizações] tem que ser mais inclusivo e menos polarizado. Isso afasta os demais grupos e deixa as mulheres "falando para si mesmas" mais do que criando pontes de diálogo.
D.P.G, 46 anos, educadora, autodeclarada branca

Algumas tiveram muita discussão desnecessária, é desgastante demais, tanto que me seguro pra não postar coisas polêmicas.
Não identificada, 26 anos, secretária, autodeclarada parda

> Nem sempre os impactos foram positivos. Acho que algumas exposições tiveram reações desproporcionais pela dinâmica da internet. [...] Além disso, elas podem ser absorvidas pelo mercado com o intuito apenas de gerar lucro. é aquela questão de que não podemos abrir mão das nossas pautas. precisamos ser mais malandras que eles (as marcas, empresas, mídia que busca apenas por pink money).
> **I.P, 23 anos, secretária, autodeclarada branca**

> [Essas campanhas ajudam na] conscientização da mulher, assim como um alcance maior de mulheres. Mas também têm suas problemáticas, como, por exemplo, o esquecimento de questões das mulheres negras dentro desse feminismo e comoção coletiva.
> **G.R, 21 anos, estudante de comunicação social / publicidade e propaganda, autodeclarada preta**

> Acho que podem ser motores para fundar novos tipos de políticas públicas, modificações legislativas, mas, fundamentalmente, acho que funcionam como uma espécie de vigilância coletiva sobre o cotidiano e a intimidade, que urgem ser politizados, gerando uma maior conscientização e maior segurança, afinal, estamos falando de vidas em risco rotineiramente, material e simbolicamente**.**
> **L. 36, Professora e jornalista, negra**

> Acho que nenhuma ação tem grande impacto isolada, mas a sequência, delas, sim, pode fazer muita diferença. Hoje, essas mobilizações conseguem fazer as mulheres falarem e os homens ouvirem o que a longuíssimo prazo pode nos trazer um avanço.
> **D.K., 30, jornalista, branca**

A perspectiva de desconfiança ou mesmo de descrença em relação às ações coletivas online estão em sintonia com a preocupação de alguns autores e autoras que criticam as leituras demasiadamente otimistas da internet e problematizam o potencial emancipatório do ciberespaço. Álvares, Martins e Cardoso (2011, p.61), por exemplo, ressaltam que há teóricos que defendem que "a comunicação online pode se tornar uma experiência alienante, de desenraizamento espacial e temporal, que desenvolve interesses funcionais limitados". Já Cardoso e Ponte (2017, p.57) atentam para o fato de que o engajamento digital é "frequentemente visto como uma forma secundária de ação política" ou, para usar a expressão de Bakardjieva (2009 apud Cardoso e Ponte, 2017, p.51), "subativismo". Tais práticas também são nomeadas como *slackativism* – neologismo em inglês para ativismo preguiçoso, em livre tradução. E essa perspectiva ganha seus contornos locais na discussão sobre o que se convenciona chamar de sofativismo, ativismo de sofá, mobilização de sofá e revolta / revolução de sofá, expressões que também ironizam a relevância das atividades políticas na internet e suas consequências no âmbito offline. Nesta chave de pensando, tais

ações políticas não apresentariam impactos ou resultados concretos, tendo como real objetivo conferir uma sensação de bem-estar e "dever cumprido" (MOROZOV, 2009).

Guimarães-Silva (2017, p.110), por sua vez, atenta para os riscos de se confundir a relevância das mobilizações digitais com a adesão absoluta, uniformizada e universal aos usos das novas tecnologias", desconsiderando os contextos socioculturais dos atores envolvidos e as "assimetrias de poder". Em seu artigo com o emblemático título *Quando as hashtags não chegam: o lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade*, a autora reafirma a relevância das mobilizações femininas na rede, mas evidencia as limitações do seu alcance e representatividade devido a questões "técnicas e infraestruturias" além de "estruturas sociais e desigualdades diversas" (GUIMARÃES-SILVA, 2015, p.121). Assim, não se trata de ignorar o potencial e a relevância das ações coletivas online, mas de compreender seus recortes e suas limitações, sobretudo em uma sociedade estratificada e desigual como a brasileira.

No entanto, quando analisamos o recente histórico de movimentos sociais na era da internet já é possível identificar impactos relevantes em relação a mudanças de regimes em diversos países, defasagem de instituições de poder tradicionais e abalo na crença no capitalismo financeiro global (CASTELLS, 2013). Se, por um lado, tais engajamentos online demonstram limitações, vínculos superficiais e descontinuidades, por outro têm promovido novas formas de deliberação e decisão na política, pautadas por outras lógicas de representatividade nas quais os indivíduos sentem-se efetivamente parte do processo em curso.

Assim, o caráter espontâneo, não institucionalizado e por vezes não previamente organizado dessas iniciativas não as torna menos relevante do ponto de vista político e analítico. Conforme destaca Reis (2017, p.7) ao analisar campanhas feministas em sites de rede sociais,

> o fato de muitas iniciativas apresentadas [...] serem deflagradas por mulheres e grupos sem qualquer vínculo a movimentos sociais já instituídos, o que convoca uma agenda de investigação longitudinal, que pense sobre como as TICs têm contribuído para inscrever novas atrizes públicas, que tipo de permanência elas estabelecem nos movimentos / coletivos que transitam e como tais agentes têm contribuído para reelaborar conceitos e práticas políticas.

Assim, a despeito da pertinência de algumas dessas ressalvas, há um importante contraponto a essas leituras críticas que identifica no ativismo digital possibilidades de

reverberar reivindicações, ampliar a visibilidade de determinados debates e atrair a atenção da imprensa tradicional para agendas políticas dos movimentos militantes. Soma-se a isso as leituras que politizam a autoafirmação "empoderada" e a exibição do corpo nu como sinônimo de resistência a uma lógica sexista de padronização estética dos corpos femininos.

CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa buscamos descrever e analisar campanhas ciberfeminsitas indexadas por hashtags e veiculadas nos sites Facebook e Twitter. Procuramos ainda identificar como essas ações, compreendidas como estratégias políticas e comunicacionais, apontam relevantes formas de mobilização digital e constroem-se a partir da publicação de narrativas íntimas, revelando novos tensionamentos entre as esferas pública e privada no ciberespaço. Para tal, partimos de uma perspectiva multidisciplinar, ancorada em contribuições teóricas do campo da comunicação, da sociologia e dos estudos feministas e de gênero, capazes de fornecer ferramentas conceituais adequadas para mapear e estudar esses complexos e novos processos. Soma-se a esse escopo a realização de etapas empíricas, que consistiram no mapeamento das tags nos sites analisados, no levantamento sobre as campanhas na imprensa tradicional e na proposição de um questionário online destinado a mulheres que participaram ou acompanharam as ações estudadas.

Baseamo-nos, portanto, em um olhar comunicacional dos processos de mobilização social (MAFRA, 2010), que busca compreender como os interlocutores definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades, bem como produzem e interpretam sentidos e contextos nos quais se realizam as trocas comunicacionais. Assim, através dos estudos de caso propostos, buscamos apresentar de forma sistematizada exemplos de um fenômeno comunicacional contemporâneo e descobrir como os usos ativistas dos sites de redes sociais pode promover novas práticas dos movimentos de mulheres.

Os desafios metodológicos de se estudar um fenômeno atual, ainda em curso, se revelaram logo no começo da pesquisa. A ida a campo nos fez perceber, já em um primeiro momento, a heterogeneidade dos sujeitos feministas engajados no ciberespaço. Descobrimos – e aqui apresentamos – correntes e tendências feministas com princípios diferentes e, por vezes, inconciliáveis, que disputam suas concepções em páginas temáticas; mulheres que se articulam em comunidades de acesso moderado para formação militante e grupos online que se articulam a partir de interseccionalidades entre feminismo e variáveis étnicas, religiosas, de orientação sexual, etc. A diversidade de perspectivas teóricas, critérios para associação e inclusão e controvérsias entre mulheres ativistas no Facebook logo revelam a impossibilidade de analisar as articulações ativistas de mulheres em redes sociais como uma categoria homogênea. Nesses casos, o que parece estar em jogo é a

proposição e vinculação a determinadas identidades, seja em relação à uma perspectiva teórica e/ou a uma etnia, identidade de gênero e orientação sexual.

Diante desta diversidade de articulações e interseccionalidade mapeadas, entendemos que analisar apenas um grupo, coletivo ou ação pontual não seria suficiente para os objetivos da presente pesquisa**.** Assim, buscamos uma estratégia investigativa que nos permitisse acessar discursos que circulassem de forma mais ampla nos sites de redes sociais, alcançando um público online mais heterogêneo.

A solução encontrada foi o recorte analítico centrado em campanhas em prol da igualdade de gênero indexadas por hashtags, ou seja, palavras de ordem precedidas pelo símbolo #, "inserido em uma mensagem para torná-la pesquisável na internet" (ANSTEAD; O'LOUGHLIN, 2014, p.208). Essas práticas ciberativistas, recorrentes entre um segmento diverso de mulheres, sobretudo a partir de 2013, se revelaram estratégias capazes de transcender o alcance restrito dos grupos formalmente organizados, engajando um público um pouco mais heterogêneo nas discussões provocadas online.

É o caso de iniciativas como #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, que denunciaram violências sexuais e práticas machistas cotidianas; #BelaRecatadaEDoLar, que questionou os padrões comportamentais e estéticos de gênero e a divisão sexual do trabalho; #PorTodasElas, que buscou promover a solidariedade feminina após um episódio de estupro coletivo no Rio de Janeiro, e #EuEmpregadaDoméstica, que se tornou um projeto permanente de denúncia de abusos no âmbito deste segmento profissional. Dessa maneira, o conjunto de vivências individuais publicadas a partir da mobilização em torno dessas campanhas evidencia um caráter estrutural das desigualdades de gênero.

A partir dos dados coletados e sistematizados e dos relatos obtidos através da aplicação de um questionário online, respondido por 152 mulheres entre 15 e 72 anos, foi possível mapear algumas das principais características das campanhas que aqui analisamos. Identificamos pontos comuns entre essas iniciativas que ajudam a compreender este fenômeno e suas estratégias políticas e comunicacionais. Listamo-nas a seguir:

1. *Envolvem a publicação de narrativas íntimas.*
2. *Constituem uma memória digital que pode ser buscada e acessada*.
3. *São virais*
4. *São movimentos datados, de curta duração.*

5. *São campanhas espontâneas, desinstitucionalizadas, criadas ou impulsionadas por coletivos.*
6. *Podem ou não culminar em ações no espaço offline, não sendo este um pré-requisito para sua valorização entre as ativistas.*

Entre as campanhas que sugerimos previamente na estrutura do questionário, as que tiveram maior índice de participação ou acompanhamento foram #BelaRecatadaEDoLar (64,7%), #MeuAmigoSecreto (60,1%) e #PrimeiroAssédio (59%). A maioria das informantes acredita que essas mobilizações têm consideráveis impactos offline (82,8%) e pessoais (93,7%). Já a análise qualitativa de todas as respostas que recebemos online nos permitiu identificar também três eixos recorrentes nos discursos das entrevistadas que contribuem para a compreensão do fenômeno analisado. São estes: 1. exibição da intimidade como ato político e de promoção de sociabilidade; 2: autoestima e feminismos como vivência individual e 3. limites e potencialidades dessas estratégias a partir das auto-avaliações. É a partir destas temáticas e do arcabouço teórico levantado anteriormente que procuramos destacar alguns apontamentos sobre as campanhas femininas que aqui descrevemos.

A maioria das informantes afirma que as campanhas indexadas por hashtags têm consideráveis impactos offline (82,8%) e pessoais (93,7%). Dessa forma, podem ser percebidas como um processo de mobilização social em si, cujos objetivos são atingidos dentro do próprio ciberespaço. Trata-se de uma perspectiva ativista voltada para a disputa de narrativas e combate às violências simbólicas, que percebem na transformação cultural, ainda que lenta e gradativa, importantes processos no contexto da luta por igualdade de gênero. Portanto, podem ou não acarretar protestos e manifestações "fora" da internet, percebendo o espaço público urbano como complementar as articulações iniciadas no ciberespaço.

Os casos aqui estudados abordam sobretudo as violências físicas, sexuais, simbólicas e psicológicas contra a mulher, pautando debates em sites de redes sociais a partir de denúncias, críticas e disputas narrativas na esteira das discussões feministas. Nesse sentido, retomam a discussão a respeito da ocupação e participação femininas na Esfera Pública e do necessário interesse coletivo sobre agressões perpetradas em ambientes privados. Evocam ainda a demanda por novas formas de exercício de cidadania e experiência democrática, construídas a partir da publicação de relatos pessoais, que ganham contornos

políticos e militantes a partir de sua circulação indexada e, assim, associada a outros conteúdos semelhantes.

Identificamos que essas iniciativas podem ser compreendidas como novos exercícios de uma cidadania da intimidade (PLUMMER, 2002), que tem entre suas principais características a produção de discursos públicos sobre a vida pessoal. O ato de expor-se e relatar vivências e experiências particulares através do engajamento nessas campanhas revela-se uma importante estratégia para fortalecer as ações coletivas virtuais, legitimando as denúncias propostas, desconstruindo a percepção de que a violência de gênero se resume a casos pontuais e, sobretudo, mobilizando outras participantes através de sentimentos de empatia, solidariedade e identificação.

Os acúmulos teóricos a respeito do sistema patriarcal que aqui expusemos reforçam, entre suas diversas características, os processos de silenciamento e negligência das relações e vivências íntimas e privadas do âmbito das discussões políticas e de interesse coletivo. Nesse sentido, o conceito de *contrapúblicos subalternos* de Fraser, (1992), que se refere a arenas discursivas paralelas à Esfera Pública oficial, compostas por membros de grupos sociais subalterizandos, pareceu-nos relevante para pensar as articulações feministas no ciberespaço, já que o acúmulo de muitas vozes individuais no ciberespaço faz com que grupos marginalizados possam obter poder discursivo (MITRA, 2014).

Dessa maneira, as campanhas feministas online aqui analisadas comporiam um fenômeno marcado por tensionamentos entre as esferas privada e pública, seja através da publicação de relatos íntimos ou por conta da proposição de debates mais amplos, capazes de trazer para a agenda política questões historicamente invisibilizadas. Se as contribuições teóricas do começo dos anos 2000 identificaram formas narcísicas de espetacularização individual, amplamente discutidas a partir da análise da blogosfera, as narrativas e exposições de si na internet assumem aqui, nos sites de redes sócias, novas modalidades e alcances, unem-se a projetos que transcendem a construção do self e emprestam a legitimidade dos seus relatos particulares ao fortalecimento de causas coletivas.

Constatamos ainda que as perspectivas teóricas críticas à superexposição da intimidade nas redes, que apontam para um imperativo de visibilidade, embora sejam relevantes para construir um olhar crítico sob o objeto de pesquisa não dão conta da complexidade dos fenômenos que aqui analisamos. Evidenciamos, assim, que a noção de autoapresentação, formulada a partir de uma necessária "coerência expressiva" (SÁ; POLIVANOV, 2012), é mais interessante para compreender os processos de publicação dos

relatos íntimos com propósitos de interesse coletivo. Nesse sentido, apontamos que essas mobilizações online podem ser pensadas a partir da noção de tecnopolítica (TORET, 2012), que compreende o uso estratégico de dispositivos tecnológicos para a articulação entre as ativistas e a organização de ações ativistas.

As campanhas de mulheres indexadas por hashtags revelam-se, portanto, casos exemplares de como novas estratégias ativistas e comunicacionais se articulam na organização de ações coletivas online. São ainda reveladoras de formas contemporâneas de publicização de temáticas comumente relegadas ao âmbito privado, expondo problemáticas referentes às relações de gênero na esfera da intimidade e da vida particular. As narrativas que circulam através dessas mobilizações são autoreferenciadas. Falam de si, promovem o status de internauta ativista com os valores que estas percepções carregam, contribuem para a construção de um perfil individual nas redes e são lidas como manuais de superação que se convertem em estímulos para que as leitoras se fortaleçam individualmente. Mas essa cadeia de eventos aqui descrita não dá conta do complexo processo que pretendemos narrar.

Assim como as reuniões de mulheres comandadas por Carol Hanisch na década de 60, criticadas por seu caráter "terapêutico" e sua ineficácia para a mobilização e consequentes conquistas coletivas, os processos contemporâneos autocentrados que perpassam novos ativismos não podem ser compreendidos apenas pelo que apresentam como particularidades. Essas estratégias podem, portanto, ser pensadas como políticas de coalização, ou seja, como "unidades provisórias" que se estabelecem no "contexto de ações concretas" e que não pressupõem unidade ou identidade fixas (BUTLER, 2003), mas, sim, a soma de forças para dar visibilidade a pautas de interesse comum.

Dessa forma, a presente pesquisa não teve como foco prioritário o campo das redes sociais digitais e as peculiaridades de cada site aqui mencionado, nem somente os sujeitos engajados nos processos ativistas e comunicacionais estudados, mas, sobretudo, buscou compreender as novas estratégias ciberfeministas que se revelam nessas campanhas e as complexas questões que evocam a despeito das interseções entre os âmbitos público e privado e do exercício de uma cidadania da intimidade.

Sem a pretensão de esgotar esta análise, esperamos contribuir para a continuidade dos estudos ciberfeministas no campo da comunicação, apresentando alguns percursos e respostas e fomentando novas indagações. Esperamos que a temática seja ainda amplamente revisitada por outro(a)s estudioso(a)s interessado(a)s em compreender como as mulheres

têm encontrado novas formas de se expressar e se conectar, apesar das velhas violências que ainda as assolam.

Referências Bibliográficas

ABREU, Carla de. *Narrativas digifeministas*: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 02, n. 04, p. 134-152, jan./abr. 2017

ALLARD, Laurence e VANDENBERGHE, F. *Expressyourself*. Les Pages Perso. Entre légitimation technopolitique de l'individualism expressif et authenticité réflexive peer to peer. Reseaux, v. 21, n. 117, 2003

ALONSO, Ana Polo. *La comunicación como arma do desarrollo?* Una mirada desde el punto de vista de las mujeres. In: MARCESSE, Silvia Chocarro (Coord.) Nosotras en el país de las comunicaciones. Mirada de Mujeres. Barcelona: Icaria Editorial/ACSURLAS SEGOVIAS, 2007. p. 161-175.

ALVAREZ, Sonia E. *Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais*: Movimentos feminista e de mulheres na américa latina e/em/contra o desenvolvimento. In: Revista Feminismos. Vol.2, N.1 Jan. - Abr. 2014

AMARAL, Adriana; BARBOSA, Camila; POLIVANOV, Beatriz. *Subculturas, re(a)presentação e autoironia em sites de rede social*: O caso da fanpage "Gótica Desanimada" no Facebook. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Disponível em https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/481/399. Acesso em 28 de maio de 2018, às 19h04.

ANDRADE, Eliane Righi de; SILVA, Talita Guimarães da. *Os (não) limites entre o público e o privado em tempos de convergência midiática*: O estupro coletivo do Rio de Janeiro entendido como um acontecimento. In: Cadernos de Letras UFF, Niterói, v.27, n54, jan-jun.2017.

ANSTEAD, Nick; O'LOUGHLIN, Ben. *Social Media Analysis and Public Opinion*: The 2010 UK General Election. In: *Journal of Computer-Mediated Communication*, Volume 20, Issue 2, pages 204–220, March 2015.

ARAÚJO, Júlia Silveira de. *#BelaRecatadaEDoLar:* Consumo midiático, representações de
feminilidade e ciberfeminismo em sites de redes sociais. Anais do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, 2016. Disponível em http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT11/GT11-JULIA_ARAUJO.pdf. Acesso em 29 de maio de 2017, às 13h02.

_____. *#EuEmpregadaDoméstica*: Atravessamentos de classe, etnia e gênero no facebook XV Congresso IBERCOM 2017: Comunicação, diversidade e tolerância [recurso eletrônico] / organização Maria Immacolata Vassallo de Lopes ... [et al.] – São Paulo: ECA-USP ; Lisboa: FCH-UCP, 2018.

ARAÚJO, Júlia Silveira de; EVANGELISTA, Simone; JORGE, Marianna Ferreira de; OLIVEIRA, Thaiane. *"O Gigante acordou":* performance e movimentos políticos na

indústria musical brasileira. In: Performance, corpo e subjetividade nas práticas de comunicação contemporâneas. Fátima Regis, Alessandra Maia, Marianna Ferreira Jorge (Orgs.). Porto Alegre: Editora Sulinas, 2016.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* 10ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005.

ARQUIVO Nacional, fundo FBPF; Diário Oficial, (17/12/1910); MELO, H.; MARQUES, T. Partido; *Registros de Sociedades Civis*, 1º Ofício de Títulos e Documentos, 18/8/1911

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*: Ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo, Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. _____. "Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia". In: Avritzer, Leonardo & Domingues, José Maurício (orgs). Teoria social e Modernidade no Brasil. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AZEVEDO, Luciene. *Blogs*: A escrita de si na rede dos textos. In: Matraga, Rio de Janeiro, v.14, n.21, jul./dez. 2007

BARG, Daniele; Paolieri, Júlia. *"A internet é cruel", diz ex-MasterChef sobre caso Valentina.* Disponível em https://www.terra.com.br/diversao/tv/masterchef-marcos-baldassari-sobre-caso-valentina-internet-e-cruel,a16f3ff08bd4e7d9f2f7e91226aefd0covr7j02e.html. Acesso em 02 de janeiro de 2018, às 20h01.

BAKER, Keith Michael. *Defining the public sphere in Eighteenth Century France:* Variation on a theme by Habermas. In: Calhoun, Craig (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge; London: MIT Press, 1992, p.181-211.

BARRUCHO, Luis. *Ex-empregada doméstica lança campanha nas redes sociais para denunciar abusos de patrões.* Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/salasocial-36857963. Acesso em 28 de maio de 2017, às 19h34.

BBC Trending. *"I am housemaid, hear me roar".* Disponível em http://www.bbc.com/news/blogs-trending-36927502. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h47.

BAUMAN, Zygmunt. *Isto não é um diário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo:* Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BENHABIB, Seyla. *Models of public space*: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig. (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1996.

BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks:* How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades:* Os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe Miguel (Org.). *Teoria política feminista*: Abordagens brasileiras. 1ed.Vinhedo/SP: Editora Horizonte, 2012.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. **Narrativas coletivas?** Midiatização do ativismo no Mídia Ninja e no RioNaRua. In: Interin. Curitiba, v. 19. n.1. p. 86-102, jan./jul. 2015.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (Orgs.). *50 anos de feminismo:* Argentina, Brasil e Chile: A construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp, 2017

BOYD, Danah. Ellison, Nicole B. *Social network sites:* Definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, 13(1), article 11, 2007. Disponível em https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x. Acesso em 27 de janeiro de 2018, às 12h42.

BOLESINA, Iuri. *O direito à extimidade no ciberespaço e a transformação do binômio público-privado*. In: II Mostra de Pesquisa de Direito Civil Constitucionalizado. Disponível em http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ecc/article/view/14341/2783. Acesso em 27 de janeiro de 2018, às 02h42.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*, 11° ed. Tradução Maria Helena. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, Adriana. *Tecnologia e gênero*: questões femininas na Internet. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

BRUNO, Fernanda. *Quem está olhando?* Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows. In: Limiares da Imagem – Tecnologia e estética na cultura contemporânea. Antônio Fatorelli, Fernanda Bruno (Org.). Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: Feminismo e subversão da identidade; tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALHOUN, Craig. *Introduction: Habermas and the public sphere.* In: _____. (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge; London: MIT Press, 1992.

CAMPOS, Carolina Mendes; FÉRES-CARNEIROL; Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. *Intimidade e Extimidade Virtual na Conjugalidade Contemporânea. Interação* Psicol., Curitiba, v. 19, n. 3, p. 407-416, set./dez. 2015

CARDOSO, Daniel; PONTE, Cristina. **Gênero, sexualidade e ativismo online:** Um olhar intersecional para o papel da participação cívica na internet por jovens portugueses. In: **ex aequo**, n.35, 2017.

CASTAÑO, Cecilia. Género y TIC. *Presencia, Posición y Políticas*. Barcelona: UOC Ediciones, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança:* Movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Maria das Graças Pinto; LEMOS, Daniel Dantas. *#Rolezinhos*: Análise de redes sociais e construção de sentidos no discurso de tuiteiros acerca do #Protestodos Pintas em Natal (RN). Galáxia (São Paulo), n.30, pp.162-177, 2015. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015220586. Acesso em 27 de janeiro de 2018, às 02h42.

COEHN, Mariana. *'Sofremos opressões todos os dias', dizem criadoras da ação #MeuAmigoSecreto.* O Globo Online. Disponível em http://oglobo.globo.com/sociedade/sofremos-opressoes-todos-os-dias-dizem-criadoras-da-acao-meuamigosecreto-18146174?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo. Acesso em 11 de junho de 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero*: Uma perspectiva global. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO, Edvaldo Souza. *Vida privada na Esfera Pública*: Narrativas de corpos e sexualidade nas redes sociais digitais. In: revista entreideias, Salvador, v. 4, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2015.

CUNHA, Simone Evangelista; POLIVANOV, Beatriz. *Retratos da periferia em construções identitárias de it girls das favelas cariocas no Instagram*. Rumores, número 21, volume 11, janeiro - junho 2017.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ECONOMIST Intelligence Unit Limited. *The Inclusive Internet:* Mapping Progress 2017. Disponível em https://theinclusiveinternet.eiu.com/. Acesso em 08 de janeiro de 2018, às 01h07.

EFRAIM, Anita. *#EuEmpregadaDoméstica:* campanha revela abusos sofridos por domésticas em serviço. Disponível em https://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento,euempregadadomestica-campanha-revela-abusos-sofridos-por-domesticas-em-servico,10000064191. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h58.

ELLEY, Geoff. *Nations, publics and political cultures:* placing Habermas in the nineteenth century. In: Calhoun, Craig (Ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge; London, MIT Press, 1992.

FELINTO, Erick. *Os computadores também sonham?* Para uma Teoria da Cibercultura como Imaginário. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-15, julho/dezembro 2006.

FEMINISTAS tomam a internet e as ruas em protestos e viram alvo de ataques. Globo Repórter. Rio de Janeiro: TV Globo, 15 de abril de 2015. Programa de TV.

FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere*: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy'. In: C. Calhoun (ed.) Habermas and the Public Sphere. Cambridge: MIT Press, 1992.

GAJJALA, Radhika. *Digital Media, Race, Gender, Affect and Labor:* Introduction to Special Section. Television & New Media 2014, Vol. 15(3) 215–222

_____. *Third World' perspectives on cyberfeminism*. Development in Practice, Volume 9, Number 5, 1999.

_____. *Woman and Other Women*: Implicit Binaries in Cyberfeminisms. Communication and Critical/Cultural Studies. Vol. 11, No. 3, September 2014, pp. 288–292, 2014.

GOMES, Wilson. *Internet e participação política em sociedades democráticas*. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre, n. 27, ago. 2005. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3323/2581. Acesso em 12 de janeiro de 2018, às 02h03.

GRILLO, Cristina; OLIVEIRA, Graziele; BUSCATO, Marcela. *Primavera das Mulheres com o subtítulo:* As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país. Revista Época. Disponível em https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html. Acesso em 11 de janeiro de 2018, às 15h43.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. *Quando as hashtags não chegam:* O lugar da mídia no ordenamento e na constituição da sociedade. In: Revista Temática, ano XIII, n.09, setembro de 2017.

HABERMAS, Jürgen. *The Public Sphere:* An Encyclopedia Article (1964). In: New German Critique, No. 3 (Autumn, 1974), pp. 49-55. Disponível em https://unige.ch/sciences-societe/socio/files/2914/0533/6073/Habermas_1974.pdf . Acesso em 11 de janeiro de 2018, às 18h47.

HALL. Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade***.** Lamparina: Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue:* As vertigens do pós-humano / organização e tradução. Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *O Planejamento da comunicação para a mobilização social:* Em busca da co-

responsabilidade. In: *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.* Márcio Simeone Henriques (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____

. Fatores de Identificação em Projetos de Mobilização Social. In: *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.* Márcio Simeone Henriques (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social:* Funções e Características. In: *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social.* Márcio Simeone Henriques (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IBGE, Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal* - 2013 a 2015. Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/suplementos/acesso-a-internet-e-a-televisao-e-posse-de-telefone-movel-celular-para-uso-pessoal. Acesso em 19 de janeiro de 2018, às 02h53.

INSTITUTO Avon / Data Popular. *Percepções dos homens sobre violência contra a mulher.* Disponível em http://centralmulheres.com.br/data/avon/Pesquisa-Avon-Datapopular-2013.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2017.

ISTO É. Disponível em https://istoe.com.br/ex-domestica-cria-pagina-no-facebook-que-reune-relatos-de-abusos/. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 19h34.

KEEN, Andrew. *O culto do amador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KENDALL, Lori. *Hanging out in the virtual pub*: Masculinities and relationships online. berkeley: university of California Press, 2002.

LACAN, Jacques. *O Seminário,* livro 16: de um outro ao outro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *O Seminário*, livro 7: a ética da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LAMOUREUX, Diane. *Público / privado*. Dicionário Crítico do Feminismo. Helena Hirata [et al] (orgs.). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero.* In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Jürgen Habermas e a virtualização da publicidade*. In: Revista Estudos Políticos. Número 4 – 2012/01. Margem, n.16, 2002, p.65-89.

LEMOS, A. Cibercultura. *Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*., Sulina, Porto Alegre., 2002.

LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva*: Por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 5ª.ed. São Paulo, Loyola, 1998.

LINHARES, Juliana. *Marcela Temer*: bela, recatada e "do lar". In: Veja. Disponível em https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 01 de fevereiro de 2018, às 12h36.

LIPPMAN, Walter. *Public Opinion*. New York: Harcourt Brace & Co., 1922.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero*. Trab. linguist. apl. [online]. 2010, vol.49, n.2, pp.393-417.

LOSEKANN, Cristiana. *A Esfera Pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro.* In: Pensamento Plurar. Pelotas, janeiro / julho, 2009.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Mobilização social e comunicação: Por* uma perspectiva relacional. Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Redes cívicas e internet*: efeitos democráticos do associativismo. LOGOS 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua*: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARIANO, Silvana Aparecida. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002. Acesso em 01 de novembro de 2017.

MAPA da Violência 2015: *Homicídio de Mulheres no Brasil*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Disponível em http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/11/MapaViolencia_2015_homicidiodemulheres.pdf. Acesso em 01 de novembro de 2017.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Debates políticos na Internet*: A perspectiva da conversação civil. OpiniãoPública, v. 12, n. 1, p. 164-187, Campinas, abril/maio, 2006

MARTINO, Luísa Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais*: Linguagens, ambientes e redes. Petrólis: Editoras Vozes, 2017.

MATOS, Marlise. *Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?* In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. *Os "outros" da rua*: O acontecimento discursivo
das manifestações de 2013. Comunicação, Mídia e Consumo (Online), v. 11, p. 37-55, 2014. Disponível em
http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/download/676/pdf. Acesso em 02 de maio de 2017, às 22h40.

MANSBRIGE, Jane. *Feminism and Democracy*. The American Prospect, no. 1, 1990.

MITRA, Ananda. *Marginal voices in cyberspace,* New media & Society, 1:29-48, 2001.

_____. *Voices of the marginalized on the internet:* examples from a website for women of South Asia, Journal of Communication, 54(3): 492-510, Sept. 2004.

MOON, Peter. Lee Siegel: *A web é melhor para os idiotas*. In: Revista Época. Disponível em http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI5375-15246,00-LEE+SIEGEL+A+WEB+E+MELHOR+PARA+OS+IDIOTAS.html. Acesso em 12 de fevereiro de 2018, às 21h28.

MOREIRA, Isabela. *A novinha é apenas uma criança*. In: Galileu, Edição 299, junho de 2016.

MOROZOV, Evgeny. *The brave new world of slacktivism*. Foreign Policy. Disponível em http://neteffect.foreignpolicy.com/posts/2009/05/19/the_brave_new_world_of_slacktivism Acesso em 05 de julho de 2016.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Ed. da UnB, 2013.

MUNRO, Ealasaid. Feminism: *A fourth wave?.* Political insight, v. 4, n. 2, p. 22-25, 2013.

NATANSOHN, Graciela. *Internet em código feminino*: Teorias e práticas / - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : La Crujía, 2013.

O BRASIL ONLINE. *O movimento feminista ganha as ruas do Brasil.* Disponível em http://www.obrasil.online/politica/o-movimento-feminista-ganha-as-ruas-do-brasil-o-ato-por-todas-elas-despertou-a-consciencia-para-reivindicacoes/. Acesso em 21 de agosto de 2016, às 19h28.

O DIA. *Por meio da Internet, empregadas domésticas relatam abusos de patrões.* Disponível em https://odia.ig.com.br/brasil/2016-07-24/por-meio-da-internet-empregadas-domesticas-relatam-abusos-de-patroes.html. Aceso em 09 de janeiro de 2018, às 20h39.

O GLOBO. *Ângela Diniz é morta a tiros em Búzios, em 1976, pelo playboy Doca Street*. Disponível em http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/angela-diniz-morta-tiros-em-buzios-em-1976-pelo-playboy-doca-street-10125920. Acesso em 25 de março de 2018, às 16h58.

_____. *Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional.* Disponível em https://oglobo.globo.com/rio/estupro-coletivo-no-rio-repercute-na-imprensa-internacional-19383596. Acesso em 18 de janeiro de 2018, às 01h11.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de; FERNANDES, Cíntia SanMartin; SILVA, Simone Bueno da. *A construção do corpo feminino na mídia semanal*. Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso), v. 17, p. 11-36, 2009. Disponível em

http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/164. Acesso em 02 de maio de 2017, às 15h45.

OLIVEIRA, Thaiane M.; TOHT, Janderson P. *#SimoneDeBeauvoir:* uso e apropriações de hashtags de figuras históricas em redes sociais. Anais do IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Alcar Sudeste, 2016. Disponível em http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/4o-encontro-2016/historia-da-midia-digital/simonedebeauvoir-uso-e-apropriacoes-de-hashtags-de-figuras-historicas-em-redes-sociais/view. Acesso em 24 de maio de 2015, às 03h12.

PALCZEWSKI, Catherine Helen. *Cyber-movements, New Social Movements, and Counterpublics*. In: ASEN, R.; BROUWER, D. C. (Orgs.) Counterpublics and the state. New York: State University of New York Press, 2001. p. 161-86.

PAPACHARISSI, Zizi. *The Virtual Sphere 2.0:* The internet, the public sphere and beyond. In: A. Chadwick & P. Howard (Eds). Routledge Handbok of Internet Politics. New York: Routledge.

PATROCÍNIO, Carol. *O MasterChef Júnior e a sexualização infantil*. Disponível em http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-masterchef-junior-e-a-sexualizacao-infantil-9362.html. Acesso em 20 de junho de 2016.

PERLATTO, Fernando. *Habermas, a Esfera Pública e o Brasil*. In: Revista Estudos Políticos. Número 4, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Feminismo, história e poder.* In: Teoria Política e Feminismo – Abordagens Brasileiras. Flávia Biroli e Luisa Felipe Miguel (Org). Vinhedo, Editora Belo Horizonte, 2012.

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

PLUMMER, Kenneth. Intimate Citizenship: *Private decisions and public debate*. Seattle: University of Washington Press, 2003

_____. *Telling sexual stories in a late modern world*. In: Studies in Symbolix Interacition, Volume 18, p, 101-120, 1995.

PLANT, Sandy. *Ceros + Unos, Mujeres digitales + la nueva Tecnocultura*. Barcelona: Ediciones Destinos, 1998.

POLIVANOV, Beatriz. *Dinâmicas Identitárias em Sites de Redes Sociais*: Estudo com Participantes de Cenas de Música Eletrônica no Facebook. Rio de Janeiro: Luminária, 2014.

PRIMO, Alex. *Os blogs não são diários pessoais online*: matriz para a tipificação da blogosfera. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 36, agosto de 2008.

RECUERO, Raquel. *O interdiscurso construtivo como característica fundamental dos webrings.* In: Intertexto. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REIS, Josemira Silva. *Feminismo por hashtags:* As potencialidades e riscos tecidos pela rede. SeminárioInternacional Fazendo Gênero 11 & 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017

RÜDGER, Francisco. *As Teorias da Cibercultura:* Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

SANTANA, Camila Lima; COUTO, Edvaldo Souza. *A publicização da vida privada no Twitter*. Revista Fronteiras – Estudos midiáticos, janeiro/abril 2012.

SCHERRER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras*: Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Redes sociais na sociedade de informação.* In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. S. (Org.) Mídia, Esfera Pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.215-227.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: As tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIBILIA, Paula. *O show do eu*: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIEGEL, Lee. *Agaisnt the machine*. Nova York: Spiegel & Grau, 2008.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. In: Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SPERANDIO, Isabela Ferreira. *O que foi 2015 para os brasileiros segundo as pesquisas no Google.* Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/22/tecnologia/1450808725_898115.html. Acesso em 20 de maio de 2016 às 02h33.

SPYER, Juliano. *Social Media in Emergent Brazil.* How the Internet Affects Social Change. Londres: UCL Press, 2017.

STONE, Sandy. *The "empire" strikes back:* A posttranssexual manifesto. Disponível em https://uberty.org/wp-content/uploads/2015/06/trans-manifesto.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2018, às 04h03.

TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A Revolução das mulheres.* Um balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan,1992.

TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue*: Política e sociedade na América Latina. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WAJCMAN, Judy. *Technocapitalism meets technofeminism*: women and technology in a wireless world Labour and Industry: a Journal of the Social and Economic Relations of Work, 16 (3). 7-20, 2006.

YANG, Guobing. *The internet and the rise of a transnational Chinese cultural sphere*. Media, Culture & Society, 25: 469-90, 2003.

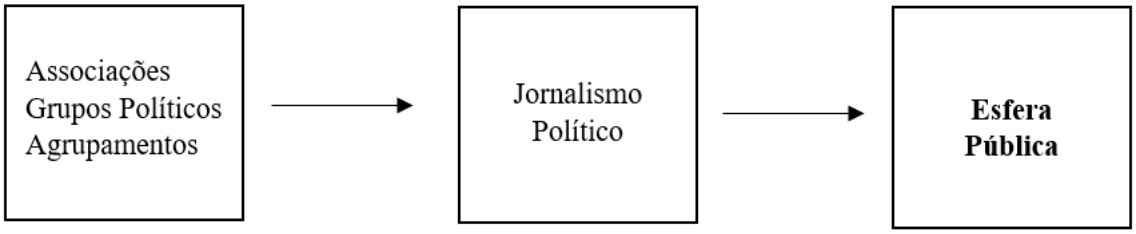
YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and democracy.* Oxford: Oxford University Press, 2002.

WRYE, Harriet Kimble. *The fourth wave of feminism*: Psychoanalytic perspectives introductory remarks. Studies in Gender and Sexuality, v. 10, n. 4, p. 185-189, 2009.

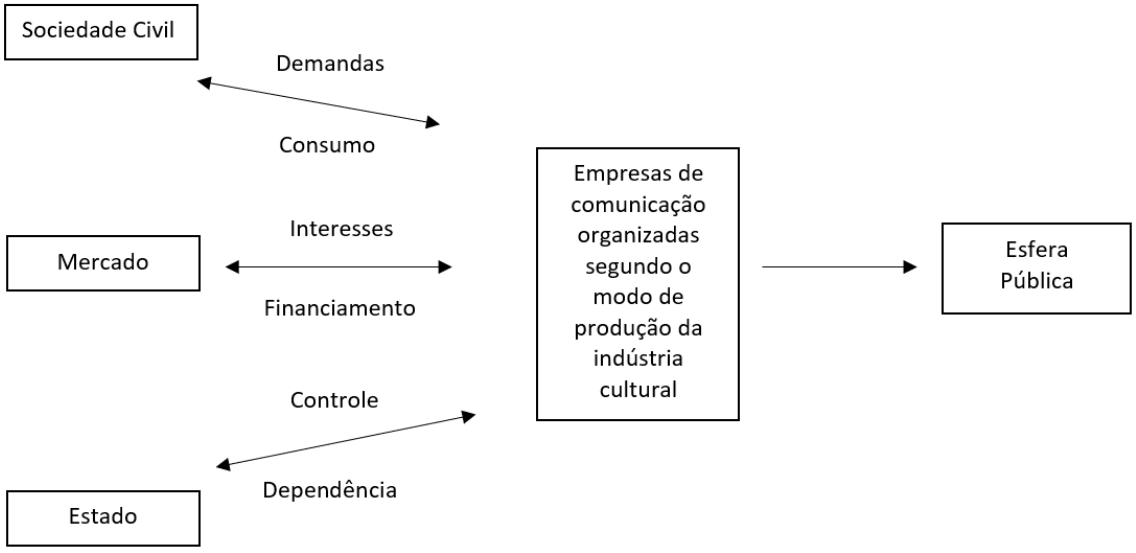
ANEXOS

Anexo 1:Reprodução das representações gráficas das diferentes leituras de Esfera Pública (MARTINO, 2017, p.92-93)

Século XVIII: A Esfera Pública "clássica"



Século XIX: Esfera Pública , mercado e capitalismo



Anexo 2: Prints do clipe “Survivor” (Clarice Falcão) | Reprodução do YouTube

Disponível em em https://www.youtube.com/watch?v=NlxFf40Lqx4. Acesso em14 de março de 2018, às 00h01.

Anexo 3: Prints do vídeo “Não Tira o Batom Vermelho” | Reprodução do YouTube

Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg,. Acesso em 29 de maio de 2018, às 03h47.

Anexo 4: Questionário Online

Você também? Feminismo e redes sociais

Pesquisa desenvolvida pelas professoras de Estudos de Mídia (UFF) e doutorandas em Comunicação (PPGCOM / UFF) Júlia Silveira (juliasilveira.araujo@gmail.com) e Simone Evangelista (simone.evangelistacunha@gmail.com)

*Obrigatório

1. **Idade:** *

2. **Formação:** *
   Marcar apenas uma oval.
   - ◯ Ensino Fundamental incompleto
   - ◯ Ensino Fundamental completo
   - ◯ Ensino Médio incompleto
   - ◯ Ensino Médio completo
   - ◯ Ensino Superior incompleto
   - ◯ Ensino Superior completo
   - ◯ Pós-graduação
   - ◯ Outro: _____

3. **Profissão:** *

4. **Cidade / Estado:** *

5. **Cor / Etnia:** *

6. **E-mail e/ou redes sociais**

7. **Quais redes sociais utiliza?** *
   Marque todas que se aplicam.
   - ☐ Facebook
   - ☐ Twitter
   - ☐ Instagram
   - ☐ YouTube
   - ☐ Outras

8. **Você identifica com algum grupo / tendência feminista específica? Qual / Quais?** *

9. **Você conhece a campanha #MeToo / #EuTambém? Se sim, como ficou sabendo dessa iniciativa?** *

10. **Você postou ou compartilhou algum relato ou conteúdo sobre a hashtag #MeToo / #EuTambém? Se sim, qual / quais?** *

11. **Você acha que campanhas protagonizadas por artistas / figuras públicas possuem mais visibilidade nas redes sociais? Por quê?** *

12. **Você teve algum contato recente com conteúdos feministas a partir de discursos / performances de artistas? Se sim, quais?** *

13. **Você conhece ativistas digitais, youtubers, blogueiras que discutem questões relacionadas às mulheres / feminismo? Se sim, quais?** *

14. **Você participou / acompanhou alguma dessas mobilizações nas redes sociais?** *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] #PorTodasElas
- [ ] #MeuPrimeiroAssedio
- [ ] #MeuAmigoSecreto
- [ ] #ChegaDeFiuFiu
- [ ] #BelaRecatadaEDoLar
- [ ] Outras
- [ ] Não participei

15. **Essas mobilizações através de hashtags tiveram algum impacto pessoal? Qual / quais?** *

16. **Na sua opinião, que tipo de impacto essas mobilizações têm / podem ter para além da internet?** *

17. **Você acredita que essas mobilizações podem despertar o interesse por outras questões relacionadas ao feminismo?** *

Powered by
Google Forms